

**CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO**

Taliana Hickmann

**TÉCNICAS DE APURAÇÃO E CHECAGEM NO JORNALISMO
INVESTIGATIVO E SUA RELAÇÃO COM A CREDIBILIDADE E A QUALIDADE
DA INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA**

Santa Cruz do Sul
2017

Taliana Hickmann

**TÉCNICAS DE APURAÇÃO E CHECAGEM NO JORNALISMO
INVESTIGATIVO E SUA RELAÇÃO COM A CREDIBILIDADE E A QUALIDADE
DA INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Comunicação Social da Universidade de Santa Cruz do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Cristiane Lindemann.

Santa Cruz do Sul
2017

Taliana Hickmann

**TÉCNICAS DE APURAÇÃO E CHECAGEM NO JORNALISMO
INVESTIGATIVO E SUA RELAÇÃO COM A CREDIBILIDADE E A QUALIDADE
DA INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Comunicação Social da Universidade de Santa Cruz do Sul para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo.

Dra. Cristiane Lindemann

Professora Orientadora – UNISC

Ms. Hélio Afonso Etges

Professor Examinador – UNISC

Dr. Leonel Fernando Aurelio Aires

Professor Examinador – UNISC

Santa Cruz do Sul
2017

AGRADECIMENTOS

Quando me desafiei na produção desta pesquisa percebi que não seria fácil concluí-la, caminhos difíceis precisavam ser percorridos e muita dedicação deveria ser empregada. Mas entendi, também, que quando nos debruçamos na pesquisa de um assunto de nosso interesse, a vontade em realizá-la aumenta e a perseverança de levá-la adiante, prevalece.

Agradeço, primeiramente, à minha família, por ser compreensiva nos momentos em que não me fiz presente, como nas rodas de chimarrão. Por se preocupar se eu estava dormindo e comendo direito e por fazer de tudo para que eu me sentisse sempre bem. E, principalmente, ao Jean Carlo, por entender as minhas angústias, me incentivar a buscar o conhecimento e a explorar os meus potenciais.

O meu muito obrigada às minhas amigas de longos anos, que entenderam todas as vezes que lhes disse que não poderia sair, pois estava me dedicando à produção da monografia e por me ouvirem quando compartilhei as minhas preocupações relativas a esta jornada. Como também aos amigos que conquistei na faculdade e aos do trabalho, vocês são pessoas importantes que a Comunicação Social colocou na minha vida.

Sou grata imensamente à minha orientadora Cristiane Lindemann, que se engajou nesta pesquisa comigo, estando sempre disposta a sanar minhas dúvidas e a me guiar por este caminho fantástico, que é o do conhecimento. Obrigada, de verdade, por todos os aprendizados que me proporcionastes ao longo da graduação.

Agradeço também aos professores Hélio Afonso Etges e Leonel Fernando Aurelio Aires, por terem aceitado compor a minha banca de avaliação e por se disporem a ler esta monografia. Como também, por todas as coisas que me ensinaram ao longo do curso.

Aos oito participantes do grupo focal e aos entrevistados Ricardo Luís Düren, José Renato Ribeiro e Álvaro Pegoraro, que contribuíram fundamentalmente com esta pesquisa, compartilhando suas vivências profissionais, o meu muito obrigada. Sem vocês não teria concluído este estudo. Agradeço a cada um pelo esforço em dedicar o seu tempo para discutir sobre a profissão e por terem sido prestativos com esta pesquisadora.

RESUMO

Esta monografia propõe a análise das técnicas de apuração e checagem de informações do jornalismo investigativo, a partir da investigação representada no filme *Spotlight: segredos revelados* e a discussão de sua relação com a qualidade e a credibilidade do trabalho jornalístico. Para tanto, aborda conceitos teóricos como as práticas jornalísticas de investigação, as fontes de informação, a ética profissional, a função social do jornalista e o cenário em que se desenvolve esta atividade, a partir de autores como Leandro Fortes (2005), Dirceu Fernandes Lopes e José Luiz Proença (2003), Luiz Costa Pereira Junior (2006), Eugênio Bucci (2000) e Nelson Traquina (2007). Nesta pesquisa, de cunho qualitativo, aplicou-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, a análise de conteúdo combinada à pesquisa exploratória, grupo focal formado por oito jornalistas atuantes em redações de porte pequeno e médio, de Vera Cruz, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, e entrevista semiaberta com Ricardo Luís Düren, José Renato Ribeiro e Álvaro Pegoraro, profissionais com experiência na prática investigativa e na editoria de polícia. Desta forma, fez-se a aproximação da abordagem teórica e do objeto empírico deste estudo – a prática do jornalismo investigativo – com o cenário profissional atual. Constatou-se que os jornalistas, tanto os participantes do grupo focal como os repórteres entrevistados, consideram importante o trabalho investigativo e atrelam a esta atividade os conceitos de qualidade da informação e da credibilidade do profissional e do veículo, como fundamentais. Conquanto, verificou-se que a realidade vivenciada nas redações não propicia a aplicação desta especialidade do jornalismo e, assim, deixa-se de exercê-la no cenário de pequenas e médias empresas jornalísticas. Consequentemente, perde-se em diferencial e em aprofundamento das pautas e informações divulgadas ao público.

Palavras-chave: Jornalismo investigativo. Rotinas produtivas. Qualidade. Credibilidade. Fontes.

ABSTRACT

This monograph proposes the analysis of the investigative techniques of investigative journalism, based on the research represented in the film *Spotlight: revealed secrets* and the discussion of its relationship with the quality and credibility of journalistic work. For that, theoretical concepts such as investigative journalistic practices, sources of information, professional ethics, the social function of the journalist and the scenario in which it is developed this activity, from authors as Leandro Fortes (2005), Dirceu Fernandes Lopes and José Luiz Proença (2003), Luiz Costa Pereira Junior (2006), Eugênio Bucci (2000) and Nelson Traquina (2007). In this qualitative research, the bibliographic research, content analysis combined with the exploratory research, a focus group composed of eight journalists from small and medium-sized newsrooms from Vera Cruz, Santa Cruz do Sul and Venâncio Aires, and a semi-open interview with Ricardo Luís Düren, José Renato Ribeiro and Álvaro Pegoraro, professionals with experience in investigative practices and in the police editor. In this way, the theoretical approach and the empirical object of this study – the investigative journalism practice – were approached with the current professional scenario. It was found that journalists, both participants in the focus group and reporters interviewed, consider investigative work important and attribute to this activity the concepts of information quality and the credibility of the professional and the vehicle, as fundamental. However, it was verified that the reality experienced in newsrooms does not allow the application of this specialty of journalism and, therefore, it is no longer exercised in the scenario of small and medium-sized journalistic enterprises. Consequently, it is lost in differential and in depth of the guidelines and information released to the public.

Keywords: Investigative journalism. Productive routines. Quality. Credibility. Sources.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	08
2	A PROFUNDIDADE DOS FATOS: PROCESSOS PRODUTIVOS NA CONSTRUÇÃO DA REPORTAGEM INVESTIGATIVA.....	12
2.1	O jornalismo no exercício da função social.....	13
2.2	As técnicas de apuração, checagem e a busca pela objetividade.....	20
2.3	Fontes de informação: categorização e sua relação com a pauta investigativa.....	31
2.4	Processos produtivos e a ética profissional.....	40
3	OS DESAFIOS DO NOVO CENÁRIO PROFISSIONAL E OS IMPACTOS NA PRODUÇÃO INVESTIGATIVA.....	51
3.1	As novas tecnologias e o comportamento nas redações.....	52
3.2	Redução de efetivo, de investimentos e de tempo.....	58
3.3	A credibilidade e a qualidade do trabalho investigativo.....	63
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	69
4.1	<i>Spotlight: segredos revelados</i>	70
4.1.1	Os personagens por trás de <i>Spotlight</i>	71
4.2	Pesquisa bibliográfica.....	75
4.3	Análise exploratória do conteúdo.....	76
4.4	Grupo focal.....	78
4.4.1	Aplicação do grupo focal.....	79
4.4.2	Perfil dos participantes.....	80
4.5	Entrevista semiaberta.....	81
5	UM DEBATE SOBRE QUALIDADE E CREDIBILIDADE NO JORNALISMO INVESTIGATIVO.....	85
5.1	As rotinas produtivas.....	88
5.1.1	A complexidade na produção da pauta investigativa.....	91
5.2	As fontes.....	96
5.2.1	O contato com as fontes e a manutenção deste vínculo.....	99
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
	REFERÊNCIAS.....	110
	ANEXOS.....	115
	ANEXO A – REGIÕES E PAÍSES DO MUNDO ONDE GRANDES ESCÂNDALOS DE ABUSOS SEXUAIS TAMBÉM FORAM DESCOBERTOS.....	115
	ANEXO B – CENA DO FILME <i>SPOTLIGHT</i> EM 10’10’’.....	117
	APÊNDICES.....	118
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE PERGUNTAS DO GRUPO FOCAL.....	118
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO INICIAL DO GRUPO FOCAL.....	122
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO FINAL DO GRUPO FOCAL.....	123
	APÊNDICE D – DVD DO GRUPO FOCAL.....	124
	APÊNDICE E – PERGUNTAS DA ENTREVISTA SEMIABERTA.....	125
	APÊNDICE F – CD COM O ÁUDIO DAS ENTREVISTAS.....	127

1 INTRODUÇÃO

A atividade jornalística compreende a captação e a divulgação de fatos e informações de interesse público, tendo como meios difusores os veículos de comunicação¹. A notícia visa relatar o real e, para tanto, os dados que sustentam a narrativa devem ser apurados antes de sua publicação, junto a diferentes fontes. O jornalismo investigativo, área de especialização profissional, visa apurar e divulgar acontecimentos que não são de conhecimento da sociedade - como as práticas irregulares e corruptas cometidas pelos poderes públicos, escândalos políticos, crimes e injustiças sociais -, mas que sendo de interesse coletivo, precisam chegar até o público através de flagrantes, denúncias, reportagens e notícias.

Contudo, a prática investigativa tem de ser entendida muito além de uma ferramenta para revelar episódios antes desconhecidos pela sociedade. É necessário compreendê-la como um processo complexo, que exige tempo, dedicação e busca incessante pela verdade a partir de técnicas adequadas. Cumprindo papel social importante, presta um serviço ao público, pois o material decorrente deste trabalho permite que as pessoas interpretem a realidade, tomem ciência dos seus direitos e formem concepções próprias a partir do conteúdo divulgado.

É crucial considerar que o jornalismo investigativo vem sofrendo impactos com a diminuição do efetivo das redações, o acúmulo de trabalho e a falta de tempo e de recursos financeiros. Além disso, percebem-se mudanças no cenário e na prática jornalística devido à ascensão da internet² e das tecnologias da comunicação e da informação. Na era digital, as redações das empresas jornalísticas utilizam constantemente o ciberespaço³ e os aparelhos tecnológicos para apurar, investigar e buscar dados, muitas vezes afastando o repórter das saídas a campo para realizar tais atividades. Observa-se que a produção do conteúdo noticioso é realizada, proeminentemente, por meio do computador e do telefone.

¹ Utiliza-se esta expressão para se referir não apenas aos veículos tradicionais, como jornais, revistas, emissoras de TV e de rádio, mas também aos diferentes espaços digitais (*sites, blogs, fanpages* etc.), incluindo as iniciativas independentes, que não fazem parte de grupos de comunicação.

² A internet é uma rede mundial de computadores, interligados, possibilitando o compartilhamento e o acesso às informações em qualquer parte do mundo e por diversos usuários ao mesmo tempo.

³ Ciberespaço é o espaço virtual no mundo da comunicação, que não exige a presença física humana.

Desta forma, a credibilidade e a qualidade das notícias e reportagens podem ficar comprometidas. Mas não se quer aqui sustentar que as tecnologias atrapalham ou são dispensáveis no processo de apuração jornalística, e sim discutir se tais facilidades têm acomodado os repórteres dentro dos seus ambientes de trabalho, bem como refletir sobre outros elementos essenciais da prática investigativa, a exemplo do apoio que instituições como a polícia e o Ministério Público têm dado com frequência aos jornalistas, facilitando a obtenção de material informativo.

Sobretudo, o profissional investigativo busca chegar o mais próximo possível da objetividade⁴, ou seja, não deve se pautar por informações vagas, rasas ou subjetivas; nenhum conteúdo veiculado é sustentado simplesmente pelo que pensam os jornalistas. O repórter precisa apurar, entrevistar, buscar pluralidade nas fontes, cruzar dados e informações, checar e conferir o conteúdo levantado, além de fazer a contextualização e a conexão dos fatos até esgotá-los – desta forma, garantindo que pontos de vistas e interesses isolados não sejam reproduzidos. Para isso, o domínio das técnicas de apuração e checagem de informações é essencial.

Outro fator a ser observado é que os jornalistas com menos experiência – os recém-formados ou aqueles que atuam pela primeira vez em redações - demonstram caráter de incerteza e dificuldade em se familiarizar com os processos de pesquisa e averiguação dos acontecimentos quando se trata de jornalismo investigativo. Isto porque não há uma fórmula exata e única na qual o profissional deve se basear para fazer uma cobertura jornalística dessa natureza, obrigando assim o despertar de um faro instintivo do repórter, o que muitas vezes só é possível através da experiência prática, que conduz ao domínio e ao entendimento das etapas deste processo.

Desta forma, é fundamental fomentar discussões acerca do jornalismo investigativo confiável, preciso, realizado com competência e compromisso social. Existem outros estudos nesta área, mas há a necessidade de atentar o olhar dos pesquisadores para discussões que contemplem o âmbito local. Assim, neste trabalho se propõe uma exploração sobre como se dá a prática jornalística a partir da experiência de profissionais que atuam em redações médias e pequenas⁵. Este

⁴ Trata-se aqui da aproximação do jornalismo com a objetividade, pois este conceito movimenta discussões no campo jornalístico que questionam se é possível atingi-la por completo.

⁵ Considera-se neste estudo, as redações pequenas como as pertencentes aos veículos de abrangência local, as médias como aquelas de cobertura regional e estadual e, por conseguinte, têm-se as grandes como de abrangência nacional.

estudo se torna relevante à medida que pretende evidenciar a importância e contribuir para a conservação da essência do jornalismo investigativo, que há algumas décadas era tido como heroico e hoje, muitas vezes, tem sido visto com caráter sensacionalista e de denunciismo.

Portanto, o objeto empírico deste trabalho compreende a prática do jornalismo investigativo. Busca-se, a partir da narrativa dos casos de pedofilia e abuso sexual de crianças cometidos por membros da Igreja Católica e investigados pela equipe de reportagem do jornal *The Boston Globe*, retratada no filme *Spotlight: segredos revelados* (2015), analisar questões relativas às práticas de apuração e checagem de informações e compreender de que forma contribuem para a qualidade e a credibilidade do trabalho jornalístico. A partir disso, objetiva-se também, mapear as técnicas aplicadas nas rotinas produtivas referentes à investigação, entender a sua importância para a qualidade e a credibilidade do trabalho jornalístico e identificar os tipos de fontes consultadas pelos jornalistas e como eles conduzem esta relação.

A produção do diretor Tom McCarthy, vencedora do Oscar 2016 nas categorias de melhor filme e melhor roteiro original, teve grande repercussão, pois reacendeu o debate sobre o jornalismo investigativo realizado em profundidade e sobre os dilemas da profissão ao lidar com instituições bastante representativas, como a Igreja Católica. As cenas do filme retratam o dia a dia do repórter investigativo: a procura em arquivos empoeirados, visitas frequentes às fontes, levantamento de dados com entrevistas e observações rascunhadas em blocos de anotações, consulta em registros antigos do jornal, bem como reuniões com o editor-chefe e sua equipe.

Esta pesquisa foi estruturada em quatro capítulos teóricos, sendo abordados no segundo capítulo os processos de construção da notícia investigativa. Trata-se de processos, no plural, pois a produção deste tipo de material noticioso é complexa e perpassa diversos aspectos, dentre eles: a função social exercida pelo jornalista, as técnicas de apuração de informações utilizadas pelos profissionais e a perspectiva da objetividade jornalística, bem como a relação entre as fontes e os repórteres, os métodos de checagem do conteúdo apurado e a ética profissional.

Em sequência, o terceiro capítulo trata das perspectivas relativas ao cenário contemporâneo da profissão. Exploram-se, assim, os efeitos provocados – e ainda em curso – pela era digital no trabalho jornalístico, como também as dificuldades encontradas nas redações com a redução de pessoal, de investimentos e de tempo

– um problema contemporâneo evidenciado por diversas pesquisas, como o levantamento da reportagem do Portal Comunique-se⁶ (2016), baseada nos arquivos da plataforma e do site Volt Data Lab⁷ (2016), o qual demonstra que mais de 500 profissionais da imprensa brasileira foram demitidos em 2016. E, ainda no capítulo 3, propõe-se uma discussão acerca da credibilidade e da qualidade da produção jornalística.

Os processos metodológicos utilizados neste trabalho são apresentados no quarto capítulo, como forma de entender os caminhos traçados para cumprir os objetivos propostos. Esta investigação, de cunho qualitativo, fez uso de pesquisa bibliográfica, reunindo os conhecimentos já produzidos sobre a temática; análise de conteúdo combinada à análise exploratória, buscando mapear as técnicas de apuração e de checagem de informações utilizadas na investigação jornalística representada em *Spotlight: segredos revelados*; grupo focal composto por jornalistas atuantes em redações médias e pequenas e, ainda, entrevista semiaberta com repórteres experientes na editoria de polícia e em investigação jornalística.

Em sequência, o quinto capítulo traz a análise dos resultados, a partir das falas dos participantes do grupo focal e dos jornalistas entrevistados, e o cruzamento desse material com o referencial teórico. A próxima seção compreende as considerações finais do estudo. Sobretudo, na construção desta discussão, visou-se produzir entendimentos mais aprofundados e específicos acerca do jornalismo investigativo, prática que vem sendo realizada em um cenário de constantes mudanças e precisa ser valorizada pela sua importância social.

⁶ Reportagem disponível em: <<https://portal.comunique-se.com.br/mais-de-500-profissionais-da-imprensa-foram-demitidos-em-2016/>>.

⁷ Disponível em: <<https://www.voltdata.info/passaralhos/>>.

2 A PROFUNDIDADE DOS FATOS: PROCESSOS PRODUTIVOS NA CONSTRUÇÃO DA REPORTAGEM INVESTIGATIVA

Neste capítulo serão apresentados os conceitos e os processos profissionais que perpassam a produção de uma pauta investigativa. Sendo assim, faz-se necessária uma abordagem do caráter social assumido pelo jornalista perante a sociedade, como também um debate sobre as questões éticas, que são balizadoras na atuação de todo o repórter que toma para si a investigação de um fato – e, portanto, precisam estar bem claras.

Ainda como ponto de partida, é essencial compreender que o jornalismo investigativo geralmente trabalha com o formato de reportagem⁸, devido às peculiaridades da pauta desta natureza: exige mais tempo e apuração, tende ao levantamento de um volume expressivo de dados provenientes de várias fontes, envolve o cruzamento de informações etc. – aspectos que serão igualmente abordados nesta etapa do trabalho.

Parte-se, pois, do pressuposto de que a investigação jornalística precisa ser compreendida em sua complexidade e importância. “O ramo da reportagem mais difícil e, talvez por isso mesmo, o mais fascinante é o das chamadas matérias investigativas. É você procurar descobrir e contar para todo mundo aquilo que se está querendo esconder da opinião pública” (KOTSCHO, 1995, p. 34). Para tanto, desde o início da produção dessa pauta jornalística até a sua conclusão, verifica-se a aplicação de um conjunto de técnicas profissionais que consistem em

[...] juntar todos os dados pertinentes, ainda mais os ocultos, para que o leitor se interesse [sic] da verdade. Em vista disso, Jornalismo Investigativo pode ser definido como a busca da verdade oculta ou mesmo como uma reportagem em profundidade. (LOPES, 2003, p. 12).

Desta forma, o trabalho investigativo requer dedicação e empenho dos repórteres, pois este tipo de produção é algo “[...] complexo, trabalhoso e perigoso. Não se assemelha com a rotina natural das redações. Exige talento, tempo, dinheiro, paciência e sorte” (FORTES, 2005, p. 10). Além disso, Almeida (2003) explica que, por vezes, o profissional acaba abrindo mão de algumas coisas para dar seguimento

⁸ De acordo com Bahia (1990), a notícia passa a ser considerada reportagem quando vai além de noticiar e se afasta do conceito de nota, apostando no detalhamento, na demonstração de causa e efeito – através da ação de questionamento -, na interpretação dos fatos e no impacto. A reportagem se diferencia, portanto, da notícia, pois esta é objetiva, breve e inédita ao fazer a cobertura de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos.

à investigação, como por exemplo, o convívio familiar, as horas regradas de trabalho, feriados e fins de semana. Nesse sentido,

O que diferencia o jornalismo investigativo dos demais setores da atividade são as circunstâncias, normalmente mais complexas, dos fatos, sua extensão noticiosa e o tempo de duração que, necessariamente, deve ser maior, embora quase sempre exercido sobre pressão. (FORTES, 2005, p. 35).

Sendo a prática investigativa uma área de especialização do jornalismo, aproximar as informações divulgadas com a realidade dos fatos, também é preocupação essencial dos repórteres. Para tanto, é primordial seguir normas profissionais (SPONHOLZ, 2009). Partindo deste pressuposto, nas seções seguintes deste capítulo será realizado um estudo teórico das etapas que fazem parte deste trabalho jornalístico. Entende-se que

A própria natureza da atividade ajuda a tornar o processo impreciso – o ato de apurar e escrever na imprensa envolve tanto a retórica (ter o público como horizonte) quanto a ética (respeitar esse público e a realidade que se testemunhou para ele) e a técnica (exige que se trabalhe sobre o verificável). O produto do trabalho jornalístico é sempre uma combinatória. (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 75).

Logo, é fundamental compreender estes elementos combinatórios, pois revelam uma complexidade de processos, saberes e práticas que embasarão a fase analítica da presente pesquisa.

2.1 O jornalismo no exercício da função social

Nesta seção se adota o jornalismo investigativo como um segmento profissional que assume importante papel na sociedade, incumbido de uma complexidade que vai além do uso das técnicas profissionais nas rotinas produtivas. Entende-se que “[...] os jornalistas são parte de uma profissão, talvez das mais difíceis e com maiores responsabilidades sociais” (TRAQUINA, 2007, p. 11) e, nesse contexto, faz-se necessário elucidar que o desenvolvimento das pautas investigativas ultrapassa os processos habituais de produção de notícias, assumindo a função de

[...] descobrir segredos que não se quer divulgar. Seu objetivo primordial não é difundir aquilo que governos, igrejas, grupos econômicos ou políticos desejam contar ao público, embora também se sirva disso, mas aquilo que o cidadão quer, precisa e tem o direito de saber, o que não

necessariamente coincide com o que os outros querem contar. (BUCCI, 2000, p. 42).

Nessa perspectiva, a profissão é concebida como agente transformadora da sociedade, colaborando para o seu progresso em diversos âmbitos. Na concepção de Sousa (2001, p. 36), “Aqueles que acedem ao estatuto de jornalista profissional têm à sua frente uma carreira capaz de proporcionar grandes recompensas pessoais” – ou seja, ao viabilizar mudanças na sociedade e na vida dos cidadãos, o jornalista também é gratificado. Essa função, preocupada com o interesse público e com suas necessidades sociais, faz do jornalismo, segundo Karam (2012), um espaço onde os debates sociais são possíveis.

Ao compreender a relevância do papel social inerente ao jornalismo, Traquina (2007) diz que esse aspecto passou a mexer com o imaginário da sociedade. Para o autor, o encargo atribuído à profissão vem ganhando rotulações das mais diversas:

Toda profissão é sobrecarregada de imagens, mas talvez não exista outra tão rodeada de mitos como a do jornalismo. De facto, o poder do mito tem envolvido a profissão de jornalismo de tal maneira que, muitas vezes, os jornalistas são apresentados como os Davides da sociedade matando os Golias – uma forma não menos poética de conceber o jornalismo como um *contrapoder*⁹[...]. (TRAQUINA, 2007, p. 74, grifo do autor).

Trata-se, pois, de diferentes modos pelos quais o jornalismo e os profissionais são percebidos pelo público. Karam (2012) afirma que há uma pluralidade de formas de se referir à profissão, devido a legitimação enquanto defensor dos interesses coletivos, tais como “o olho do público”, “o mais fiel registro da história cotidiana”, “o porta-voz da sociedade”. Outra expressão, ainda mais popular, a de “cão de guarda”, é citada por Proença (2003). Ela diz respeito ao instinto do repórter de vigia dos acontecimentos. “E, na maioria das vezes, o papel exige um cão muito especial, com olhos de lince e faro apurado” (PROENÇA, 2003, p. 196).

Desta forma, o autor evidencia as características que, em tese, compõem um bom repórter – em especial o investigativo, que deve se mostrar incansável na busca pela informação (muitas vezes oculta, de difícil acesso) a ser transmitida para o seu público.

Toda a mitologia do repórter, do <<grande repórter>>, do jornalista de investigação, representa o jornalista como um caçador. O mito do jornalista <<caçador>> invade toda a sua cultura profissional: o jornalista vai atrás do

⁹ Contrapoder é o jornalismo entendido como um movimento que luta contra as incoerências do poder (Estado) e, desta forma, está a favor do bem público.

acontecimento, vai atrás da notícia, fura as aparências, revela a verdade, caça a presa. (TRAQUINA, 2007, p. 168, grifo do autor).

Alguns autores, como Kotscho (1995, p. 34), entendem que em todos os tempos, sempre foi esse o papel do jornalismo – “[...] fiscalizar os poderes públicos [...]” –, sendo o repórter responsável pelo seu cumprimento. Por isso, na história do jornalismo investigativo se destacam alguns trabalhos que revolucionaram a forma de exercício da profissão e provocaram mudanças significativas em determinados setores da sociedade, tais como o Caso Watergate¹⁰, o qual

[...] criou um precedente ao mostrar, como fundamentais, alguns princípios que afetavam diretamente o papel que devia caber à imprensa: não se limitar a ser meramente intermediária entre os canais oficiais e a opinião pública, reproduzindo *releases* ou comunicados. Mais do que isso: a imprensa tinha de começar a questionar as versões oficiais dos acontecimentos. Era preciso instalar a dúvida na informação oficial e, sobretudo, indagar em todas as ocasiões os fatos que ficavam ocultos. (LOPES, 2003, p. 10, grifo do autor).

Nessa perspectiva, entende-se que os acontecimentos devem ser tratados pelos repórteres com profundidade, levando em conta sua essência e sua complexidade, como também, cumprindo o papel de fornecer respostas para a sociedade sobre os fatos que lhes são de interesse e impactam a sua vida. “Cabe ao jornalismo de investigação mostrar como funcionam os mecanismos burocráticos do sistema. O jornalista investigativo deve tentar definir e denunciar o que seja operacionalmente ou conceitualmente falso” (LOPES, 2003, p. 14).

Portanto, o repórter investigativo trabalha com uma grande responsabilidade que, de acordo com Souza¹¹, citado por Almeida (2003, p. 42), é a de “[...] investigar fatos de interesse da sociedade que estejam submersos, ocultos, disfarçados, sem que ninguém consiga mostrar”. Tal finalidade é indispensável para o exercício profissional e, segundo o autor, dá relevância ao seu trabalho. Emprega-se à imprensa, deste modo, defender os interesses da coletividade.

A dinâmica social faz com que as fronteiras dos assuntos públicos e privados estejam em permanente alteração. A imprensa se insere nesta dinâmica com um duplo papel: trazer para o domínio público questões mantidas em círculos restritos por interesses grupais, e alimentar o debate

¹⁰ O Caso Watergate foi um escândalo político, descoberto pela investigação realizada por dois jovens jornalistas do Washington Post, Carl Bernstein e Bob Woodward. A partir da invasão de um escritório do comitê nacional do partido Democrata, que era oposição na época, durante muitos meses, os dois repórteres investigaram as ligações entre a Casa Branca e o assalto ao edifício de Watergate. Os jornalistas consultaram uma fonte secreta, conhecida como Garganta Profunda e dois anos e dois meses mais tarde, o presidente republicano Richard Nixon renunciou ao cargo.

¹¹ Percival de Souza é um jornalista brasileiro e foi entrevistado por Almeida (2003).

sobre tais questões quando elas se tornam públicas, até o esgotamento da discussão, através de uma solução, ao menos parcial, do problema. (MEDINA, 1982, p. 280).

Levando em conta esta complexidade que perpassa a missão delegada ao jornalismo investigativo – a de atender as necessidades sociais –, Sequeira (2005, p. 113) estabelece quatro princípios para que essa função seja exercida com excelência. Esses fundamentos sugerem que:

[...] o repórter trabalhe num contexto social democrático; que as instituições estatais garantam que as mazelas expostas sejam sanadas; que as empresas de comunicação, em uma situação econômica estável, independam de instituições públicas e privadas; e, por fim, que o repórter, durante o processo investigativo, trabalhe sob a égide da ética.

Para contribuir com a melhora da conjuntura da sociedade, Fon¹², em entrevista a Merx (2003), afirma que um dos encargos fundamentais da imprensa é o de fiscalizar o governo. Almeida (2003, p. 51) respalda tal posicionamento ao afirmar que “Independente do momento político vivido pelo país, o Jornalismo Investigativo sempre vai ser necessário. Em qualquer regime sempre há a tentativa de esconder alguma coisa”. A mídia, comprometida com seus deveres, leva ao conhecimento público os fatos que os governantes querem esconder, sendo também indispensável para a manutenção da estabilidade dos regimes democráticos.

[...] mesmo que se atinja um nível de democracia perto do ideal, sempre haverá espaço para o Jornalismo Investigativo, porque, por mais que um sistema político seja competente, ou que as instituições e a polícia realmente funcionem, que tudo funcione, o ser humano é falível e sujeito à corrupção. O ser humano sempre estará sujeito às facilidades que um cargo oferece e a imprensa tem a obrigação de ficar de olho, sempre. (TEIXEIRA¹³, entrevistado por RÉGIS; OROSCO, 2003, p. 184).

A atuação da imprensa é ainda mais importante, na perspectiva de Silva¹⁴, citado por Traquina (2007, p. 132), “[...] quando a arrogância dos eleitos tende a perverter o equilíbrio das regras democráticas e o sentido ético dos comportamentos, sem o qual nenhuma legitimidade se sustenta [...]”. Apesar de o jornalismo visar combater essa postura dos governantes, ele diz que a atividade não pode ser interpretada como juíza da opinião, mas sim como uma profissão que possibilita a liberdade dos debates.

¹² Antonio Carlos Fon é um jornalista brasileiro e foi entrevistado por Merx (2003).

¹³ Agostinho Teixeira é um jornalista brasileiro e foi entrevistado por Régis e Orosco (2003).

¹⁴ Vicente Jorge da Silva é ex-diretor do jornal Público, de Portugal, e sua afirmação foi publicada no periódico no dia 1º de abril de 1989.

Desta forma, compreende-se que o jornalismo não é o agente responsável pela condenação das instituições, mas um meio pelo qual denúncias de práticas irregulares podem ser feitas e comprovadas a partir do trabalho de levantamento e checagem das informações. Para Heraclito (2003), o jornalismo investigativo atuante nas democracias se propõe a indagar e averiguar o trabalho e os projetos da classe política, os quais nem sempre chegam ao conhecimento dos cidadãos. No entanto, a investigação deve deixar os órgãos fiscalizadores fazerem o seu trabalho: “Para isso existe a Promotoria Pública, para isso existem os órgãos de controle” (WAACK¹⁵, citado por HASWANI, 2003, p. 205).

Para além de assumir um papel fiscalizador, o jornalismo também colabora positivamente com a sociedade quando ajuda a formar cidadãos mais críticos, por meio do conteúdo divulgado nos veículos de comunicação. Para Pereira¹⁶, entrevistado por Siqueira e Santos (2003, p. 33), “[...] quando se tem um povo bem informado, tem-se um regime democrático avançado, com uma ressalva: ser bem informado não significa ter muita informação irrelevante”. Portanto, quando são apresentadas informações pertinentes, confiáveis e de credibilidade às pessoas, elas podem analisar e compreender melhor os acontecimentos que impactam diretamente suas vidas.

Apesar desta expectativa, é natural que, enquanto seres humanos, os repórteres possam incorrer em algum erro. Dantas¹⁷, em entrevista a Heraclito (2003), considera a prática investigativa tão necessária à democracia que as falhas cometidas pelos veículos e jornalistas são justificáveis. Heraclito (2003) complementa tal afirmação, propondo que estes deslizos não representam erros deliberados ou afirmações mentirosas, mas são justificáveis quando podem causar um mal menor que a falta de informação.

Ainda quanto à função social do jornalismo investigativo, é substancial citar as abordagens que tratam dos problemas sociais e humanos que são comuns nos espaços ocupados pelas pessoas e se mostram recorrentes no dia a dia delas. Nestas circunstâncias, acima de tudo, entende-se que o jornalismo é uma “[...] ferramenta para a comunidade conhecer seus direitos, lutar por uma vida digna e, quem sabe, encontrar a si mesma” (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 17).

¹⁵ Willian Waack é um jornalista brasileiro e foi entrevistado por Haswani (2003).

¹⁶ Raimundo Pereira é um jornalista brasileiro e foi entrevistado por Siqueira e Santos (2003).

¹⁷ Audálio Dantas é um jornalista brasileiro e foi entrevistado por Heraclito (2003).

Nessa perspectiva, Lage (2003) diz que a prática jornalística é uma forma de fazer com que as misérias e as injustiças coletivas venham à tona. Isso ocorre porque trata “[...] de despertar a consciência sobre as injustiças sociais” (ALSINA, 2009, p. 214), promovendo assistência aos necessitados. Lopes (2003) teoriza nesta mesma linha, dizendo que o objetivo do jornalismo investigativo, nesse contexto, é o de promover reformas na sociedade – ou seja, o trabalho do repórter vai muito além da apuração e divulgação de notícias. Assim, “[...] sua função é estabelecer pontes na realidade dividida, estratificada em grupos de interesse, classes sociais, extratos culturais e faixas até mesmo etárias” (MEDINA, 1982, p. 22).

Em sociedades com desigualdades sociais intensificadas a necessidade por atenção da imprensa é ainda maior, a qual pode trabalhar para reduzir as diferenças e promover ambientes mais educativos.

Nas grandes cidades, recrudescem sentimentos racistas. [...] Além disso, a violência urbana leva as pessoas a pedir linchamentos de malfeitores e a defender ações policiais que sumariamente assassinem os suspeitos de delinqüência¹⁸. O papel do jornalismo não é fazer coro com essa mentalidade, mas o contrário: é combatê-la. (BUCCI, 2000, p. 175-176).

Sob tal perspectiva, constata-se que o jornalismo é uma profissão enriquecedora, porque permite que os profissionais conheçam realidades muito variadas, como esta citada acima, e as compartilhem com o grande público. Além disso, infere-se que o trabalho jornalístico colabora para a construção da cidadania, porque “[...] é responsável pela transmissão de informações e a idéia de cidadania está subordinada à informação” (ALVES; QUEIROZ, 2003, p. 133). Logo, o conhecimento que o público vai acumulando o torna cidadão crítico e mais atento às questões que afetam a sua realidade.

A importância do papel exercido pelos jornalistas com a divulgação de informações também pode ser percebida na veiculação da pauta investigativa, pois, segundo Fortes (2005), ela se sustenta pelo interesse público, pela ética humana e pela manutenção dos direitos democráticos e é motivo de orgulho para o repórter que ama a profissão. Desta forma, observa-se um ganho não só do jornalista, mas também do público, porque “O resultado positivo de uma matéria investigativa é, necessariamente, compartilhado com toda a sociedade” (FORTES, 2005, p. 42).

¹⁸ Foi mantida a grafia original das obras escritas antes do Novo Acordo Ortográfico, que é de caráter obrigatório desde 2016.

Evidentemente, não é possível generalizar. No exercício profissional, Nascimento¹⁹, em entrevista para Rovai (2003, p. 94), afirma que há jornalistas mais comprometidos com seu papel fundamental do que outros e, por isso, “O que diferencia o grande repórter é a vontade de dar uma informação relevante, importante, que ajude realmente a mudar alguma coisa”. Para o material informativo ser significativo na vida das pessoas, o jornalista precisa carregar mais uma característica, que é a de promover o entendimento dos fatos em profundidade, considerando-os em um contexto (LOPES, 2003).

Essa fidelidade com o real – inviável de ser alcançada em plenitude, mas imprescindível no relato jornalístico –, segundo Teixeira²⁰, entrevistada por Periago (2003), é um compromisso firmado entre o jornalista e a sociedade, o qual não pode ser esquecido pelo repórter. No entanto, o profissional pode cair em tentação de algumas conveniências e, por vezes, comprometer o seu dever para com a veracidade dos fatos:

[...] quando um jornalista deixa que o seu valor mais alto, que é o de servir ao direito à informação e, portanto, servir ao cidadão, seja enfraquecido por outro tipo de objetivo – como obter para si vantagens junto a um grupo econômico, ou favorecer uma legenda política, ou proteger uma autoridade pública –, está incorrendo em conflito de interesses. (BUCCI, 2000, p. 59).

Ao estar encarregado de tamanha responsabilidade – divulgar informações de interesse público, que colaborem para transformar realidades sociais – o jornalista pode se distanciar de seus valores éticos, em detrimento de conseguir informações, como as sigilosas, por exemplo, ou “[...] aproveitar-se das suas funções para promover amigos, perseguir inimigos, pagar favores, fazer propaganda ou pedinchar benesses junto dos agentes de poder” (SOUSA, 2001, p. 14). Esta não é uma postura profissional aceitável e, conseqüentemente, colocará em risco a confiabilidade do repórter.

O jornalista representa os cidadãos diante dos fatos e se responsabiliza em coletá-los para informar a sociedade, de modo que está “[...] onde o leitor, ouvinte ou espectador não pode estar. Tem uma delegação ou representação tácita que o autoriza a ser os ouvidos e os olhos remotos do público, selecionar e lhe transmitir o que possa ser interessante” (LAGE, 2003, p. 23). Desta forma, dá-se a legitimação de sua função, enquanto fornecedor de informação de credibilidade e de agente

¹⁹ Gilberto Nascimento é um jornalista brasileiro e foi entrevistado por Rovai (2003).

²⁰ Mônica Teixeira é uma jornalista brasileira e foi entrevistada por Periago (2003).

atuante na construção social. Para tanto, é fundamental seguir algumas técnicas, as quais serão apresentadas na seção seguinte.

2.2 As técnicas de apuração, checagem e a busca pela objetividade

Por ter o jornalismo investigativo o objetivo de divulgar os acontecimentos – muitas vezes ocultos – da sociedade, de forma verídica e confiável, em profundidade, muitas expectativas são depositadas nesta atividade. “O jornal e o leitor não querem nem saber quais são as dificuldades que o repórter está encontrando – querem o fato bem contado” (KOTSCHO, 1995, p. 26). E, para que os jornalistas possam alcançar o seu propósito, realizando um trabalho de excelência, bem como para manter a sua credibilidade junto às empresas jornalísticas e ao seu público, existem alguns processos que devem ser seguidos.

Quando se trata de jornalismo investigativo, Lopes (2003, p. 10) considera duas normas importantes: “1) a busca da verdade oculta; 2) juntar os cacos da realidade e estabelecer relações entre eles”. Além destes, outro princípio que agrega valor de confiabilidade e de aproximação da realidade às informações transmitidas pelos repórteres investigativos é o da objetividade.

[...] a objectividade no jornalismo não é a negação da subjectividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não interessada, e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho. (TRAQUINA, 2007, p. 143).

Ao seguir esse preceito o profissional vai “[...] tentar entender o sentido dos fatos – a relação com o outro e o mundo, que depende de verificação –, tendo o público por horizonte, respeitando o que se verificou, viu, testemunhou” (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 55). Ao jornalista não cabe cultivar dúvidas sobre os acontecimentos, mas comprová-los e se aproximar de sua fidelidade, ou seja, “[...] medir-se pelo primor da observação exata e minuciosa dos acontecimentos do dia-a-dia” (LAGE, 2001, p. 34).

O esforço em prol da objetividade das informações também deve se fazer presente no processo investigativo e “[...] isso só será possível com a adoção de uma ‘disciplina de verificação’ rigorosa (porque atenta aos ‘fatos concretos’) e transparente (porque ‘fatos concretos’ são construídos simbolicamente) [...]”

(PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 65). Daí, depreende-se que as fontes têm papel fundamental junto à busca pela objetividade, afinal, “[...] o jornalista faz suas confirmações a partir de consulta a quem informa ou contextualiza os fatos, mesmo que sejam suspeitas, especulações, pontos de vista” (SCHMITZ, 2011, p. 17).

Além das fontes – cuja abordagem é aprofundada na seção 2.3 –, como se evidenciou anteriormente, ser objetivo implica considerar o fato por completo ou, nas palavras de Alsina (2009, p. 229), “Uma forma de conferir sentido a um fenômeno, é quando o contextualizamos”. Toma-se como princípio que os acontecimentos não podem ser pensados isoladamente, necessitando de um contexto para fazer sentido e se entender suas causas e consequências. Desta forma, “O trabalho jornalístico seria, assim, o de explicar o encadeamento de eventos que produziram o fato, não falsear a sua ordem, mas dar legitimidade a suas escolhas ao encadear o evento a outros, também legitimados” (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 29).

Esse processo de conexão e contextualização das informações, feito pelo repórter, consegue se efetivar a partir da investigação – que, para Sponholz (2009), pode ser considerada a palavra-chave para a prática da objetividade. Apresentar a conjuntura em que se encadeiam os fatos e encontrar explicações para as lacunas entre os acontecimentos

[...] implica colocar as pessoas no centro do noticiário, aprimorar o estilo e aprofundar a apuração, ter apego a detalhes de cenas, gestos e comportamentos, além de conseguir extrair de cada personagem ou fenômeno o sumo que interessa à história que relatamos. Evitar, com sorte, mostrar o fragmento para provocar a sensação de plenitude, vender o especialista como se a sua presença garantisse profundidade ao relato. E assim identificar-se a um mundo que vê a possibilidade de existir uma visão mais compreensiva, mas não condescendente em torno das coisas, de encontrar reciprocidade entre as partes e um todo complexo, mas que podemos tentar entender, por meio de contextualizações muitas vezes reveladoras. (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 100).

Relaciona-se, muitas vezes, objetividade à atitude do repórter de não colocar sua opinião no texto jornalístico. Contudo, conforme se verifica a partir da concepção de diferentes autores, isso não basta. Segundo Sponholz (2009), os processos práticos da reportagem também têm caráter objetivo, porque esta etapa da notícia compreende a forma como o profissional se comporta diante dos fatos. Ou seja, “[...] a conduta do jornalista só poderá ser a de quem busca uma única e exclusiva ‘verdade’. Mas com espírito aberto para não cegar diante de evidência contrária ou ignorar a pluralidade de versões possíveis” (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 73). Tal

premissa denota o quão complexo é para o repórter chegar ao seu objetivo: produzir a notícia confiável.

[...] o cotidiano do jornalista é, no talo das vezes, alimentado por realidades nem sempre verificáveis, por constatações duvidosas, fatos sem testemunho direto, *press releases* não raro farsantes, histórias plantadas só para que a equipe de reportagem seja testemunha, títulos criados antes de a matéria existir, horários de fechamento mais curtos, Redações enxutas e profissionais sobrecarregados, além de muitas, mas muitas fontes traiçoeiras, porque enganosas ou enganadas. (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 74-75).

Portanto, para conferir ao trabalho investigativo a seriedade e a confiabilidade que são de sua ordem devem ser aplicadas as técnicas de apuração e checagem de informações. Muitos pesquisadores abordam esta temática, no entanto, Assiz (2003, p. 142) lembra que “[...] não há uma regra genérica que se aplique, como uma receita de bolo, a qualquer tipo de matéria de Jornalismo Investigativo”. Isto porque cada pauta tem suas especificidades e, assim, “O método jornalístico pode variar. Algumas fases podem ter um peso maior ou menor de acordo com o objeto da investigação, o grau de abrangência das informações [...]” (SPONHOLZ, 2009, p. 146) – entre outras questões que se verificam na sequência.

Apesar de serem variadas, há competências indispensáveis para todo o repórter investigativo; “As principais delas são a acuidade para descobrir, levantar e aprofundar pontos de vista plurais, divergentes, contraditórios e convergentes sobre determinada situação real [...]” (MEDINA, 1982, p. 146). Esse aspecto vem ao encontro do que se apontou anteriormente, sobre a importância da contextualização. Também se identifica que, devido ao caráter de sondagem dos fatos, muitos dos processos básicos dessa atividade jornalística, segundo Merx (2003), são oriundos das técnicas utilizadas nas investigações policiais. Além dos métodos já citados, o jornalismo investigativo necessita de outras competências do repórter, como:

Paciência e concentração, porque uma boa investigação é demorada e, normalmente, recheada de documentos, dados, estatísticas, legislações e códigos de onde se tira o extrato necessário para a notícia. Muitas vezes, não é de uma fonte ou de um documento que se obtém a informação, mas do cruzamento de vários deles. (FORTES, 2005, p. 36, grifo do autor).

Assim, o repórter pode se aprofundar na pauta investigativa e, segundo Cabrini²¹, entrevistado por Biazoto (2003, p. 154), “Fugir das primeiras aparências da notícia, dedicar-se, pesquisar e ter seriedade para tratar o assunto são fundamentais

²¹ Roberto Cabrini é um jornalista brasileiro e foi entrevistado por Biazoto (2003).

para que um repórter se torne jornalista investigativo [...]”. Além disso, é essencial que o faro instintivo do jornalista seja sempre desconfiado, pois “O olho do repórter é que vai descobrir por entre qual brecha se pode chegar à notícia” (FORTES, 2005, p. 36). Nesse processo, para o autor, o profissional não pode ignorar as informações, por mais despreziosas que pareçam.

Pesquisa minuciosa de cada nuance dos fatos feita com os olhos críticos que deve ter todo bom repórter. No caso Watergate, os jornalistas do *The Washington Post* saíram-se melhor porque deram importância a uma notícia – e a detalhes dela – que os colegas de outros jornais tinham desprezado. Então, o olho do repórter investigativo tem que suplantar a pura curiosidade, assumir um quê de detetive mesmo. (FORTES, 2005, p. 35, grifo do autor).

Dentre os autores que mencionam as etapas que fazem parte da investigação jornalística está Lage (2003), o qual foi escolhido para embasar o desenvolvimento teórico desta explicação sobre os processos de apuração e checagem de informações. O autor afirma que uma reportagem investigativa pode se originar de várias formas, como através de

[...] pequenos fatos inexplicáveis ou curiosos, pistas dadas por informantes ou fontes regulares, leituras, notícias novas (uma pequena nota em jornal japonês deu origem à famosa reportagem sobre o massacre de Mi Lai, no Vietnã) ou a observação direta da realidade. (LAGE, 2003, p. 139).

Outro ponto importante de ser estimulado é a curiosidade – aptidão, em tese, inerente ao repórter. Conti²², em entrevista para Haswani (2003), considera que a produção investigativa inicia a partir desta característica. Por sua vez, Fon, citado por Merckx (2003, p. 88), compara a origem da investigação jornalística à da policial.

[...] parte-se de um fato – que pode ser um crime ou um acontecimento político e/ou econômico – e, através de uma varredura, chega-se aos detalhes, circunstâncias e atores coadjuvantes, de forma a estabelecer um quadro que permita a completa compreensão desse fato.

Além disso, a infiltração é outro procedimento que viabiliza uma investigação (LOPES, 2003). Nela o repórter, sem se identificar, vai ao local onde acredita que os fatos vão se desenvolver. “A infiltração possibilita a maior aproximação física dos acontecimentos para comprovar *in loco*²³ como funcionam” (LOPES, 2003, p. 17). Por vezes, pode acontecer um fenômeno quase contrário: ao invés de o jornalista ir até o fato, informações ou partes de um contexto chegam até ele. “[...] em muitos casos, o repórter pode iniciar uma investigação a partir de uma documentação

²² Mario Sergio Conti é um jornalista brasileiro e foi entrevistado por Haswani (2003).

²³ Comprovar os fatos *in loco* significa ir até o próprio local onde ocorreram.

recebida, porém, deve estar sempre atento aos interesses de quem enviou a primeira pista”, aponta Barcellos²⁴, entrevistado por Konopczyk (2003, p. 162). Lembra-se novamente, como neste caso, que cabe ao repórter dar importância à informação que chegou às suas mãos e aguçar sua curiosidade sobre ela.

Depois de o repórter detectar a problemática que norteará sua investigação, Lage (2003) diz que o passo seguinte é compreender quais são suas possibilidades, no que diz respeito à existência de documentos e fontes a serem consultadas e ao desdobramento final do trabalho. Como terceira etapa, o autor delimita o ato de “[...] familiarizar-se com o assunto, o que envolve alguma pesquisa e consulta a fontes secundárias” (LAGE, 2003, p. 139). Para pesquisadoras como Sponholz (2009), esta fase é denominada de “pré-investigação”; para outros, como Pereira Junior (2006), de “sondagem inicial”.

É a apuração preliminar, a exploração das fontes, documentos e publicações, numa pesquisa prévia à formulação da pauta. É uma base de informações para sustentar uma investigação, como saber qual a credibilidade das fontes que nos lançam a pista inicial. Ajuda a estabelecer a viabilidade da pauta – se não estaria propondo o impossível de ser apurado – e se ela se justifica. (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 78).

Este estágio da investigação é muito importante e não deve ser suprimido pelo repórter. Para realizá-lo, Lopes (2003) explica que as documentações disponíveis sobre o tema podem ser encontradas no arquivo da empresa jornalística. Outra possibilidade é a de o repórter cultivar um arquivo próprio, o qual vai abastecendo de informações, fotos, documentos e dados, ao longo da sua carreira. “Após a sondagem inicial, um bom apoio para a formulação da pauta é o plano de ação com o qual se espera obter informações” (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 79).

Trata-se de um planejamento sobre o processo investigativo, o qual inclui “[...] custos, métodos de arquivamento e cruzamento de informações etc.” (LAGE, 2003, p. 139). É essencial, pois permite que o repórter veja as suas possibilidades para chegar até o fim da apuração da pauta e, assim, “[...] é conveniente que trace um completo plano de trabalho que permita desenvolvê-la com máxima eficácia” (LOPES, 2003, p. 18). Além disso,

[...] o planejamento para a apuração de informações não só organiza a edição como representa uma cadeia produtiva em si. Implica uma rotina de apuração já na formulação da pauta e que se continue a apurar informação

²⁴ Caco Barcellos é um jornalista brasileiro e foi entrevistado por Konopczyk (2003).

mesmo durante o controle de qualidade, que é o processo de edição. (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 76).

Neste estágio, ao jornalista compete “[...] analisar os possíveis métodos de trabalho, distribuir as tarefas – no caso do trabalho em equipe – ou separar um tempo específico para cada tarefa, se trabalha sozinho” (LOPES, 2003, p. 19). Apesar de todo esse cuidado, Christofolletti (2003) alerta que nem sempre se consegue seguir todo o planejamento. Situações inesperadas podem acontecer e neste momento alguns repórteres se frustram. No entanto, indica-se prosseguir com a investigação e reajustar a rota do trabalho, em busca de mais informações e vestígios delas.

A quinta fase é determinada por Lage (2003) como aquela em que se deve colocar o plano de ação em prática, começar a conversar com as fontes e pesquisar nos documentos. Ou seja, esta é a fase da apuração das informações.

O rigor na apuração de informações deve partir de premissa muito simples, nem sempre considerada: cada afirmação, de cada linha, só deve ser mantida depois de respaldada. Apurar pode resumir-se a um jogo de evidências confrontadas a outras. Só a consistência delas garante o relato [...]. Colocar evidências em confronto implica, por isso, critérios de escolha – critérios éticos, de aplicação sistemática – ou a realidade que virá a luz será apenas o reflexo, espiralado, sinuoso e sem fim, de espelhos colocados uns diante dos outros. (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 72).

No processo pela busca das informações que irão compor a reportagem investigativa, há duas questões essenciais. Uma delas é o que Teixeira, citado por Régis e Orosco (2003), compreende como “comprovação *in loco*”. Segundo ele, trata-se de o repórter ir até o local dos fatos para vê-lo com seus próprios olhos e, assim, não depender apenas daquilo que lhe contam. É importante também que o jornalista tenha conhecimento sobre algumas questões do meio policial, como:

[...] seleção de pistas, análises de provas e indícios. Significa dizer que o repórter deve prestar atenção tanto às informações oficiais como àquelas que ele mesmo irá, obrigatoriamente, coletar durante a apuração. [...] Sua excelência advém da convivência com boas fontes policiais, promotores, procuradores e magistrados, o que tende a criar uma relação positiva do repórter com os meandros desse tipo de notícia. Faz, por exemplo, com que o jornalista passe a trabalhar sobre hipóteses plausíveis e aprenda a se safar de falsas pistas e manipulações de fontes inescrupulosas. (FORTES, 2005, p. 38-39).

A apuração de uma pauta, que no jornalismo investigativo pode se tratar da busca de informações sobre uma temática, uma denúncia ou uma suspeita, se dá a partir de “[...] fontes diversas, documentais ou pessoais” (FORTES, 2005, p. 35). O

contato entre repórter e fonte acontece por meio da entrevista, técnica que, segundo Lage (2003, p. 73), “É uma expansão da consulta às fontes, objetivando, geralmente, a coleta de interpretações e a reconstrução de fatos”. Além disso, estando o repórter de frente com as pessoas envolvidas no caso, sejam elas testemunhas ou detentoras de alguma informação importante, a entrevista pode lhe render “[...] o maior número possível de informações, contrapontos, críticas, pistas e, sobretudo, contradições dentro da apuração” (FORTES, 2005, p. 38).

Antes de um primeiro contato com as fontes, cabe ao jornalista pesquisar muito sobre o tema investigado e também sobre as pessoas que irá conversar. “A lição elementar, portanto, é a de evitar o imprevisto” (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 103). Outra maneira de se aproximar dos fatos antes das entrevistas é “[...] telefonar para uma fonte de informação especializada que possa dar, verbalmente, certa assessoria ao repórter que vai enfrentar outra fonte, também especializada” (MEDINA, 1995, p. 28). Quanto mais pesquisa prévia há sobre a pauta, melhor se desenvolve o encontro com a fonte e, conseqüentemente, chega-se mais rápido às informações essenciais.

Assim, entende-se que a entrevista é um momento muito relevante para o desenvolvimento da investigação jornalística e o preparo do repórter é fundamental. Os profissionais mais experientes já sabem como condicionar bem uma entrevista, por já terem realizado inúmeras delas, mas os mais novos jornalistas precisam atentar para algumas questões importantes:

Roteiro de perguntas pode ser muito útil. Se houver desvio, permite que se retome o rumo da prosa, assim que puder. Ajuda a não esquecer do assunto que o levou até o entrevistado. Roteiro de perguntas, no entanto, não é camisa-de-força. Se a conversa toma novo rumo, convém aproveitar e estar preparado para formular perguntas provocadas pelas situações. (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 103).

Sabendo a fonte que o repórter é alguém que busca respostas sobre algum acontecimento ou fato, e, dependendo o teor ou gravidade do assunto, ela pode se sentir desconfortável na posição de entrevistada. Assim, é preciso levar em conta, *a priori*, que existem diversos tipos de fontes, que pensam e agem de diferentes formas.

Se acha que o repórter é uma ameaça (posição freqüente entre os ricos e os que têm algo a esconder), será parcimoniosa nas respostas; se vê na conversa uma oportunidade de defender seus direitos (o que é provável entre pessoas pobres), enfatizará reivindicações e reclamações; se teme que o repórter não compreenda algo (o que ocorre, em regra, com cientistas

e pesquisadores de ciências exatas), procurará ser minuciosa e redundante na explicação. (LAGE, 2003, p. 57).

Cabe ao repórter contornar tais situações, no tempo dedicado à entrevista, entendendo como deve lidar com cada fonte individualmente.

O fato é que perguntar ofende. Fosse diferente, pouca resistência haveria em abordar um desconhecido para arrancar dele revelações que o mais íntimo de seus amigos talvez ignore. Entrevistar é, antes de tudo, construir as condições para que seu interlocutor comece a dizer coisas que hesitaria dizer de bate-pronto a qualquer um. E raramente os encontros entre repórter e entrevistados dispõem de muito mais tempo que um bate-pronto. (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 100).

Contudo, há maneiras de minimizar o desconforto desta etapa do processo de apuração, bem como deixar claro o seu objetivo principal ao entrevistado. Segundo Lage (2003), o repórter precisa se fazer entender como interlocutor, não um subordinado e nem ao mesmo tempo só questionador e pesquisador – esta fase se cumpre no estabelecimento do modo como se dará a troca de informações e as relações de poder. Na concepção de Medina (1995, p. 29),

O entrevistador tem de encarar o momento da entrevista como uma situação psicossocial, de complexidade indiscutível. Se for um iniciante sem preparo ou um prático profissional inconsciente da dimensão psicológica e social daquele *encontro* com a fonte de informação, as coisas acontecerão atabalhoadamente, com agressividade, imposição, autoritarismo. Se não houver consciência das etapas de observação mútua – namoro, busca da confiança recíproca, entrega –, a matéria resultará numa versão pobre do que teria sido uma entrevista.

Deixar a fonte confortável neste momento é importante, bem como deixar claro a ela a sua posição de repórter também é crucial. Por isso, “A relação com a fonte deve sempre ser de não-cumplicidade” (ASSIZ, 2003, p. 149). Mesmo porque o repórter tem uma preocupação aquém disso, que é a de conseguir a informação. Ainda segundo o autor, quando o jornalista se torna conhecido pelo trabalho investigativo que realiza, ele passa a ser rondado por pessoas com interesses em denunciar ou divulgar determinados fatos. Nessas situações, o profissional precisa sempre desconfiar de quem lhe dá alguma informação e, assim, conforme já se destacou em outro momento neste capítulo,

Deve-se também investigar a pessoa que fez a denúncia para descobrir quais são as verdadeiras intenções implícitas na atitude do denunciante. No Jornalismo Investigativo, é fundamental que o repórter tenha um elevado grau de cuidado para não se tornar um garoto de recado. Ele tem que ficar atento para não ser manipulado. (PERIAGO, 2003, p. 174).

Em uma investigação jornalística outros cuidados e situações em relação às fontes de informação e a interação com elas precisam estar claros para o jornalista. Conforme Lage (2003), o entrevistador, durante o encontro com a fonte, deve ter a atitude daquele que presta atenção no que diz a mesma, interferindo minimamente, mantendo-se neutro. Além disso, segundo Almeida (2003), o repórter não deve basear o julgamento de sua fonte de acordo com a sua simpatia para com ela.

É importante, também, gravar a entrevista, principalmente quando a fonte fornece declarações impactantes ou que denunciam algo ou alguém – como para facilitar o processo de escrita da reportagem posteriormente. De acordo com Dantas, citado por Heraclito (2003), a confiança nas fontes exige cautela, para que se evite a formação de uma clientela da informação.

Às vezes esse tipo de controle escapa ao jornalista, afinal antes de uma reportagem ser publicada é preciso ir entrevistando aqui e ali algumas pessoas. Nesse caso, há três possibilidades. Contar com a discricção do entrevistado ou fonte. Pedir a ele que não comente nada com ninguém. Ou fazer caminhos tortos para chegar aonde se deseja, sem que o entrevistado perceba suas intenções. (ROVAI, 2003, p. 96).

Além de se basear em entrevistas, a apuração também consiste na pesquisa e na recolha de documentos que possam comprovar informações já coletadas, ou levar a novas peças do quebra-cabeça que constitui a investigação. “A importância da fase documental está no fato de que é ela que dará credibilidade à matéria. Os leitores que se interessam por reportagens investigativas querem saber dos fatos, que estarão melhor respaldados se apoiados em documentação” (LOPES, 2003, p. 23).

Trata-se de uma forma de o repórter comprovar todas as informações levantadas, pois “Um jornalista não pode denunciar uma situação de corrupção só porque lhe parece que seja ou porque alguém o sugeriu. Antes disso, deverá ter em mãos o máximo de provas documentais que qualifiquem essa situação” (LOPES, 2003, p. 23). Outra vantagem, destacada por Medina (1995), é que a comprovação a partir de arquivos possibilita que as fontes assumam o que foi levantado a partir da pesquisa, servindo de prova do repórter perante a fala de alguém com interesses particulares.

Lopes (2003) entende que a combinação de observação do fato com a verificação de documentos públicos é um passo essencial da investigação jornalística. Para o autor, “É fundamental o conhecimento profundo dos mecanismos

burocráticos onde os arquivos se encontram e que o jornalista tenha tempo de consultá-los” (LOPES, 2003, p. 17). Nesta fase, os repórteres precisam prestar atenção em todos os tipos de arquivos, como

Relatórios anuais de empresas, certidões, registros de imóveis, contratos, processos judiciais transitados em julgado, sites de internet, cadernos de revistas e jornais, tudo isso pode trazer informações surpreendentes em uma investigação jornalística. (FORTES, 2005, p. 37).

Para controlar e acessar facilmente todo o volume de dados, Fernandes²⁵, entrevistado por Christofolletti (2003, 79), recomenda: “O importante é o jornalista ter um arquivo, em que possa consultar sobre fontes, informações e declarações”. A organização dos arquivos coletados pelo jornalista também facilita o seu uso, seja quando necessita de conteúdo para contextualizar os acontecimentos ou tem de fazer consulta no seu acervo (FORTES, 2005).

Esta fase de apuração pode exigir um longo tempo da investigação, porque “[...] se trata de compilar quantos dados sejam possíveis com o fim de dispor, em primeira instância, de elementos objetivos que confirmem a idéia original” (LOPES, 2003, p. 23). Além disso, Lage (2003) lembra que, às vezes, o investigador lida com informações dispostas em tabelas, por exemplo. Estes dados geralmente são cruzados e interpretados para fazerem sentido.

Interpretar tabelas numéricas é um exercício de inteligência. Os dados significativos estão no mesmo nível que outros insignificantes, porque se trata de documentos padronizados, que não consideram situações de relevância. Ou ainda podem ter sido deliberadamente escondidos, coisa de que se suspeita, sempre, diante de balanços e balancetes de empresas. (LAGE, 2003, p. 134).

Após esta etapa, conforme planejamento produtivo sugerido por Lage (2003, p. 139), a sexta fase da produção investigativa é “[...] reavaliar o material apurado e preencher os vazios de informação”. Esta ação se fundamenta, essencialmente, no cruzamento de dados e no preenchimento das lacunas de informação.

Para não ser transformado em mero denunciamento, o Jornalismo Investigativo deve ter a preocupação de ser preciso, da apuração cuidadosa e checagem de todos os dados obtidos durante o processo da investigação. Esses pré-requisitos são fundamentais em toda boa investigação. Antes de publicar o resultado, é indispensável um trabalho profundo de checagem nas entrevistas, nas anotações e na documentação utilizada no processo de investigação. Tudo para se certificar da veracidade e a justeza do contexto da reportagem. (LOPES, 2003, p. 24).

²⁵ Roberto Fernandes de Souza, mais conhecido como Bob Fernandes, é um jornalista brasileiro e foi entrevistado por Christofolletti (2003).

Percebe-se que esta etapa exige atenção e cautela por parte do jornalista, pois ele precisa checar e fazer a checagem novamente, “[...] toda vez que a informação lhe parecer estranha, imprecisa, inconsistente ou óbvia demais” (FORTES, 2005, p. 40). Trata-se, pois, de averiguar a confiabilidade do que foi dito pelas fontes (CONTI, citado por HASWANI, 2003). Já Pereira Junior (2006), de uma forma mais geral, considera três etapas em que o conteúdo levantado pelo profissional deve ser verificado: no planejamento da apuração, na revisão do material apurado e na revisão das informações editadas.

Após o cumprimento destes estágios durante a investigação jornalística, “As etapas seguintes são a avaliação final, a redação e revisão, a publicação e o seguimento ou *suíte*²⁶ da matéria” (LAGE, 2003, p. 139, grifo do autor). Consiste na preparação do conteúdo para então publicá-lo, quando este estiver completo para isso e tenha suprido todas as dúvidas e as lacunas que existiam sobre a pauta.

Sobretudo, quando se trabalha com jornalismo investigativo, espera-se do repórter uma percepção sempre atenta para possíveis pautas, a fim de que

[...] nunca deixe de lado uma informação apenas porque seu chefe não deu atenção a ela. O exercício do poder nas redações inclui um certo desprezo blasé às informações de aparência feérica, às notícias que fogem ao mundinho fechado da política e da economia, ou que pareçam, simplesmente, teorias conspiratórias. Leve sua loucura até o fim. (FORTES, 2005, p. 36).

A produção de uma reportagem investigativa, como se pôde entender durante esse subcapítulo, delega a prática de diversas técnicas e demanda um longo tempo de trabalho. O que faz de um fato uma grande reportagem é a capacidade que os profissionais têm de seguir alguns desses preceitos, mantendo-se atentos para que nada atrapalhe, limite ou tire o foco da sua investigação – tanto no sentido funcional, quanto ético. Em resumo, como aponta Nascimento, em entrevista para Rovai (2003, p. 96), “Em reportagens investigativas todo o cuidado é pouco e toda a discricção é necessária”. E, neste processo, um elemento fundamental que merece atenção dos jornalistas são as fontes.

²⁶ Suíte é a publicação jornalística que explora os desdobramentos de um fato noticiado em edições anteriores.

2.3 Fontes de informação: categorização e sua relação com a pauta investigativa

Dentre as práticas realizadas durante a produção da reportagem investigativa está o contato com as fontes. Elas são “Um elemento fundamental no processo de produção da informação [...]” (ALSINA, 2009, p. 52), pois são utilizadas tanto para confirmar suspeitas e dados, como para acrescentar novos fatos à investigação jornalística. Sendo assim, podem ser consideradas colaboradoras do trabalho dos jornalistas (SCHMITZ, 2011).

Para que a investigação realizada pelos profissionais consiga se sustentar em informações confiáveis e de relevância, que contextualizem os fatos, e para que o repórter obtenha dados para se orientar pelo caminho do entendimento da pauta, existem pessoas e documentos nos quais ele vai se respaldar para esgotar a apuração por completo. Certas vezes, o pontapé inicial de uma investigação provém das fontes.

Poucas matérias jornalísticas originam-se integralmente da observação direta. A maioria contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público. São o que se chama de *fontes*. (LAGE, 2003, p. 49, grifo do autor).

Segundo Schmitz (2011), os profissionais se utilizam das fontes como forma de aprofundamento e humanização dos acontecimentos e, assim, a produção se torna menos fria e inconsistente. Como também, nada mais interessante para o jornalista, por exemplo, do que ouvir uma história sob a perspectiva de quem vivenciou os fatos; ou, ainda, conversar com alguém que tem intimidade e seja especialista no assunto em pauta.

Para os jornalistas, qualquer pessoa pode ser uma fonte de informação. Uma fonte é um indivíduo que o jornalista observa ou entrevista, e que fornece informações. Potencialmente, pode ser qualquer pessoa envolvida, conhecedora ou testemunha de determinado acontecimento ou assunto. (TRAQUINA, 2007, p. 116).

Quanto à sua categorização, Schmitz (2011, p. 50) diz que nos veículos de comunicação as fontes são encaixadas de acordo com as editorias, sendo dispostas assim: “[...] política (oficial), economia (oficial, empresarial), cultura (notável), ciência (especialista), polícia (oficial, popular) etc.” Outros autores oferecem uma divisão mais complexa, indicando que

[...] se podem classificar as fontes de acordo com a sua proveniência: internas ao órgão informativo (o Centro de Documentação, os colegas, etc.), externas (o primeiro-ministro, uma testemunha de um acidente, o público em geral, etc.) ou mistas (um jornalista da casa que presenciou um acontecimento a noticiar por outro jornalista, etc.). As fontes podem ainda classificar-se de acordo com o seu estatuto: oficiais estatais (Assembleia da República, etc.), oficiais não estatais (partidos políticos, sindicatos, associações, etc.), oficiosas (um assessor de um ministro que dá a sua versão dos factos, etc.), informais (a testemunha de um crime, o polícia de giro, etc.). (SOUSA, 2001, p. 62-63).

A partir do exposto, propõe-se uma abordagem destas categorias de fontes apontadas pelos pesquisadores, firmando a sua importância e complexidade em relação à prática jornalística. Por vezes, “As fontes oficiais são as preferidas dos jornalistas, pois suas ações e estratégias têm impacto direto no interesse público, pela sua capacidade de poder de influência, acesso facilitado e sistemático às pautas da mídia” (SCHMITZ, 2011, p. 51). Mas há de se considerar que elas “[...] são mantidas pelo Estado; por instituições que preservam algum poder de Estado, como as juntas comerciais e os cartórios de ofício; e por empresas e organizações, como sindicatos, associações, fundações etc” (LAGE, 2003, p. 63) e, assim, defendem também o interesse dessas organizações. Contudo, para a apuração de informações se reconhece

[...] o valor das fontes institucionais (organismos do governo, grandes empresas, etc.), pois em primeiro lugar, são de fácil acesso, já que possuem departamentos de comunicação que fornecem aos jornalistas a informação atualizada e, em segundo lugar, estão legitimadas, como sendo fontes de consulta obrigatória de acordo com as normas de trabalho do jornalista. (ALSINA, 2009, p. 171-172).

O jornalista sabe onde procurar essas fontes, as quais “[...] estão em todos os níveis (nacional, estadual e municipal) e poderes (executivo, legislativo e judiciário). Suas relações com a mídia decorrem, e muito, do regime de governo” (SCHMITZ, 2011, p. 51) – o que pode, em alguns casos, dificultar a interação com determinados veículos ou jornalistas. Contudo, elas são necessárias no processo de apuração da pauta e, em dadas circunstâncias, é crucial utilizar informações obtidas junto a órgãos oficiais, visto que algumas técnicas não estão ao alcance dos jornalistas (FON, entrevistado por MERKX, 2003).

Além desta, Lage (2003) elenca outros tipos de fontes, também citadas por Sousa (2001) e Schmitz (2011). As fontes oficiosas são aquelas ligadas a uma empresa ou pessoa, mas que não estão incumbidas a falar em seu nome. Quanto às

fontes independentes, “[...] são aquelas desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico em cada caso” (LAGE, 2003, p. 63).

Levando em conta estas três categorias, Lage (2003) considera as fontes oficiais como sendo as de maior confiabilidade, entendendo que, em geral, as informações por elas concedidas são verídicas. O autor ainda categoriza as fontes de acordo com a proximidade que têm com o acontecimento. As primárias, neste caso, são entendidas como aquelas que fornecem as informações da essência do fato; e as secundárias se constituem como as responsáveis pelas informações mais genéricas e contextuais.

Outra fonte utilizada pelos jornalistas e que se fundamenta como importante para a realização de um bom trabalho investigativo é a especialista, aquela que detém conhecimento específico sobre determinado assunto (SIQUEIRA; SANTOS, 2003). Lage (2003, p. 67) denomina esta categoria de *experts* e aponta que, geralmente, são “[...] fontes secundárias, que se procuram em busca de versões ou interpretações de eventos”. Além disso, são fundamentais quando o profissional não sabe muito sobre algum tema que é pauta ou não domina a linguagem ou contexto em que este se desenvolve. Assim, determinados assuntos trabalhados necessitam deste tipo de fonte. “O especialista será tanto melhor fonte quanto mais consiga decodificar em termos simples a informação técnica e quanto mais capacidade de previsão tiver” (SOUSA, 2001, p. 72).

E ainda, considerando as fontes humanas – ou seja, pessoas contatadas para fornecer informações –, encontram-se as testemunhas. São aquelas que, conforme o nome indica, testemunham os fatos. Assim, elas podem relatar com mais precisão o ocorrido para o jornalista, trazendo um tom de humanização a produção da reportagem.

[...] o testemunho mais confiável é o mais imediato. Ele se apóia na memória de curto prazo, que é mais fidedigna, embora eventualmente desordenada e confusa; para guardar fatos na memória de longo prazo, a mente os reescreve como narrativa ou exposição, ganhando em consistência o que perde em exatidão factual. (LAGE, 2003, p. 67).

Outro tipo de fonte muito utilizado no jornalismo investigativo são as documentais. Schmitz (2011, p. 28) denomina essa fonte como de referência: “Aplica-se à bibliografia, documento ou mídia que o jornalista consulta. Trata-se de um referencial que fundamenta os conteúdos jornalísticos e recheia a narrativa,

agregando razões e ideias”. Nem sempre as fontes são pessoas que sabem ou têm relação com o fato. Às vezes, uma informação importante provém de um arquivo.

Para Lopes (2003), o trabalho documental pesado e preciso é imprescindível no processo de investigação realizado pelo jornalista. Para a utilização desta categoria de fontes é indispensável o domínio do repórter, pois “A consulta a documentos, em geral, pressupõe algum conhecimento da maneira como foram indexados. O arquivamento é um processo técnico, que pode ser muito complicado em grandes acervos [...]” (LAGE, 2003, p. 134). Sobretudo, quando o repórter está correndo contra o tempo, saber como foi organizado o arquivo – seja ele físico ou digital – facilitará o encontro da informação.

Para Sousa (2001), as empresas jornalísticas devem proporcionar aos seus profissionais um ambiente destinado a guardar arquivos, em que estes possam consultar. Às vezes alguma informação encontrada durante a apuração de uma pauta pode não ser útil no momento, no entanto, ela pode servir de prova em uma investigação futura, por isso é importante a empresa mantê-la arquivada. Além disso, o jornalista também precisa organizar seu próprio local de registro de documentos, o que deve se realizar “[...] guardando e organizando as peças que já produziu e a documentação, livros e peças jornalísticas que encontra e que avalie como sendo susceptíveis de vir a interessar no futuro” (SOUSA, 2001, p. 75).

As fontes documentais também podem ser acessadas, hoje, via internet, através dos bancos de dados digitais, que tratam de “[...] dispositivos que permitem armazenar de maneira ordenada grande volume de informações, em forma de números, textos, fotografias, gráficos etc” (LAGE, 2003, p. 159). Tendo em mãos um computador ligado à rede mundial de computadores (internet), o jornalista consegue encontrar uma enorme quantidade de informações, de forma simples e rápida. Nesse contexto, vale mencionar a existência da Reportagem Assistida por Computador (RAC), assim denominada quando o jornalista se utiliza de recursos como este, de base tecnológica, para a produção da reportagem²⁷.

Ainda estão ao alcance do jornalista investigativo, sedento por informação, outros canais de acesso a informações, como lembra Fortes (2005, p. 36):

As juntas comerciais das cidades também são fontes poderosas de informação. Podem ser consultadas, a um custo baixo, para verificação de participação de pessoas em sociedades empresariais e patrimoniais que

²⁷ Uma abordagem sobre RAC será feita no próximo capítulo.

muitas vezes fazem um elo fundamental entre duas ou mais informações previamente apuradas. No caso de políticos, discursos e projetos de lei trazem, muitas vezes, incongruências e intenções capazes de explicar o contexto de uma investigação.

Contudo, nem todos os registros importantes para a investigação jornalística se resumem àqueles guardados nos arquivos, sendo utilizadas também “[...] listas telefônicas, guias de ruas, de empresas, do comércio, de funcionários de todas as instituições da administração, do censo, de associações políticas, sindicais, culturais, sociais e religiosas” (LOPES, 2003, p. 24). O andamento da pauta investigativa – levando em conta o que já foi apurado e as lacunas a serem preenchidas – é que determinará o tipo de documento que o repórter poderá se valer. Como também a atenção a todo e qualquer conteúdo que lhe surgir aos olhos é importante, pois este pode se transformar em fonte.

Para dar início à investigação jornalística e se ter acesso mais rapidamente à informação verídica, Dantas, citado por Heraclito (2003), afirma que o primeiro passo é verificar se a fonte é confiável e, em seguida, ampliar a sua lista, checando sempre a apuração, conforme abordamos na seção anterior deste capítulo. Devem-se considerar as particularidades de cada nova reportagem e, por isso, de acordo com Waack, entrevistado por Assiz (2003), quando outra pauta surge há de se estabelecer e identificar outras fontes, porque não há fontes que saberão dar respostas sobre todos os temas.

Para possibilitar este rodízio de fontes, segundo Lopes (2003), os bons jornalistas têm uma agenda abastecida de contatos que conquistam ao longo dos anos de profissão, e isso vale não só para o investigador. Conforme o autor, essa rede de fontes permite uma colaboração que lhes oportuniza a obtenção de valiosas informações, desde que se estabeleça uma boa relação entre ambos, caracterizada pela colaboração mútua.

Se o repórter é alguém que sabe perguntar, a fonte, alguém que responde. E a resposta pode ser evasiva ou afirmativa, dissimulada ou franca, irritada ou tranquila; mesmo o silêncio ou um “nada a declarar”, será sempre interpretada como uma resposta. (SCHMITZ, 2011, p. 71).

Independentemente do perfil ou da postura, não se deve diminuir a importância de cada fonte, pois elas são o grande patrimônio do jornalista. De acordo com Almeida (2003), cabe ao repórter saber fazer uso das mesmas para que se desenvolva de forma profícua o passo a passo da construção da notícia. Nesse

processo, saber lidar com as mais diversas situações, facilita o trabalho do profissional. Por isso, Fortes (2005, p. 42) aconselha:

Aquele político ladrão, aquele pastor safado, aquele padre pedófilo, aquele juiz corrupto, toda essa gente horrível, você sabe, é fonte inesgotável de notícia, principalmente quando se fala de jornalismo investigativo. O segredo para desmascará-los não está em partir para cima deles como cão raivoso. É tratá-los, na medida do possível, com respeito. Não tem nada melhor – e incontestável – do que uma matéria que trata um pilantra de maneira respeitosa.

Trabalhar com fontes de caráter diferentes, requer que o repórter avalie a sua fidelidade e a sua sinceridade – ou seja, ele tem de lidar com a insegurança sobre a confiabilidade desta relação. “Não podemos esquecer que as fontes podem ajudar ou não. Podem mentir para conseguir a proteção de um amigo, prejudicar um inimigo ou por algum outro interesse pessoal. Nenhuma fonte é totalmente confiável” (LOPES, 2003, p. 22). Em reportagens que envolvem denúncias, geralmente é alguém do próprio meio investigado que é usado como fonte e, nestes casos, o cuidado é redobrado, pois essas pessoas podem mentir para prejudicar alguém ou até para evitar que futuras acusações recaiam sobre elas.

Principalmente quando há interesses políticos e econômicos. É alguém do próprio governo, da empresa, da empreiteira, do esquema. Também é comum que o denunciante, ou seja, interessado direto na publicação ou esteja tentando negociar, na base da chantagem, algo com o denunciado. (ROVAL, 2003, p. 97).

Vários autores alertam para o fato de que as fontes podem mentir e, para endossar tal discussão, Lage (2003, p. 54-55) introduz duas questões: “[...] por que se conta que alguém preste informações a um estranho, se não ganha nada com isso?” e “por que confiamos que, decidida a responder, essa pessoa não inventará uma resposta qualquer?”.

Para evitar as dúvidas quanto à veracidade das informações prestadas pelas fontes, existem métodos que auxiliam o jornalista. Lopes (2003) considera duas regras importantes: verificar com no mínimo duas fontes independentes as informações e honrar o sigilo das fontes de informação. Checar o conteúdo apurado com mais de uma fonte é necessário porque, assim, evita-se a publicação de um ponto de vista ou de informações que não se sustentam. “O ideal é que se dependa o mínimo possível das fontes, e que se possa sempre confrontar versões, até para que a matéria não se resuma a declarações e depoimentos” (CHRISTOFOLETTI, 2003, p. 78-79).

Quanto ao resguardo da identidade da fonte, Schmitz (2011) entende que o ideal é o jornalista fazer com que a pessoa entrevistada assuma as suas declarações e, caso ela não queira, lhe será garantido sigilo, contanto que suas afirmações possam ser verificadas. É comum em reportagens investigativas que a fonte não queira ser identificada. Isto ocorre, por exemplo, quando ela corre risco de morte ou não foi autorizada a falar sobre o assunto pelos seus superiores²⁸.

Um dos princípios básicos do jornalismo é o de “ouvir os dois lados da história”²⁹, ou seja, reunir o máximo de fontes e versões que possam ser confrontadas na reportagem. Esta premissa visa garantir a pluralidade no discurso – ou polifonia – e é essencial para que a informação repassada ao público seja a mais completa possível, permitindo que o mesmo faça suas próprias interpretações.

A maioria das informações jornalísticas é plural, emana de vários tipos de fontes, que o jornalista utiliza para reforçar ou confirmar a verdade no relato dos fatos. Por isso, hierarquizar as fontes é essencial na atividade jornalística, pois a notícia polifônica converge da diversidade de opiniões, relatos, testemunhos e mídias. (SCHMITZ, 2011, p. 24).

Em meio a essa diversidade de relatos e contextos em que se desenvolve o trabalho jornalístico investigativo, algumas precauções devem ser tomadas quanto a escolha dos entrevistados e a ordem em que as conversas se darão.

Ouvir os acusados é também muito importante no Jornalismo Investigativo. Mas uma matéria investigativa que começa ouvindo o acusado, logo no início da apuração, corre o risco de “morrer no vertedouro”, uma vez que fontes acusadas podem se articular para dar respostas a tudo, ou mesmo cercar outras fontes paralelas. (HERACLITO, 2003, p. 128).

Lage (2003) atenta para outra situação: se três fontes distintas fornecem ao repórter informações que não coincidem ou são incoerentes entre si, um quarto indivíduo poderá dar uma versão correta dos fatos. Nesses casos, o repórter deve ficar atento a todo detalhe inconsistente entre os depoimentos, para então se certificar da verdade sobre o fato com uma quarta pessoa.

Mesmo com o cuidado tomado em relação à entrevista e às fontes, Pereira Junior (2006) assinala que não há como ser sempre eficaz e que a frustração faz parte da profissão. “É irritante descobrir na quinta entrevista uma pendência de informação que deveria ter sido levantada com a primeira fonte. Nem sempre estamos livres disso” (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 83). Quando isso acontece, é

²⁸ Uma abordagem mais densa deste aspecto será feita mais a frente neste estudo.

²⁹ Expressão coloquial usada com frequência no campo jornalístico.

importante não desistir do caso e preencher essa lacuna encontrada, para não comprometer o produto investigativo final.

Outra forma de se proteger de fontes mal intencionadas é não deixar que elas percebam o quão importantes são as denúncias e os dados que fornecem, por mais primordiais que sejam (ROVAI, 2003). Desta forma, é melhor o jornalista não deixar transparecer, mesmo que seja a verdade, que depende de uma declaração da fonte. Além disso, é fundamental desconfiar, de acordo com Rodrigues³⁰, citado por Moreira (2003), quando alguma pessoa liga dizendo que tem uma boa história para contar. Isto porque é o profissional quem avaliará se o assunto é de interesse público e, como se mencionou anteriormente, as pessoas podem mentir. Assim, é sempre mais eficaz checar a procedência da pauta indicada, para então dar início à produção da reportagem.

O jornalismo investigativo recorre à fonte esperando que ela forneça informação verídica e explique o acontecimento, mas esse sentido se perde “[...] quando a fonte age proativamente, oferecendo notícia pronta” (SCHMITZ, 2011, p. 11). Neste caso, observa-se a intenção de defesa de interesses próprios, buscando a fonte ser o centro da reportagem ou dar destaque para alguma instituição, por exemplo. Na visão de Traquina (2007, p. 16), “[...] os jornalistas interagem com diversas fontes de informação, umas com acesso regular aos jornalistas, enquanto outras visam perturbar a ordem vigente” – e, nesse contexto, vai se construindo a complexidade da interação entre o jornalista e suas fontes.

Schmitz (2011) afirma que ambos nem sempre têm os mesmos propósitos, ainda que sejam dependentes um do outro. Assim, “Os objetivos das fontes e dos jornalistas, ora comuns e ora antagônicos, enveredam para uma relação ora amistosa e ora acirrada, exasperada” (SCHMITZ, 2011, p. 71). O repórter precisa deixar claro ao seu entrevistado qual a abordagem da pauta, evitando que a fonte fale de seus interesses particulares na entrevista. Em alguns casos, por trás da fonte está uma instituição ou uma empresa, que busca, através do jornalista, uma chance para se promover.

Também é necessária cautela com o estabelecimento de alguns hábitos que podem limitar ou empobrecer o trabalho jornalístico. É o caso das fontes de rotina

³⁰ Fernando Rodrigues é um jornalista brasileiro e foi entrevistado por Moreira (2003).

(ALSINA, 2009), ou seja, quando as fontes de informação passam a ser procuradas pelo repórter constantemente, como ocorre com

[...] a Presidência da República, o Governo, o Parlamento, os partidos políticos (particularmente os partidos parlamentares), os tribunais, as autarquias, os organismos administrativos do Estado, as associações empresariais, os sindicatos e confederações sindicais, a Igreja Católica, a polícia, os agentes culturais, as organizações não governamentais de maior projecção, etc. (SOUSA, 2001, p. 73).

Segundo Traquina (2007), nestes casos se cria uma dependência que pode ser desfavorável ao exercício do jornalismo e se corre o risco de ambos se tornarem interdependentes. Como se viu anteriormente, a diversidade de fontes não deve ser esquecida e é necessária para o apontamento de visões distintas sobre o assunto em pauta. Na concepção do autor, essa relação permanente tem outras consequências para a prática jornalística:

Ao ficarem dependentes da fonte, os jornalistas podem ficar orientados para ela e, assim, ceder à tentação de escrever para a fonte e não o público. Quando o jornalista cede a esta tendência, perde alguma independência, ao permitir que seja a fonte a definir as situações. A interdependência facilita também <<fugas>> de informação, em particular o lançamento de <<balões de ensaio>>. (TRAQUINA, 2007, p. 121, grifo do autor).

O repórter trabalha com informações de interesse público. Assim, quando dá voz aos propósitos das fontes de rotina, o assunto perde essa relação com a coletividade. Além de não distorcer o foco da pauta investigativa, a fonte, quando contribui com relatos ao repórter, também não deve negar que disse determinada informação. Do mesmo modo, não cabe a ela impedir que as informações que forneceu sejam confrontadas com outras (LAGE, 2003). Esses impasses acontecem porque “[...] diferente da atividade de investigação policial, não há a obrigatoriedade da fala. Os procurados falam se quiserem, se tiverem vontade”. (PROENÇA, 2003, p. 197). Desta forma, espera-se da fonte que reconheça a importância do trabalho investigativo e que se cultive uma boa relação entre ela e o repórter – a primeira se comprometendo em falar a verdade e o segundo respeitando o seu entrevistado.

Contudo, apesar da complexidade e dos riscos em apurar dados falsos ou tendenciosos, percebe-se que o repórter sempre precisará das fontes de informação para dar seguimento à produção da notícia investigativa. Em alguns casos, o jornalista

Dá prioridade àquelas fontes que mantêm uma relação regular e proximidade geográfica; antecipam e agilizam o acesso à informação (produtividade); transmitem credibilidade e confiança; têm autonomia, autoridade e garantem o que declaram, bem como aquelas que são respeitadas e articuladas. (SCHMITZ, 2011, p. 15).

Independentemente dos critérios de seleção, é imprescindível que o jornalista faça contato frequente com as fontes e mantenha uma relação constante e amistosa para que o resultado da sua apuração seja o melhor possível. Sem as fontes a investigação não se sustenta. Além disso, a postura do repórter em relação à ética profissional – que se aborda na sequência – é outro aspecto relevante para o desenvolvimento de uma boa reportagem investigativa.

2.4 Processos produtivos e a ética profissional

Para que o jornalismo investigativo seja exercido com comprometimento e em respeito à sua função essencial – de revelar os fatos com veracidade, contextualizando-os, sempre levando em conta o interesse público –, os profissionais e as empresas jornalísticas devem atentar para os princípios éticos.

O jornalismo investigativo, por sua especificidade – desvendar um fato que grupos de poder querem manter oculto da sociedade –, pelas relações que se travam entre os profissionais e suas fontes e, também, pelas estratégias que permeiam a ação do jornalista, tem nas questões éticas que balizam o processo de apuração de informações um capítulo de maior importância. (SEQUEIRA, 2005, p. 94).

Assim, a ética não é somente um dever para com a informação confiável e verídica, mas uma forma de estabelecer a credibilidade do profissional e do veículo perante a sociedade. Ou seja, resulta daí o bem do público e a confiança da atividade (BUCCI, 2000). Portanto, “É fundamental que o jornalista investigativo tenha o senso de busca da verdade, da justiça e do equilíbrio” (LOPES, 2003, p. 11), sempre se pautando pelos princípios éticos e legais.

Para alguns pesquisadores do jornalismo, a conduta ética está atrelada à prática correta dos processos de produção das notícias. Fortes (2005, p. 24), por exemplo, diz que “checar e ouvir são preceitos éticos essenciais”; e Pereira Junior (2006, p. 13, grifo do autor) complementa: “Daí as qualidades éticas do trabalho serem também técnicas (apurar mal, escrever mal, trabalhar mal é *necessariamente* ser antiético) [...]”. A concepção de Bucci (2000, p. 51) é ainda mais contundente:

[...] o jornalismo não se define como algum tipo de arte (embora também lide com a estética), nem como técnica (embora requeira habilidades técnicas); define-se apenas por uma ética, uma ética baseada no combate à mentira ou, noutra perspectiva, na busca da verdade dos fatos – não da verdade da metafísica, nem da verdade religiosa, muito menos da verdade científica, mas simplesmente da verdade dos fatos.

Na realização do seu trabalho diário, o repórter se perguntará, diversas vezes, se os seus atos estão de acordo com a ética ou como deve enfrentar as situações de forma a respeitá-la. Os dilemas profissionais por vezes são complexos de serem resolvidos e “A decisão ética é de foro individual, mas tem seu sentido no bem comum – que portanto deve ser sempre considerado” (BUCCI, 2000, p. 24). Além disso, é importante lembrar que o repórter também é cidadão e, portanto, deve seguir as leis e as normas que regem a sociedade. “E o cuidado para não se fugir aos limites da Ética deve ser prioridade em qualquer momento do processo de investigação” (TEIXEIRA, citada por PERIAGO, 2003, p. 176). Contudo, a ética não perpassa somente os códigos deontológicos e as leis, mas se aplica também aos comportamentos culturais da profissão.

Mais que um rol de normas práticas, a ética jornalística é um sistema com uma lógica própria. Não é um receituário; é antes um modo de pensar que, aplicado ao jornalismo, dá forma aos impasses que requerem decisões individuais e sugere equações para resolvê-los. (BUCCI, 2000, p. 15).

Tomando as decisões éticas também como princípios individuais do repórter, Kotscho (1995) entende que cabe a cada profissional saber até onde pode chegar ao decorrer da investigação jornalística. “O jornal não precisa de heróis, mas de reportagens. E cada um tem que conhecer seus próprios limites” (KOTSCHO, 1995, p. 31). Nesse aspecto, conforme Fortes (2005, p. 54), “É muito importante que o discurso ético não seja atropelado pela hipocrisia ou, pior ainda, pelos interesses de um e outro encastelado no poder de plantão”. Não há necessidade de passar por cima dos princípios éticos para produzir grandes trabalhos jornalísticos, pois estes resultam da competência profissional.

Apesar do objetivo desenfreado dos jornalistas de buscar a verdade dos fatos, Fortes (2005) alerta que a responsabilidade profissional deve prevalecer, mesmo que a finalidade da apuração seja nobre. Assim, Bucci (2000) expõe que é importante os jornalistas, cada vez mais, tomarem consciência dos impactos que o seu trabalho pode gerar, sejam bons ou negativos.

Não há como fugir à responsabilidade. O êxito, por si, não torna eticamente aceitável a conduta daquele que age para atingir a um fim. O jornalista não age para obter resultados que não sejam o bem de informar o público; ele não tem autorização ética para perseguir outros fins que não este. Além disso, é cada vez mais chamado a pensar nas conseqüências do que pratica. (BUCCI, 2000, p. 24).

Depreende-se daí que não é adequado, nem vantajoso o repórter revelar uma fraude se, para tanto, descumprir os seus deveres de cidadão e profissional ético. Essa atitude não é a correta quando se trabalha com informação de interesse público e, portanto, o êxito final do repórter não pode ser justificativa para uma conduta fora da linha. Da mesma maneira, também não deve o jornalista colocar em risco a sua vida, em função de levar adiante o seu trabalho (FORTES, 2005). Por isso, o autor ressalta a complexidade da prática investigativa:

Uma das maiores dificuldades da investigação jornalística reside, justamente, nas bases éticas de uma atividade que tende a se misturar com uma atividade muito mais próxima do trabalho policial do que, propriamente, do jornalismo. Muito se discute sobre o comportamento do jornalista diante das circunstâncias de uma matéria que exige infiltração, dissimulação e, não raras vezes, doses exageradas de perigo. (FORTES, 2005, p. 19).

Infelizmente, há de se levar em consideração, que nem sempre as intenções do repórter são motivadas pelo interesse público. Em alguns casos, o jornalista só quer atingir alguém com quem tem desavenças (TEIXEIRA, citado por RÉGIS; OROSCO, 2003), o que não condiz com a função social maior do jornalismo. Assim, ignorar as influências externas ou interesses particulares, faz parte da profissão e, desta forma “O jornalista investigador não procura vingança pessoal, nem pretende apenas vender mais exemplares. É independente da pressão social” (LOPES, 2003, p. 16). Além disso, não cabe a ele fazer acusações pautadas em suspeitas (DANTAS, citado por HERACLITO, 2003) e nada justifica pagar para se obter alguma informação (CABRINI, citado por BIAZOTO, 2003).

Em se tratando dessas e de outras atitudes que os profissionais tomam durante o processo de investigação de um fato, os pesquisadores têm opiniões distintas. No entanto, tais decisões, por vezes, estão pautadas pelos preceitos dos códigos e leis que regem a profissão e os direitos da sociedade e, em outros casos, pelos princípios profissionais estabelecidos culturalmente.

Dentre as regulamentações³¹ que regem o jornalismo está o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007), que entrou em vigor em 1987. De acordo com Sequeira (2005, p. 94), este código “[...] fixa normas às quais deverá subordinar-se a atuação do profissional, nas suas relações com a comunidade, com as fontes de informação e entre jornalistas”. Este documento teve sua última atualização em 4 de agosto de 2007, durante o Congresso Extraordinário dos Jornalistas, realizado entre os dias 3 e 5 de agosto, em Vitória, Espírito Santo.

Outro documento importante para orientar a conduta do jornalismo investigativo, bem como o jornalismo como atividade em geral, é a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988). Sua aprovação se deu em 22 de setembro de 1988, pela Assembleia Nacional Constituinte e, foi promulgada em 5 de outubro de 1988. Esta é, portanto, a lei suprema do Brasil. Em relação aos deveres primordiais do jornalismo investigativo, o artigo 11º se mostra importante, pois indica que

“O jornalista é responsável por toda a informação que divulga, desde que seu trabalho não tenha sido alterado por terceiros”. Esse artigo explica a preocupação que os profissionais têm ao utilizar informações oriundas de fontes anônimas ou fontes que, embora conhecidas dos jornalistas, não autorizem a citação de seus nomes nas reportagens. (SEQUEIRA, 2005, p. 97).

Ainda pode-se destacar, quanto ao exercício jornalístico, o artigo 220º, que explicita: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.”; como também o artigo 5º, que dispõe: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988).

Ou seja, o trabalho jornalístico requer uma ética rigorosa, levando a informação precisa, verídica e completa ao público. “É fundamental que se assegure de que não está arruinando injustamente a reputação de ninguém a partir de informações superficiais ou tendenciosas” (LOPES, 2003, p. 15). Este direito das pessoas está

³¹ No capítulo de análise deste estudo, a abordagem se dará a partir das regulamentações brasileiras, apesar de a narrativa do filme *Spotlight: segredos revelados* se dar em outro país, porque a proposta do trabalho é discutir o jornalismo investigativo (partindo do audiovisual) e isso se dará a partir do grupo focal com profissionais locais, de Vera Cruz, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires.

respaldado na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), título II, que dispõe sobre os Direitos e Garantias Fundamentais, capítulo I, dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, artigo 5º, inciso V: “X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

A ética também é importante quando se fala da relação entre fonte e repórter. Conforme Lage (2003, p. 95), “Isso decorre naturalmente do fato de que, no percurso da informação das fontes até o público, é este – o público – o mais indefeso”. Por isso, as discussões sobre oferecer um conteúdo ou não ao público, por exemplo, relatado por uma fonte sob sigilo profissional, são calorosas. No Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007) se encontra este direito fundamentado no capítulo II, que trata “Da conduta profissional do jornalista”, e, no artigo 5º, expõe: “É direito do jornalista resguardar o sigilo da fonte”.

O sigilo é um recurso que o jornalista utiliza para obter a informação mesmo que a pessoa que a relata não queira se identificar. Assim, “[...] protege explicitamente a fonte, ou seja, o jornalista que recebe a informação confidencial é autorizado a utilizá-la, desde que não revele a sua origem” (SCHMITZ, 2011, p. 68). Quanto ao uso da fonte em *off the records*, acordo que assegura o sigilo da fonte de informações, deve-se levar em conta duas normas: explicar na reportagem o motivo de se ter deixado a fonte em *off*, como que a informação dada por ela tem de ser checada com outra fonte, no mínimo. Assim, cada veículo e profissional tem as suas normas e precauções quanto à manutenção do sigilo das fontes (LOPES, 2003).

Para Merkx (2003), respeitar a fonte de informação está entre as questões mais importantes do código de ética da profissão e isso implica manter a qualquer custo o uso do *off the records*, quando o entrevistado assim desejar. A fonte confia a sua identidade ao repórter e, sobretudo quando corre risco de morte, de perder o emprego, ou de fomentar desavenças, além de se envergonhar de algum acontecimento ou atitude, ela quer que seu direito de anonimato respeitado. A sua complexidade é tamanha que,

Assim, se é reconhecido (não tanto pelas leis, mas pela consciência do ofício) o direito de o jornalista manter sigilo sobre suas fontes, isso se aplica a muitos casos, mas não a todos, e o discernimento de a quais casos se aplica envolve a consideração específica de razões e conseqüências. (LAGE, 2003, p. 91).

Portanto, da perspectiva do autor, a decisão do sigilo das fontes perpassa uma norma fundamentada nos princípios profissionais construídos, sendo uma decisão difícil para o repórter. Além de ser respaldada no código profissional, pode-se encontrar a sua fundamentação no artigo 5º, inciso XIV, da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), título II, que dispõe sobre os Direitos e Garantias Fundamentais, capítulo I, dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, onde consta: “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”.

Nessa discussão, também é fundamental levar em conta a postura das empresas de comunicação em relação à publicação de informações oriundas de fontes em *off*. “Muitos veículos não publicam a notícia sem essa confirmação. Outros, consideram a confiabilidade do informante” (SCHMITZ, 2011, p. 68). Tal preocupação se dá, em especial, porque “Boa parte das ações judiciais impetradas contra veículos e jornalistas no mundo todo tem como objetivo primordial obrigar os profissionais a abrirem suas fontes” (FORTES, 2005, p. 65). Desta forma, os *media* têm buscado se privar de problemas com a justiça, encontrando na fonte em *on*, quando se nomeia a fonte que deu determinada informação, um resguardo.

Essa premissa também diz respeito ao fato de o repórter não se pautar pela influência da conduta da organização jornalística, realizando o seu trabalho com o devido respeito a quem lhe confiou uma informação em segredo. Para Fortes (2005, p. 63), “As pressões de chefia, dos donos da mídia e, em última instância, dos departamentos jurídicos dos veículos, também podem contar. E muito”. Trata-se de uma escolha complexa, mas é preferível ter uma informação em *off*, do que não ter nada a dizer ao público – evidentemente, levando em conta o processo de checagem do conteúdo relatado pela fonte.

Outro peso que recai sobre o repórter e a empresa é quando a revelação da fonte implica uma condição de perigo. Nestas situações, “[...] a ética indica o rompimento do sigilo quando põe em risco vidas humanas ou atividades ilegais, ou ainda, no caso de informação falsa e dolo” (SCHMITZ, 2011, p. 69). Contudo, Fortes (2005) alerta que é o repórter quem decide optar pela quebra do *off* ou por mantê-lo. Entre deveres, decisões e pontos de vista em relação às atitudes dos profissionais, Schmitz (2011, p. 70-71) pergunta-se:

Mas, quais são os limites para a investigação jornalística? Na hora de obter as informações, os jornalistas se acham no direito de utilizar alguns

procedimentos que geram conflitos. É discutível o uso de disfarce ou se identificar com outra profissão, que não a de jornalista; o uso de microfone ou câmara oculta, gravar sem avisar e entrar em ambientes privados sem autorização.

Alguns nomes do jornalismo, como Rodrigues, entrevistado por Moreira (2003), bem como pesquisadores, defendem que o interesse público, em geral, não justifica o uso de recursos como grampo, gravações escondidas, disfarces ou câmeras ocultas, devendo prevalecer sempre a ética da profissão. No entanto, Fortes (2005, p. 53, grifo do autor) se propõe a pensar duas perspectivas para esta abordagem:

Dentro de uma visão purista e legalista, há jornalistas, muitos dos quais arrependidos de terem se valido de artimanhas do tipo em tempos idos, que defendem a exclusão pura e simples dos recursos citados acima. Outros, normalmente os que ainda estão no *front* da batalha diária pela melhor notícia e, principalmente, na guerra permanente do mercado de trabalho das redações, preferem relativizar a discussão – inclusive para afastar de sua rotina, já penosa e estressante pela natureza do trabalho a que se dedica, o elemento avassalador da culpa.

Há de se levar em conta que o uso dessas estratégias implica questões que estão regulamentadas na Constituição Federativa do Brasil (1988). Em seu artigo 5º, inciso X, no título II, que dispõe sobre os “Direitos e Garantias Fundamentais”, diz-se que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”. Como no capítulo II do Código de Ética dos Jornalistas (FENAJ, 2007), que trata “Da conduta profissional do jornalista”, no artigo 6º, sobre os deveres do jornalista, o inciso VIII propõe: “respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão”.

O grampo é um dos dispositivos utilizados nas investigações jornalísticas muito polêmicos. Para Dantas, citado por Heraclito (2003, p. 126), o uso do grampo depende de alguns fatores, como: “[...] de quem esteja do outro lado, do poder que ele tem, as ações que ele desenvolve para prejudicar a maioria”. Já para Barcellos (entrevistado por Konopczyk, 2003, p. 164), a sua utilização ou recusa perpassa outros critérios: “[...] o uso de microcâmeras é válido somente em espaços públicos, ou seja, espaços freqüentados por muitas pessoas, como um restaurante, por exemplo”. As justificativas para se valer ou não do grampo são inúmeras, sendo esta uma das estratégias que depende da conduta do repórter.

A complexidade e as exigências do tipo de veículo onde o conteúdo investigativo vai ser difundido também influenciam na decisão da utilização deste

dispositivo. Cabrini, citado por Biazoto (2003), considera que, em se tratando de produto televisivo, a câmera escondida se faz necessária quando se busca provar algo – com ressalva, é claro, quando fere a privacidade. Isto porque a mídia televisiva se vale da imagem para contar histórias e, neste caso, essa seria uma forma de coletar o material veiculado posteriormente. Conquanto, pela sua complexidade, em se tratando de alguns direitos garantidos legalmente, nem todos os pesquisadores e profissionais concordam:

Mas quanto à privacidade, há opiniões, não consenso. Para alguns, quem se expõe em lugar público, perde a privacidade; para outros, mesmo as aparições públicas são privadas, quando não ficar caracterizado um fato notório de interesse ou interferência pública. (SCHMITZ, 2011, p. 70).

O disfarce também é outra estratégia que faz parte da rotina investigativa de alguns jornalistas, mas a sua utilização se mostra igualmente polêmica. Nascimento, entrevistado por Rovai (2003), tem posição rigorosa a respeito e considera que o jornalista que se apresenta dizendo que é uma coisa, sendo que é outra, está incorrendo em falsidade ideológica. Em contrapartida, Souza, em entrevista para Almeida (2003), julga que o disfarce, às vezes, é necessário, pois há lugares em que ser jornalista é um grande risco. Como também, quando percebida a presença de um jornalista, pode-se mudar o curso normal dos acontecimentos, pois as pessoas tendem a agir de forma diferente e cuidadosa nestes casos.

Profissionais como Waack, citado por Assiz (2003), encontram justificativas no interesse da sociedade em tomar conhecimento dos fatos, para fazer uso do disfarce. Da mesma forma compreende Kotscho³², entrevistado por Batista (2003, p. 55): “[...] o disfarce poderia ser usado quando fosse essencial para obtenção de uma informação de interesse público”. Mas vale lembrar o que se apontou anteriormente nesta seção, de que se torna complicado justificar uma conduta duvidosa pelo resultado de uma reportagem. Barcellos, em entrevista para Konopczyk (2003), entende que nada impede de o repórter utilizar da sua esperteza em situações de risco, pois se mentir a sua identidade é antiético, quando esta não é questionada o profissional não tem a necessidade de expô-la.

Mais um meio de uso vantajoso para o jornalista na obtenção de informações é o grampo telefônico. Para alguns autores se trata de um recurso válido: “Não é ilegal. Quando um lado sabe, o grampo é permitido. Sobretudo se esse lado for a

³² Ricardo Kotscho é um jornalista brasileiro e foi entrevistado por Batista (2003).

vítima””. (BARCELLOS, citado por KONOPCZYK, 2003, p. 164). Já outros, como Kotscho, citado por Batista (2003), não aceitam a utilização do grampo como recurso para a apuração jornalística. Trata-se da percepção do repórter e também da relevância das informações a serem levantadas sobre a pauta investigativa.

Há, ainda, demais questões sobre métodos e estratégias utilizadas pelos jornalistas que fazem parte das discussões éticas. É o caso das provas documentais adquiridas sem autorização. “Há muitos truques na profissão, formas de conseguir documentos, informações, que juridicamente não são ‘das mais limpas’” (WAACK, entrevistado por ASSIZ, 2003, p. 145). Isso ocorre em alguns países, como no Brasil, onde os jornalistas enfrentam restrições quanto ao acesso a documentos públicos.

Burocratas de todo nível carimbam “confidencial”, “reservado” ou “secreto” em papéis, obedecendo a normas confusas e, sobretudo, convencidos de que o maior risco, para eles, advirá sempre da revelação do que deveria talvez ser mantido em sigilo. Tendem, assim, a exagerar. Motivações momentâneas para o segredo permanecem muito além das condições que as geraram. E as liberações ocorrem episodicamente, ao sabor de pressões eventuais, beneficiando alguns pesquisadores e não outros, e eventualmente privilegiando analistas tendenciosos. (LAGE, 2003, p. 135).

Pode-se ressaltar, neste caso, a Lei nº 12.527/2011, em vigor desde 16 de maio de 2012 (BRASIL, 2011), que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Desta forma, dá-se a possibilidade à pessoa física ou jurídica de ter acesso às informações públicas dos órgãos e entidades. No entanto, percebe-se que, em alguns casos, repórteres passam por cima de ordens judiciais e de critérios éticos da profissão e fazem uso de documentos adquiridos sem nenhuma autorização.

Muitos jornalistas vão se justificar pelos fins, ou seja, não fosse a capacidade de o repórter ser ‘esperto’ e obter um documento que não lhe seria entregue, esse documento, que é de interesse da sociedade, jamais viria a público. Mas é uma zona cinzenta que tem que ser vista em cada episódio. (WAACK, citado por ASSIZ, 2003, p. 145).

Assim, cabe aos profissionais refletir que “[...] não se pode atribuir ao interesse público o uso indevido de certos métodos, a violação dos direitos do outro, embora este deva estar de modo geral acima das coisas” (SIQUEIRA; SANTOS, 2003, p. 36). No entanto, ressalta-se que,

Os códigos deontológicos dos jornalistas aprovam o uso excepcional desses recursos, no caso de denúncia pública, quando os fins justificam os meios. Afinal, o jornalista, investido de representante da sociedade,

credencia-se a estar onde o público não tem acesso. (SCHMITZ, 2011, p. 71).

Além disso, na produção da notícia investigativa, o jornalista leva em conta outro aspecto: os interesses ideológicos do veículo no qual trabalha. Todavia, por mais que seja um funcionário da empresa, o repórter pode não concordar com as perspectivas e métodos considerados pelo seu chefe ou pelo dono do veículo.

[...] temos de admitir que nem sempre existe uma coincidência entre os valores editoriais de um determinado *medium* e os valores éticos dos profissionais que nele trabalham. Nesse contexto, muitos jornalistas ver-se-ão na contingência de escolher entre o desemprego e os valores editoriais de quem lhes paga no momento. (CAMPONEZ, 2011, p. 13, grifo do autor).

Apesar de os profissionais não aprovarem sempre a conduta editorial dos veículos de comunicação, sabe-se que, muitas vezes, esta é influenciada pelas empresas anunciantes. Afinal, há de se admitir que boa parte da renda do caixa advenha da publicidade. Nesta situação, fica difícil para o jornalista ir contra o posicionamento da empresa. Contudo, Sequeira (2005) propõe que as organizações jornalísticas saibam equilibrar os valores profissionais e os econômicos, não limitando a atuação dos jornalistas em relação aos grupos que alimentam o setor de anúncios.

Assim, no dia a dia das rotinas produtivas, o repórter deve estar preparado para os impasses que tenderão a direcionar o seu trabalho contemplando o interesse de minorias – contrariando o princípio profissional, que é o de atender as necessidades da coletividade. Desta forma, uma das formas de coibir as influências sobre a produção jornalística é “[...] identificar, ou propor, limites ao poder (econômico, político ou estatal) que procura subordinar a comunicação aos seus interesses, violando, com isso, o direito à informação” (BUCCI, 2000, p. 35). O autor considera necessária esta discussão porque o público é o maior interessado e beneficiário do jornalismo sério, comprometido e de qualidade. Além disso, Bucci (2000, p. 38) alerta que “[...] a bandeira da ética é desfraldada com insistência por espertalhões para encurralar profissionais que investigam corretamente os fatos”. Trata-se de políticos corruptos, assassinos, toda espécie de bandidos que, para atender a interesses próprios e se livrar de pagar pelos seus erros, buscam arruinar uma investigação.

Outro aspecto importante para que não haja desvio do propósito da pauta investigativa é, segundo Conti, entrevistado por Haswani (2003), o afastamento

peçoal que o jornalista precisa manter em relação aos acontecimentos. Para o autor, às vezes, essa aproximação com os fatos prejudica o desenrolar do trabalho investigativo. Certas vezes, o jornalista se entrega tanto ao caso investigado, que o lado emocional prejudica a prática profissional. Por isso, é saudável manter certa distância entre a vida particular do jornalista e o seu trabalho.

As investigações jornalísticas por vezes envolvem informações sigilosas, principalmente quando se tratam de casos delicados, como as investigações policiais. Desta forma, divulgar partes da apuração do repórter antes da conclusão da reportagem pode colocar a vida de pessoas em risco, atrapalhar o trabalho de autoridades ou comprometer a qualidade de todo o material investigativo produzido pelo jornalista.

Não há dúvida de que a restrição é legítima quando se trata de um seqüestro, por exemplo, em que as investigações policiais devem necessariamente ser mantidas em segredo. O mesmo se pode dizer de informações financeiras que vulnerabilizem momentaneamente instituições, sob outros aspectos, sólidas. (LAGE, 2003, p. 99).

Considera-se neste caso o risco da divulgação precoce de informações e não a pressa para a publicação do material. “O sigilo da matéria é muito importante para o resultado final da reportagem. Por isso, a mesma não pode vazar antes de ser veiculada” (RÉGIS; OROSCO, 2003, p. 188). O peso exercido sobre os repórteres para divulgarem o mais rápido possível uma notícia se dá pela conjuntura atual das empresas jornalísticas, em busca do furo e pela pressão do fator tempo. Desta forma, a qualidade se perde, em detrimento da pressão temporal.

Em certas oportunidades, apenas para se ter a garantia da exclusividade ou da rápida comprovação de teses de origens não raras vezes duvidosas, publica-se não a comprovação dos fatos, mas os extratos indefinidos de uma apuração inacabada – isso quando iniciada. (FORTES, 2005, p. 24).

Percebe-se que a ética se faz importante no exercício diário do jornalismo investigativo. Contudo, em consonância com Bucci (2000), considera-se fundamental ponderar que a lei cuida das premissas para que a democracia funcione, mas não tem o poder de determinar que todo o jornalismo seja bom. Por isso, a conduta dos profissionais que se comprometem a investigar os fatos, em nome do interesse social, deve ser aquela de quem busca a verdade e a manutenção da ordem na sociedade.

3 OS DESAFIOS DO NOVO CENÁRIO PROFISSIONAL E OS IMPACTOS NA PRODUÇÃO INVESTIGATIVA

No capítulo anterior se apresentou a relevância social e profissional da prática investigativa bem como se propôs o entendimento de suas rotinas produtivas – aspecto importante para o desenvolvimento desta atividade. Perpassadas também as questões éticas que norteiam o campo, faz-se necessário compreender o contexto atual em que se desenvolve o jornalismo. O trabalho do profissional investigativo é complexo, pois a realização de uma pauta vai além da aplicação das técnicas como apuração, entrevistas, checagem e redação de texto, por exemplo. Durante a produção de conteúdo, o repórter se depara com algumas adversidades a serem enfrentadas por ele e pelo veículo de comunicação no qual trabalha.

O reforço da identidade jornalística não deve tornar os membros da comunidade jornalística cegos aos efeitos perversos das práticas e das rotinas que as empresas e os próprios jornalistas precisam de implementar para pôr ordem no espaço e no tempo, bem como dos seus próprios valores-notícia. (TRAQUINA, 2007, p. 212).

Por isso, é indispensável que os profissionais tomem consciência de que, para cumprir um papel social importante, o exercício do jornalismo investigativo no dia a dia das redações desencadeia mudanças que têm impacto direto na atividade. Dantas, em entrevista para Heraclito (2003), explica que a prática investigativa vem passando por transformações devido às inovações tecnológicas, que levam – dentre outras consequências – à lógica da instantaneidade da produção de informações. Desta forma, o fenômeno tecnológico modifica a estrutura das empresas de comunicação e impacta nas práticas diárias.

As mudanças começaram nos anos 1980, com a introdução das novas tecnologias adaptadas ao jornalismo, quando é reformulado o sistema do trabalho nas redações – que, para se adaptar à velocidade de circulação de notícias, passa a exigir do profissional um trabalho em ritmo acelerado. (SEQUEIRA, 2005, p. 189).

Na tentativa de atender as necessidades do fator tempo – que se torna cada vez mais curto – os veículos jornalísticos moldam-se a elas. Por isso, na visão de Dantas, citado por Heraclito (2003, p. 129), “[...] há uma tendência, nos meios de comunicação, de simplificar as coisas e principalmente economizar tempo e dinheiro, com a utilização de instrumentos que possibilitem isso”. A questão que desponta e merece ser abordada é sobre como o jornalismo investigativo pode

superar essas adversidades e, ao mesmo tempo, assegurar um trabalho de qualidade, mantendo a credibilidade da produção e do veículo de comunicação.

A reportagem investigativa, para ser bem executada, exige longo prazo de produção, pois, como se viu no capítulo anterior, perpassa uma série de procedimentos importantes para o alcance da verdade e da objetividade dos fatos. Assim, na concepção de Fortes (2005), o jornalismo investigativo exige trabalho intenso, sendo sua rotina produtiva diferente das práticas naturais de construção da notícia nas redações. Contudo, alguns fatores impedem a efetivação desse ideal, como a conjuntura atual dos veículos de comunicação que, influenciada pelas questões econômicas (que levam à diminuição de pessoal) e pela pressão do tempo, trazem consequências para o trabalho investigativo.

Assim, o jornalismo torna-se apenas o mediador entre quem produz a notícia e o público, devido aos custos para obter a informação, ao enxugamento das redações, à proliferação de assessorias e agências de comunicação e à capacitação das fontes para o relacionamento com a mídia. (SCHMITZ, 2011, p. 14).

Além disso, os recursos tecnológicos disponíveis para o repórter, apesar de serem grandes aliados da investigação, como a pesquisa de informações em bancos de dados digitais, acarretam mudanças no comportamento dos profissionais. O trabalho passa a ser realizado muito mais dentro das redações do que fora delas.

Preguiça e jornalismo não combinam. O jornalismo não é, definitivamente, uma profissão para preguiçosos, muito menos para covardes. [...] no caso da investigação jornalística, o trabalho é sempre intenso, misto de suor e paciência, mesmo quando a luta cotidiana pela notícia requeira o cumprimento de prazos. Mas corre-se tanto contra o tempo como a favor da verdade, e é nesse equilíbrio que reside o bom resultado de uma investigação. (FORTES, 2005, p. 69).

Observa-se que, para a realização da reportagem investigativa “[...] é necessário que a indústria tenha interesse em produzi-la [...]” (LAGE, 2001, p. 117). Portanto, neste capítulo se abordará os aspectos identificados no cenário atual em que se desenvolve a atividade investigativa, propondo-se o entendimento de sua complexidade e sua influência no resultado final do produto jornalístico.

3.1 As novas tecnologias e o comportamento nas redações

Mudanças vêm ocorrendo no exercício profissional, muitas das quais se devem ao desenvolvimento tecnológico, baseado na rede mundial de computadores e na

criação de suportes digitais, que têm se efetivado de forma expressiva e acelerada desde o final do século XX. Quando transformações assim são percebidas, é necessário que haja uma adaptação e readequação profissional ou, em outros casos, a sua negação.

No entanto, a revolução tecnológica é um fenômeno tão complexo e grandioso, que a sua rejeição se torna praticamente impossível. Isto porque, no contexto contemporâneo, ela está presente em diversos aspectos na sociedade – seja pelo uso da internet, de celulares, de *tablets*, entre outros recursos, os quais perpassam setores como economia, educação e comunicação, para citar apenas alguns exemplos –, afetando de forma expressiva as práticas profissionais, os hábitos pessoais, as formas de produção e de consumo nos mais diferentes nichos de mercado.

Primeiramente, é importante considerar que a difusão de novos elementos tecnológicos, como o computador e a internet, inseridos nas redações brasileiras a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, respectivamente, colabora de modo positivo para a prática investigativa. “A profusão de novas tecnologias permitiu uma ampla capacidade de análise informatizada e um acesso quase irrestrito dos jornalistas a bancos de dados de estatística [...]” (FORTES, 2005, p. 31). Em busca do aproveitamento das facilidades advindas do uso das tecnologias, os veículos de comunicação tiveram de readequar a estrutura das redações.

O processo de informatização das redações dos jornais e revistas no Brasil começou na década de oitenta. A introdução dos microcomputadores mudou o cotidiano profissional dos jornalistas. Depois da chegada do computador nas redações, os jornalistas tiveram que se adaptar a uma outra realidade profissional: a exigência de maior qualificação, a especialização crescente dos ofícios e as modificações nas condições de trabalho. (BALDESSAR, 2001, p. 2).

Assim, cada empresa de comunicação tem se apropriado de formas distintas dos recursos tecnológicos, adaptando-os à sua rotina produtiva. Alguns veículos procuram mesclar a utilização dos novos mecanismos – como a pesquisa de dados na rede –, com os processos tradicionais de apuração e checagem das informações; já outros priorizam exclusivamente o uso de ferramentas digitais para a produção de conteúdo informativo. Machado (2003, p. 22-23) apresenta as duas maneiras pelas quais têm se desenvolvido estes processos:

No primeiro, as redes são concebidas como ferramenta auxiliar para a elaboração de conteúdos para os meios clássicos, ainda abastecidos com

métodos clássicos de coleta de dados, enquanto que, no segundo, todas as etapas do sistema jornalístico de produção – desde a pesquisa e apuração até a circulação dos conteúdos – estão circunscritas as fronteiras do ciberespaço. Sem incorporar as particularidades do jornalismo digital, o primeiro modelo representa a aplicação do conceito de jornalismo assistido por computador, que permite o uso dos conteúdos das redes nos meios convencionais sem alterações essenciais no conjunto das práticas de todos profissionais dentro das redações.

Não só mudanças estruturais e produtivas se mostraram necessárias para a adaptação das novas tecnologias nas redações. O jornalista, enquanto agente mediador de informação, teve que modificar o seu comportamento. Desta forma, o profissional precisa mostrar que é “[...] polivalente, capaz de apurar, redigir, revisar e diagramar, com conhecimentos de outros idiomas e de informática, condições indispensáveis para o mercado” (BALDESSAR, 2001, p. 6). Alguns repórteres mais conservadores não confiam nas potencialidades do uso de computadores e da internet para o exercício do jornalismo; já outros, creem que estas são novas oportunidades de trabalhar a informação – contradições estas que denotam a complexidade do contexto atual vivenciado pelo campo.

A apropriação da internet pelo repórter em um processo investigativo pode ser vantajosa, pois permite um grande alcance de informações, dados e fontes. “É enorme, quase sem limites, a quantidade de informações que podem ser processadas” (KUCINSKI, 2005, p. 72). Conforme Lage (2001), a internet facilita a obtenção de dados oficiais, que nem sempre são fáceis de serem recolhidos pelos jornalistas. Este aspecto é importante, principalmente, quando o repórter está em busca de elementos que possam comprovar o material já apurado junto de outras fontes.

Além disso, o ciberespaço pode auxiliar o jornalista na exploração inicial sobre uma temática, quando as informações junto às fontes não começaram a ser apuradas ainda ou ele está buscando uma primeira aproximação do assunto. “É possível pesquisar por cronologia, por tema, por nome, por área de conhecimento com uma facilidade nunca antes obtida por nenhum outro sistema de pesquisa” (KUCINSKI, 2005, p. 74), o que também agiliza o trabalho do repórter. Não é à toa que muitas reportagens são produzidas com o auxílio de recursos tecnológicos, como é o caso da Reportagem Assistida por Computador ou RAC.

A RAC baseia-se no emprego de técnicas instrumentais: a navegação e busca na Internet, a utilização de planilhas de cálculo e de bancos de dados. Trata-se de colher e processar informação primária ou, pelo menos,

intermediária entre a constatação empírica da realidade e a produção de mensagens compreensíveis para o público. (LAGE, 2003, p. 156).

Necessitando a pauta investigativa de trabalho árduo em pesquisa e do posterior empenho do jornalista em processar os fatos de forma objetiva, a Reportagem com o Auxílio do Computador pode ser uma aliada no desenvolvimento das pautas. “[...] onde a RAC parece mais promissora é na produção de matérias mais analíticas e profundas – isto é, mais críticas e consistentes” (LAGE, 2003, p. 161-162). Isto porque ela permite o cruzamento de uma grande quantidade de dados, a filtragem de informações contidas em bases de dados, como a redação em editores de textos ou a produção de gráficos e de tabelas. Nesta pesquisa o aprofundamento sobre os recursos da RAC não é o foco principal, mas é importante fomentar discussões acerca das potencialidades disponíveis aos repórteres para a produção de conteúdo investigativo.

Nesse contexto, as facilidades tecnológicas também são vantajosas sob o aspecto econômico. Na concepção de Machado (2003), o acesso às informações pode ser realizado por um custo baixo, não existindo mais distâncias físicas – evitando viagens e outros deslocamentos, por exemplo. Para o autor, o ciberespaço possibilita, ainda, que o jornalista evite o uso de fontes habituais:

Com a multiplicação das fontes provocada pela facilidade de obtenção de dados armazenados nas páginas individuais, nos bancos de dados públicos e nas redes de circulação de notícias aumenta a chance de ocorrer um deslocamento do lugar das fontes da esfera do oficial ou do oficioso para o domínio público. (MACHADO, 2003, p. 28).

Além disso, aliado ao uso da internet, o manuseio de documentos e dados através do computador se mostra um facilitador do trabalho jornalístico. “O jornalista também pode usar o computador para consultar dados digitais, em **CD-ROMs**, **DVDs** ou em **bases de dados**” (SOUSA, 2001, p. 77, grifo do autor). Outro aspecto interessante, principalmente quando envolve pesquisa investigativa (que reúne um grande volume de informações), é a possibilidade de armazenamento na máquina (computador de mesa, notebook, etc.), a qual pode se tornar um acervo de pesquisa.

Com a informatização das redações, verifica-se uma tendência para a criação de bases de dados eletrônicas a que o jornalista pode ter acesso a partir do seu posto de trabalho, pelo que as funções futuras dos centros de documentação poderão vir a ser as da manutenção dessas bases de dados. (SOUSA, 2001, p. 55).

São inegáveis as utilidades da tecnologia para o exercício do jornalismo investigativo, contudo, a sua apropriação também pode acarretar em desvantagens para a produção de conteúdo. “A **World Wide Web**³³ é uma fonte inesgotável de informação para o jornalista. Porém, abundância de informação não significa qualidade de informação” (SOUSA, 2001, p. 76, grifo do autor). Como consequência, se os repórteres não souberem se apropriar de forma correta dos conteúdos aos quais têm acesso na internet, a produção investigativa pode deixar a desejar em termos de veracidade, exatidão e qualidade.

[...] os jornalistas investigativos ainda não sabem tirar proveito de tudo que ela pode oferecer. A maioria se contenta com uma rápida pesquisa no Google, negligenciando o potencial da rede para busca em tribunais, juntas comerciais e outros valiosos bancos de dados. (ESCOSTEGUY, 2005, p. 93).

Além disso, quando o repórter garimpa informações na Web, torna-se necessária à checagem de sua confiabilidade e credibilidade, principalmente ao não se sentir seguro acerca da fonte. De acordo com Rodrigues, entrevistado por Moreira (2003, p. 109), “[...] as informações que circulam na internet, devem ser vistas com reserva pelo jornalista. Ele nunca deve buscar algo em site desconhecido e considerar a informação verdadeira.” Nesse sentido, o processo de checagem de informações, abordado no capítulo anterior, se faz ainda mais necessário. “A verificação de dados e a contrastação de fontes também deve ter lugar quando se usa a WWW” (SOUSA, 2001, p. 76).

Alguns autores entendem que o acesso fácil à informação deixa os repórteres tão entusiasmados que acarreta, por vezes, em deslizes profissionais. “No faltan casos en que se inventan las fuentes o se plagian aquellas que outro profesional há trabajado, algo ahora tan común com el uso indiscriminado de la Red”³⁴ (DIEZHANDINO NIETO, 2009, p. 132). No entanto, o profissional, enquanto agente capacitado para lidar com as informações, sobretudo desconfiando daquelas que parecem duvidosas, precisar estar alerta:

Com todas sus ventajas, y es cierto que la Red es un aporte informativo de dimensiones sin precedentes, si se accede a ella como fuente, hay que saber muy bien cómo usarla; todo cuanto no proceda de una página

³³ Word Wide Web é um sistema de documentos em hipermídia que são interligados e executados na Internet. Rede de alcance mundial, em português, também conhecida como Web ou WWW.

³⁴ “Não faltam casos em que as fontes são inventadas ou plagiadas, naquelas que outro profissional trabalhou, algo agora tão comum com o uso indiscriminado da Rede.” (DIEZHANDINO NIETO, 2009, p. 132, tradução nossa).

identificada, (sobreabunda la información sin firma ni identidad del emisor) requiere de una gran prudencia y experiencia por parte del profesional.³⁵ (DIEZHANDINO NIETO, 2009, p. 131).

Outra consequência do acesso facilitado às informações é o que Marcondes Filho (1993) compreende como “redundância” de conteúdo e, conseqüentemente, como “desinformação”. Apesar da importância do ciberespaço como local para coleta de informação, as técnicas praticadas fora dele, durante as rotinas produtivas, não podem ser esquecidas pelo repórter. Nem toda investigação poderá se valer apenas da coleta de dados via Web. Por isso, Souza, entrevistado por Almeida (2003, p. 49), alerta: “[...] o profissional deve tomar muito cuidado e não se tornar preguiçoso”.

Alguns pesquisadores criticam a postura dos repórteres que obtêm as informações de dentro da redação, sem ir ao encontro do fato presencialmente. “Um cabedal de dados, aspas e alegações, é captado sem que o repórter mexa o pé da cadeira. Tudo está passível, ou disponível, a lhe cair ao colo” (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 135). Nessa concepção, discute-se o comportamento do repórter ao se contentar com informações advindas de terceiros, sem verificar o ocorrido. “O lugar do jornalista é a rua, ouvindo o povo, dialogando com as pessoas, garimpando a informação” (DI FRANCO, 1995, p. 129).

Além da internet, o telefone – que facilita o contato entre fonte e repórter –, por vezes é mal utilizado pelos jornalistas. Antonio Carlos Fon, que exerceu a profissão de repórter policial por muitos anos, em entrevista para Merx (2003), comenta que em alguns casos os repórteres ligam para as delegacias e questionam se algo aconteceu, e dessa forma tomam as palavras do policial, publicando as informações em seguida, sem nenhum aprofundamento. Percebe-se, também, que o telefone “[...] suprime algumas condições facilitadoras da entrevista, tais como o ambiente controlado e a presença do outro” (LAGE, 2003, p. 78) – limitador esse que se aplica igualmente quando a interação ocorre no ambiente virtual.

Ressalta-se, deste modo, a importância da entrevista presencial, pois o contato com a fonte de informação possibilita percepções, tais como emoção, nervosismo, detalhes sobre o ambiente e permite, a partir do desdobramento da conversa, o

³⁵ “Com todas as suas vantagens, e é verdade que a Rede é uma contribuição informativa de dimensões sem precedentes, se é acessada como fonte, você precisa saber muito bem como usá-la; tudo que não vem de uma página identificada (a informação transborda sem assinatura ou identidade do emissor) requer grande prudência e experiência por parte do profissional.” (DIEZHANDINO NIETO, 2009, p. 131, tradução nossa).

gancho para a realização de novas perguntas ou até mesmo o contato com outras pessoas que estejam próximas.

Quando a observação ou o contato direto dão lugar a meios indiretos de obtenção de informação – o telefone, a internet, o *press-release*, o arquivo, o risco de desumanizar a cobertura ganha complicadores adicionais, tal o grau de distanciamento a ser agregado à interlocução entre repórter e entrevistado. (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 96-97, grifo do autor).

Contudo, as novas tecnologias possibilitam o uso de dispositivos que tornam a conversa virtual mais próxima do real ou presencial, como as conversas por webcams³⁶. Lage (2003) entende que a eficácia do uso desses métodos depende da capacidade do repórter e do entrevistado de manuseá-los. Assim, se referindo ao chat³⁷ e à troca de e-mails, o autor assinala: “Se é muito ágil, a conversa pode correr quase normalmente, e as respostas serão mais espontâneas” (LAGE, 2003, p. 78). Apesar desta ressalva, ele considera que a espontaneidade se perde neste contato virtual e que a base de uma reportagem é sempre a entrevista presencial.

Fazendo uso ou não das tecnologias da informação e da comunicação para a apuração e a checagem da pauta investigativa, é importante estabelecer que “[...] buscar la certeza de una historia bien contada siempre dependerá del buen criterio de um periodista”³⁸ (DIEZHANDINO NIETO, 2009, p. 208). Desta forma, cabe ao jornalista, primeiramente, a busca por informação de qualidade, aprofundada, verídica e que contemple o interesse público. Caráter este, que se constrói independentemente das condições em que se encontram as redações atuais e das dificuldades perpassadas profissionalmente – sobre as quais se falará na seção seguinte.

3.2 Redução de efetivo, de investimentos e de tempo

O desenvolvimento do trabalho investigativo depende de diversos fatores e decisões da empresa – ou seja, não basta uma boa pauta, disposição e trabalho rigoroso por parte do repórter. O êxito do processo produtivo também envolve

³⁶ Webcam é uma câmera de vídeo que capta imagens e que as transfere para um computador. Assim, duas pessoas podem conversar através de imagem e som via computador, instantaneamente.

³⁷ Chat é uma forma de comunicação à distância, uma espécie de bate-papo, utilizando computadores ligados à internet, na qual o que se digita no teclado de um deles aparece em tempo real no vídeo de todos os participantes do bate-papo.

³⁸ “[...] buscar la certeza de una historia bien contada dependerá siempre do bom julgamento de um jornalista.” (DIEZHANDINO NIETO, 2009, p. 208, tradução nossa).

questões como o tempo que a chefia disponibilizará ao repórter para se dedicar a uma única pauta, os custos de produção e investigação, como também se contará ou não com a ajuda de algum colega de redação ou se seguirá sozinho. Por isso, torna-se necessário, antes de iniciar esta produção jornalística mais intensa, avaliar algumas questões importantes:

[...] trata-se de analisar todas as potencialidades do tema, os problemas que podem se apresentar ao longo da investigação, a infra-estrutura que deverá articular-se para levá-la a efeito, o montante dos gastos da investigação, o tempo que o jornalista deverá investir para finalizar o trabalho. (LÓPES, 2003, p. 18).

Isso ocorre porque o jornalismo investigativo é uma atividade realizada em redações cuja lógica de funcionamento é a empresarial³⁹, a qual sofre, atualmente, com a deficiência econômica, que desencadeia, muitas vezes, no enxugamento das redações. Além disso, a pressão diária do tempo, com a cultura cada vez mais forte da instantaneidade das notícias, dificulta a liberação dos repórteres investigativos para realizar com exclusividade um trabalho mais longo e aprofundado. Assim, torna-se importante entender brevemente como se configurou esta composição do cenário atual:

Em um processo que teve início nos anos 1970, quando a mídia impressa, para concorrer com a mídia eletrônica televisiva, se submete às leis da tecnologia, começa uma mudança no sistema de trabalho jornalístico, intensificada com o advento da informatização das redações e que chega ao ápice nos dias de hoje, quando o trabalho nas redações está adaptado à velocidade da circulação das informações. (SEQUEIRA, 2005, p. 58).

Nessa conjuntura, à qual hoje se agrega a crise econômica, conforme já pontuamos, torna-se cada vez mais complicado o investimento na pauta investigativa – e, quando ocorre, nem sempre é levada até o fim, concluindo-se todas as etapas necessárias de sua produção, até a veiculação. Muitas vezes, o repórter inicia a produção sem saber as circunstâncias financeiras e estruturais em que irá realizá-la. Por isso, ciente do papel que lhe é atribuído, enquanto defensor do interesse público, cabe ao profissional exigir aquilo que é preciso para desempenhar o seu ofício. “O bom jornalista sabe cobrar as condições necessárias para poder ir a campo. São elas: tempo para conhecer o assunto, tempo para investigar e recursos para realizar um trabalho de qualidade” (SIQUEIRA; SANTOS, 2003, p. 29).

³⁹ Há exceções, como as experiências de jornalismo independente, mas não é o foco deste trabalho.

Com a aceleração da circulação de notícias, os repórteres têm cada vez menos tempo para a produção de conteúdo informativo de credibilidade – o que pressupõe checagem, entrevistas, cruzamento de dados. Na compreensão de Pereira Junior (2006), um dos grandes desafios da atividade jornalística é produzir informação interessante frente a este obstáculo. Assim, os repórteres tendem a travar uma luta diária com o relógio e a produzir notícias sem profundidade. “Atualmente, o que se pode observar é que os jornalistas, no afã de cumprir suas tarefas cotidianas, produzem matérias com viés comercial e até ideológico, em detrimento do material mais elaborado e apurado com rigor” (MELO, citado por ALVES; QUEIROZ, 2003, p. 132).

Nessa perspectiva, as pautas investigativas são possivelmente as primeiras descartadas pela empresa jornalística, pois exigem maior dedicação do jornalista. Dispensar um profissional de suas atividades diárias de produção de notícias para escalá-lo para uma reportagem em profundidade causa uma lacuna na equipe, que produz muito conteúdo jornalístico em pouco espaço de tempo. Como consequência, a reportagem investigativa “[...] tem cada vez menos espaço nas páginas dos jornais, pois ao repórter investigativo é praticamente impossível cumprir os prazos operacionais para a produção de matérias exigidos nas redações” (SEQUEIRA, 2005, p. 189).

Conquanto, apesar desta barreira implicada ao trabalho de investigação, é importante as empresas jornalísticas avaliarem a importância da realização dessa atividade, através da qual é viável cumprir a função social de defensora dos interesses públicos. Refletir sobre a questão temporal propõe levar em conta este aspecto, bem como possibilita maiores chances da produção de reportagens qualificadas, que também estão atreladas à credibilidade do veículo. Conforme assinala Benedeti (2009, p. 69),

[...] a vigilância que o jornalismo exerce sobre o presente só tem sentido se produzir informações, ainda que limitadas pela condição de contemporaneidade, capazes de atender aos anseios da sociedade por uma mediação confiável, plural e correspondente à realidade.

Prestar informação bem apurada, que apresente correlação de fatos e que desvende questões até então desconhecidas, mas que afetam diretamente a vida dos cidadãos é o objetivo principal do jornalismo investigativo e, quando a pressão do tempo é inerente à atividade, o resultado da produção informativa pode ser

prejudicado. “[...] uma publicação que pretenda ser importante e séria não deve medir a questão do tempo, pois, se fizer assim, deixará de fazer Jornalismo Investigativo e, mais ainda, deixará de fazer jornalismo sério” (DANTAS, entrevistado por HERACLITO, 2003, p. 130). Neste sentido, põe-se em perigo a confiabilidade do público, ao lhe apresentar conteúdo raso. Este é um risco à atividade, que não pode ser agravado por falta de tempo.

A questão temporal também diz respeito à pressão para publicar as informações já apuradas – sempre no intuito de promover um furo⁴⁰ –, mas que ainda não foram suficientemente aprofundadas ou cruzadas com outros dados e inseridas de forma adequada no contexto, pelo jornalista. Quando o conteúdo é publicado sem esse cuidado, a reportagem se torna incompleta e, por vezes, pode ser considerada uma inverdade. Conforme Proença (2003), o repórter não pode se deixar levar pela pressão do tempo, decidindo publicar a sua reportagem apenas quando considerar completa a sua compreensão e a sua apresentação.

Além do fator tempo, por vezes, o aspecto econômico também se consolida como um obstáculo à realização da produção investigativa, pois “Grandes coberturas significam também grandes despesas para o jornal [...]” (KOTSCHO, 1995, p. 26). Conforme já abordamos neste trabalho, o exercício investigativo exige o cumprimento de etapas essenciais ao seu resultado final. Porém, estes processos implicam o deslocamento e viagens do repórter, custo com estadias – às vezes em outras cidades e países –, horas extras, como também, em alguns casos, a contratação de um profissional que substitua a lacuna deixada pelo repórter investigativo, na produção diária de notícias.

Empresas jornalísticas freqüentemente resistem à idéia de deslocar um profissional do trabalho rotineiro para um processo de investigação. Preocupação inicial de quem se lança a uma pesquisa mais extensa é, sem dúvida, como financiá-la. (LAGE, 2003, p. 136).

Desta forma, os jornalistas investigativos têm de mostrar a relevância da sua pauta e, juntamente com seus superiores, convencer o departamento administrativo de liberar recursos para a sua produção. “Normalmente, ele precisa dar provas de que a matéria vai dar certo antes de ser afastado da rotina da pauta. Só vai ganhar alguma credibilidade a partir da publicação das primeiras matérias” (PROENÇA, 2003, p. 195). Sabe-se, assim, que quando o veículo se encontra em situação

⁴⁰ Furo é um jargão jornalístico que significa publicar uma informação em um veículo antes de todos os outros.

financeira abalada, pautas investigativas terão mais chances de serem executadas se tiverem relevante interesse público.

Quando a produção investigativa exige a convocação de maior volume de pessoal, a situação se complica ainda mais, pois os custos se tornam altos. Por isso, há uma resistência das empresas em liberar mais de um profissional por reportagem. “Aí a produção das matérias investigativas conta com a atividade desenvolvida apenas por um jornalista” (PROENÇA, 2003, p. 199). Em contrapartida, o ritmo de produção de notícias nas redações se tornaria mais lento com a diminuição do efetivo por certo período. Tal conjuntura justifica a concepção de Proença (2003, p. 194-195) de que “[...] o trabalho solitário é uma das características mais fortes do Jornalismo Investigativo”.

A diminuição das equipes profissionais é outra questão a ser levada em consideração quando se tratam das problemáticas inerentes ao cenário jornalístico e que implicam dificuldades na produção investigativa. De acordo com pesquisa realizada no Brasil,

Ao todo, em 2015 foram computadas mais de 1400 demissões de jornalistas no país. Apesar de abalado dentro das redações, o jornalismo investigativo encontrou oportunidades fora delas, em iniciativas colaborativas, ONGs, coletivos, apoio de fundações e projetos independentes, além de ainda manter um espaço simbólico em alguns veículos nacionais. (ROCHA; NORONHA, 2016, p. 173).

Quando se trabalha com pequeno volume de pessoal e se tem de se dar conta de muitas notícias diárias, deslocar um repórter para a cobertura de uma pauta em profundidade é complicado. “[...] a redução das equipes de reportagem dos jornais afasta da investigação muitos profissionais, obrigados a participar do dia-a-dia da redação para que o veículo possa ‘fechar’ dentro dos prazos estipulados pela direção da empresa” (SEQUEIRA, 2005, p. 184-185).

Essa configuração, que advém das dificuldades econômicas e também de mudanças expressivas que têm afetado o campo da Comunicação, de modo geral, preocupa e leva os jornalistas investigativos a procurarem outros subsídios ou novos modelos de negócios para desenvolverem o seu trabalho. Em vista dos fatores mencionados – diminuição do efetivo das redações, pressão do tempo e dificuldades econômicas – é pertinente a preocupação acerca dos reflexos dos mesmos na produção da investigação comprometida e qualificada. Em um cenário ideal, o profissional desfrutaria de longo prazo de produção, grandes recursos financeiros e

equipe de apoio sempre disponível, mas a realidade é mais dura e árdua. “Como se fosse possível a um repórter dedicar-se exclusivamente à investigação jornalística pura, ainda mais na época atual [...]” (FORTES, 2005, p. 25).

A função de mostrar as mazelas sociais, defender o interesse público, denunciar corrupções e escândalos e realizar um trabalho sólido, que fomente transformações e melhorias na sociedade, são o grande propósito da prática investigativa. Enfrentar as dificuldades do exercício profissional diário não é tarefa fácil, mas cabe ao jornalista investigativo lutar contra elas e primar pela excelência do conteúdo que produz – o que tem relação direta com a abordagem que segue, sobre dois grandes valores do trabalho investigativo: a credibilidade e a qualidade.

3.3 A credibilidade e a qualidade do trabalho investigativo

Quando o jornalismo investigativo transcorre em um cenário com condições adequadas, gerido por profissionais que realizam os processos de escolha da pauta, apuração e verificação das informações, levando em conta o interesse público e as questões técnicas e éticas profissionais, a tendência é que se tenha como resultado um produto de qualidade e de credibilidade. São estes valores que legitimam a prática investigativa e possibilitam que o público confie na postura do profissional e da empresa, como também nos seus conteúdos.

É importante lembrar que se trata de uma atividade jornalística que, talvez mais do que em outras especialidades, lida com questões éticas e sociais muito sérias, abordando fatos que geralmente causam grandes repercussões após a publicação da reportagem. Por isso, cabe ao repórter a responsabilidade de assegurar a sua legitimidade. “O maior patrimônio de um repórter é a credibilidade – as pessoas precisam confiar em você para contar histórias que consideram delicadas porque mexem com a vida de outras pessoas” (KOTSCHO, 1995, p. 23). Sendo comprometido com o trabalho que realiza e mantendo escolhas seguras e honestas quanto aos métodos que utiliza na investigação, é possível construir uma boa conduta profissional.

Além disso, essa questão diz respeito ao alcance de um objetivo muito importante do jornalismo investigativo: a verdade dos fatos. Quando se desvia desse propósito, o repórter está sujeito ao olhar crítico e à cobrança do público, que

deposita expectativas no exercício do papel social do jornalista, como também das leis e códigos profissionais.

A ideologia jornalística defende uma relação epistemológica com a realidade, que impeça quaisquer transgressões de uma fronteira indubitável entre realidade e ficção, havendo sanções graves impostas pela comunidade profissional a qualquer membro que viole essa fronteira. (TRAQUINA, 2007, p. 76).

Além disso, trata-se de buscar na confiança do público uma razão para manter a produção de conteúdo investigativo, apesar das dificuldades econômicas, de tempo e de falta de pessoal – as quais se tratou na seção anterior. Entende-se, portanto, que “[...] quem sustenta qualquer empresa dedicada ao jornalismo não é a publicidade, mas a credibilidade pública” (BUCCI, 2000, p. 65). Na concepção de Alsina (2009), as empresas de comunicação têm se esforçado diariamente para renovar esse elo, através da consolidação da credibilidade. Todavia, para atingi-la, diversos aspectos precisam ser cumpridos durante a prática investigativa.

A credibilidade é produzida com qualidade editorial, que pressupõe conhecer o leitor, atender suas necessidades e antecipar-se a elas, fazer valer seus direitos, defendê-lo, informá-lo com exclusividade e em primeira mão, escrever numa linguagem que ele entenda e goste, com a qual ele aprenda e se divirta. Daí nasce a relação de confiança. (BUCCI, 2000, p. 66).

Faz-se necessário ainda apontar que a credibilidade é um valor que o jornalista e o veículo de comunicação constroem com certo tempo de trabalho, pois decorre da interação com o público, quando este compreende que estão sendo cumpridas as funções que são de sua natureza profissional – as quais foram citadas acima. A partir disso, conforme Alsina (2009), se estabelece um “contrato pragmático fiduciário”. Ou seja, o conteúdo informativo veiculado será tomado como testemunho verdadeiro, pois o compromisso e a fidelidade profissional legitimaram esta condição.

O contrato pragmático fiduciário da mídia é um produto histórico da institucionalização e da legitimação do papel do jornalista. Isso não quer dizer que tal contrato pragmático fiduciário possa ser estabelecido de uma forma imperativa. [...] Nas democracias e apesar dessa institucionalização do papel do jornalista, a mídia precisa lutar dia após dia para ter sua credibilidade renovada e para renovar, também, esse contrato pragmático fiduciário. (ALSINA, 2009, p. 48).

Portanto, é legítimo se preocupar com a transparência e a ética no cumprimento das etapas de produção investigativa, conforme se estudou no

Capítulo 2. A contextualização também assume protagonismo nesse processo, sendo identificada na reportagem investigativa, quando os “[...] fatos se inserirem numa rede de incidentes de alguma forma coesa e detalhada, numa história que cale fundo em quem dela tome ciência” (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 141). Além disso, faz-se necessário se assegurar de que não haja contestações quanto à veracidade do conteúdo informativo produzido.

Por essa razão, fazemos com que apareçam no discurso informativo as fontes da informação que o jornalista consultou, o jornalista lança mão de aspas para citar depoimentos tácitos, também facilita muitos dados sobre qualquer acontecimento para que não haja dúvidas sobre ele, etc. (ALSINA, 2009, p. 48-49).

Conforme se vem observando ao longo da construção deste estudo, a prática investigativa se diferencia da produção das notícias diárias por sua complexidade e necessidade de aprofundamento. É importante compreender que “[...] nem todo jornalismo é investigativo [...]” (FORTES, 2012, p. 194) e que, quando assim se classifica, a qualidade e a credibilidade do trabalho são estabelecidas de acordo com suas particularidades.

Jornalismo investigativo é a sistematização de técnicas e conceitos de apuração para a produção de reportagens de fôlego, não necessariamente medidas pelo tamanho, mas pela profundidade de seus temas e, principalmente, pela relevância da notícia que ela, obrigatoriamente, terá que encerrar. (FORTES, 2012, p. 195-196).

Por vezes, o papel do jornalismo investigativo é vinculado apenas ao caráter de denunciismo, por tratar de fatos relevantes que se encontram escondidos do conhecimento público. Desta forma, “Tomam-se exemplos de jornalismo malfeito (eles existem, claro) e generaliza-se, nas entrelinhas, que todo tipo de investigação na imprensa é mal-intencionada e ruim” (ESCOSTEGUY, 2005, p. 91). Para combater essa associação feita com a prática de denunciismo e se legitimar como produção séria e credível, cabe aos jornalistas agir de acordo com os princípios profissionais, apresentando fatos concretos e em conformidade com a verdade. Isso implica não se deixar corromper com a espetacularização de conteúdo. “É preciso distinguir o dever de denúncia de um dissimulado afã de chocar” (DI FRANCO, 1995, p. 156). Sendo assim, se o repórter objetiva causar impacto nas pessoas e atentar para alguma causa, deve fazê-lo mostrando ao público um trabalho embasado em pesquisas e dados que comprovem os fatos, e não a partir de um apelo sensacionalista.

Declarações de bandidos aparecem agora em número semelhante ao das entrevistas com ministros de Estado. A informação corre o risco de ser condicionada pelos esquemas de um show. Existe uma confusão cada vez mais perigosa entre jornalismo e entretenimento. (DI FRANCO, 1995, p. 23-24).

Reportagens sobre crimes e assassinatos costumam chamar a atenção das pessoas. Quando o jornalista investigativo trata de pautas policiais, é imprescindível ficar atento para não apelar para o entretenimento, pois uma informação publicada de forma irresponsável pode gerar consequências muito sérias para o público. Nestes casos, se a produção de conteúdo sobre o fato não for bem feita, perde-se a seriedade do assunto. Contudo, cabe ao repórter levar adiante pautas sobre questões sociais (como a violência), pois elas fazem parte da sociedade, mas tomando os cuidados para fugir do sensacionalismo.

A injustiça é uma das alavancas da violência. Argumenta-se que a violência faz parte do dia-a-dia e que a imprensa tem a obrigação de dizer a verdade. Sem dúvida. A denúncia social, desenhada em cores fortes, não resvala para o sensacionalismo. É dura, mas necessária. (DI FRANCO, 1995, p. 25).

Desta forma, tratar de violência na imprensa propõe uma reflexão sobre o assunto, como forma de combatê-la e não incentivá-la. "O problema não está na veiculação de notícias sobre violência, mas no exagero, na desproporção informativa. É cômodo e relativamente é fácil provocar emoções. Informar com profundidade é outra conversa" (DI FRANCO, 1995, p. 25). E quando o jornalista se propõe a verificar com exaustão os fatos apurados, tendo certeza do conteúdo que irá publicar mais tarde, ele se defende de possíveis ataques dos próprios envolvidos no fato.

Os jornalistas investigativos caem, freqüentemente, em tentações como opinar e expor juízos de valor antes de divulgar os fatos nos quais se apóia a denúncia. Isso é contraproducente porque, ao fazê-lo, corre-se o risco de não oferecer credibilidade à investigação e, em última instância, permite aos denunciados tentar desprestigiar e desmerecer o trabalho do jornalista, aproveitando as afirmações não-comprovadas e as imprecisões do texto. (LOPES, 2003, p. 20).

A credibilidade e a qualidade do trabalho investigativo também dizem respeito ao uso das técnicas jornalísticas, as quais foram abordadas no segundo capítulo desta monografia, que levam à realização de um trabalho mais completo, bem contextualizado e confiável. "Lacunas de informação são um convite à desonestidade, à imaginação de peças que faltam para a história ficar redonda"

(PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 148). Por isso, os processos de apuração e checagem de informações são essenciais para preencher esses vazios de conteúdo e devem ser aplicados até que se tenha certeza e completude sobre os fatos a serem publicados.

Com todos os dados em mãos – documentais e o produto de entrevistas –, os repórteres têm por norma cruzar as informações em busca de incoerências, inconsistências ou de algum vazio informativo, para só depois entrar na sexta fase do processo: a redação do texto final da reportagem. (SEQUEIRA, 2005, p. 188).

A prática investigativa sempre exigirá do jornalista este esforço que supera o da produção das notícias diárias, inseridas no contexto da instantaneidade. E é este diferencial que o público quer das reportagens investigativas. No entanto, há de se considerar que a informação não provém unicamente de atitudes individuais do repórter, pois ele trabalha em uma estrutura organizacional e, assim, por vezes, verifica-se o comprometimento da qualidade do produto jornalístico, quando há atrito entre os setores comercial e editorial da empresa de comunicação, sobrepondo-se os interesses econômicos à produção de conteúdo. Nestes casos, os veículos se esquecem de que as “Reportagens de grande valor jornalístico transformam-se, ao longo do tempo, em marca dos grandes jornais, referências históricas e registro da memória das empresas envolvidas” (FORTES, 2005, p. 25).

Por isso, a prática investigativa precisa ser desenvolvida negando os aspectos de conveniência comercial e, desta forma, buscando se comprometer com seu propósito primordial: fornecer material jornalístico fiável, objetivo e claro. “[...] onde há conflito de interesses não se gera informação de qualidade” (BUCCI, 2000, p. 88). Desta forma, não se pode deixar de lado um caso de corrupção, só porque envolve uma empresa anunciante, por exemplo.

É importante a reflexão acerca deste aspecto, pois como se verificou em outro momento deste estudo, as dificuldades econômicas existem e, assim, são constantes as tentações de desviar o propósito investigativo em detrimento de interesses comerciais. Por isso, torna-se essencial “[...] a independência financeira dos veículos com relação aos grupos econômicos responsáveis pelos anúncios que dão suporte financeiro às empresas de comunicação” (SEQUEIRA, 2005, p. 185). Assim, às chefias das empresas jornalísticas também cabe o dever de resistir às influências comerciais e incentivar o repórter a produzir conteúdo jornalístico aquém de interesses financeiros.

Mesmo que o repórter trabalhe para um veículo de comunicação, cuja lógica de funcionamento é a empresarial, é através dos “[...] saberes de mediador ativo e responsável que a competência profissional do jornalista deve ser avaliada [...]”. (BENEDETI, 2009, p. 115). Apesar de os aspectos econômicos e temporais serem um obstáculo à prática investigativa, é dever do profissional se manter convicto de seu papel social e de seu objetivo profissional. Além disso, “É preciso surpreender o leitor com matérias que rompam a monotonia do jornalismo de registro” (DI FRANCO, 1995, p. 123).

É com respaldo nessas características que se legitima a credibilidade e a qualidade da produção investigativa. Trata-se, sobretudo, de um dever para com o público e da “[...] preocupação permanente em não deixar encobertas zonas importantes daquilo que é retratado, por causa de rotinas produtivas burocratizadas e práticas excludentes” (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 99). Desta forma, os aspectos organizacionais e econômicos não podem se tornar motivos para preguiça e ignorância profissional.

A incompetência arrogante foge dos bancos de dados. A dúvida, lógica e natural, morre na garganta. Na ausência da pergunta consistente, a ditadura das aspas ocupa o lugar da informação. A fonte *deita e rola*. E instaura-se o reinado da versão. O jornalismo de registro, burocrático e insosso, precisa reencontrar o sabor e a ousadia da boa reportagem. (DI FRANCO, 1995, p. 95, grifo do autor).

Evidencia-se, pois, que o profissional leve em conta as expectativas do público sobre suas produções, afinal, quando o trabalho jornalístico conquista a confiabilidade das pessoas, elas não podem ser desapontadas com um conteúdo que potencialmente possa ferir esta relação. Assim, “[...] as dificuldades peculiares da atividade e as restrições criadas pelos interesses financeiros no jornalismo (pela concorrência) não servem de justificativas absolutas para as suas deficiências” (BENEDETI, 2009, p. 102). Avalia-se como prioridade na realização investigativa o interesse público, acima de qualquer obstáculo. Deste modo, “[...] não há discussão sobre qualidade da informação no jornalismo sem considerar a importância do público e de seus interesses” (BENEDETI, 2009, p. 61).

Conclui-se, neste capítulo, a discussão sobre os conceitos e teorias que perpassam a prática do jornalismo investigativo e que são necessários para subsidiar a análise. Em sequência, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo para cumprir os objetivos propostos inicialmente.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Após realizar o estudo teórico nos capítulos anteriores, neste são apresentados os processos metodológicos da pesquisa, que objetiva analisar as técnicas de apuração e checagem de informações do jornalismo investigativo utilizadas na investigação dos casos de pedofilia e abuso sexual de crianças cometidos por membros da Igreja Católica, retratada no filme *Spotlight: segredos revelados* e compreender de que forma contribuem para a qualidade e a credibilidade do trabalho jornalístico.

Para tanto, faz-se necessário entender a complexidade em que se desenvolve a pesquisa, pois ela “[...] é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (LAKATOS; MARCONI, 2008, p. 01). Para a realização deste estudo se optou pela pesquisa qualitativa, pois não se busca quantificar resultados, mas sim interpretar um processo.

[...] as abordagens qualitativas não se preocupam em fixar leis para se produzir generalizações. Os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social. Contrapõem-se, assim, à incapacidade da estatística de dar conta dos fenômenos complexos e da singularidade dos fenômenos que não podem ser identificados através de questionários padronizados. (GOLDENBERG, 2003, p. 49).

Desta forma, infere-se que este caráter de estudo permite uma visão mais aprofundada dos fenômenos, pois busca “[...] identificar relações, causas, efeitos, conseqüências, opiniões, significados, categorias e outros aspectos considerados necessários à compreensão da realidade estudada e que, geralmente, envolve múltiplos aspectos” (VIANNA, 2001, p. 122). Além disso, aponta-se a importância do pesquisador, enquanto participante, no campo investigado. Para Vianna (2001), o desenvolvimento da pesquisa só é possível a partir da interação do explorador com os seus objetos de estudo.

Como lembra Goldenberg (2003), o pesquisador é quem constrói a totalidade do objeto que estuda, de acordo com suas pressuposições e com aquilo que achar relevante para responder ao seu problema de pesquisa, concentrando-se em pontos específicos. Deste modo, toma-se como objeto empírico a prática do jornalismo investigativo, partindo da narrativa do filme *Spotlight: segredos revelados*. Primeiramente, na seção 4.1, faz-se uma breve apresentação do longa-metragem,

para fins de contextualização; em sequência, aborda-se o recurso metodológico de pesquisa bibliográfica e, após, atenta-se para três importantes etapas de seguimento deste estudo: a análise exploratória de conteúdo, o grupo focal e a entrevista semiaberta.

4.1 *Spotlight: segredos revelados*

Spotlight: segredos revelados (2015) é uma produção cinematográfica do diretor Tom McCarthy, que trata da investigação dos casos de pedofilia e de abuso sexual de crianças cometidos por membros da Igreja Católica, realizada em 2001, pela equipe de repórteres do jornal *The Boston Globe*, a *Spotlight*. O longa foi vencedor do Oscar 2016 nas categorias de melhor filme e de melhor roteiro original. Baseado em uma história real, rendeu à equipe original da *Spotlight* o Prêmio Pulitzer⁴¹ de Serviço Público em 2003, pela série de reportagens publicadas sobre os escândalos de abuso sexual de menores praticados por religiosos. Os crimes foram acobertados durante anos pela Igreja que transferia os padres de uma região para outra, alegando motivos como licença médica, trabalho emergencial ou ausência justificada.

A investigação resultou na descoberta de muitos casos, inicialmente na cidade de Boston, já que o *The Boston Globe* é um jornal local, e posteriormente o trabalho jornalístico desvendou outras ocorrências em todo o mundo (ANEXO A). A primeira publicação sobre os crimes cometidos por padres e com ciência da Igreja aconteceu em 6 de janeiro de 2002. Ao longo deste ano, a equipe *Spotlight* publicou 600 artigos sobre os casos e 249 sacerdotes e irmãos foram acusados publicamente no escândalo sexual.

É válido destacar que, no final do filme, antes dos créditos finais subirem, são apresentadas em *lettering*⁴² informações sobre um importante desdobramento decorrente das reportagens publicadas no *The Boston Globe*: em dezembro de 2002, o Cardeal Law⁴³ renunciou da Arquidiocese de Boston; ele foi transferido para

⁴¹ O Pulitzer é um prêmio concedido a quem realiza trabalhos considerados excelentes nas áreas do jornalismo, da literatura e de composição musical. É administrado pela Universidade de Colúmbia, em Nova York.

⁴² *Lettering* é definido como “a arte de desenhar letras”, sendo uma combinação específica de letras trabalhadas, para uma finalidade. É um recurso utilizado no audiovisual, o qual faz as coisas aparecerem escritas na tela.

⁴³ Há explicações sobre o personagem no item 4.1.1.

a Basílica de Santa Maria Maggiore, em Roma, um dos mais altos postos da Igreja Católica e se estimou, à época, que o número de sobreviventes em Boston ultrapassasse mil pessoas.

Para possibilitar um melhor entendimento sobre a narrativa do filme *Spotlight: segredos revelados* e, em especial, dos personagens que fazem parte da mesma, propõe-se uma espécie de glossário sobre os papéis mais ativos na prática jornalística do filme, bem como sobre o jornal *The Boston Globe* e os casos de abuso sexual tratados na obra.

4.1.1 Os personagens por trás de *Spotlight*

- *The Boston Globe*: jornal americano, com sede em Boston. No filme, o veículo está em uma fase de adaptação quanto à internet e outras tecnologias e vem perdendo alguns leitores. Ao apostar na investigação dos casos de abusos sexuais e de pedofilia cometidos por padres, o *Globe* arriscou perder assinantes, já que 53% deles eram católicos.

- *Spotlight*: é a denominação dada à equipe investigativa do jornal *The Boston Globe*, formada por quatro jornalistas que se reportam a Ben Bradlee Jr. e que mantêm seu trabalho confidencial. Eles se dedicam por meses à produção de reportagens especiais, mas até a chegada do novo editor não haviam publicado um caso de grande impacto.

- Repórteres: a *Spotlight* é composta por Mike Rezendes (Mark Ruffalo), Sacha Pfeiffer (Rachel McAdams), Walter Robinson, o Robby, (Michael Keaton) e Matt Carroll (Brian d'Arcy James).

- Marty Baron (Liev Schreiber): é o novo editor-chefe do *The Boston Globe* e tem como objetivo tornar o jornal essencial aos leitores, já que o veículo vinha perdendo público. Ele se interessa pelo Caso Geoghan após ler a coluna de Eileen McNamara e considerar essa história importante para o jornal local. Marty acha que o *Globe* não aprofundou as denúncias de casos de padres que molestaram crianças e sugere que a *Spotlight* descubra se o advogado Mitchel Garabedian fala a verdade quando diz que o Cardeal Law sabia do caso Geoghan e acobertou o padre. Ele também decide pedir a revogação do segredo de justiça dos documentos sigilosos sobre o Caso Geoghan.

- Walter Robinson, o Robby (Michael Keaton): é o editor da *Spotlight* e, portanto, o responsável por orientar e manter a equipe focada até a publicação dos fatos. Ele acompanhou Sacha nas entrevistas com o advogado Macleish, que assinou contratos sobre alguns casos de padres que molestaram crianças. Robby confronta algumas vezes o seu superior Ben, alegando que as acusações contra os padres têm fundamento e que a equipe investigativa conseguirá comprovar os casos. Foi ele quem conseguiu a confirmação de uma fonte importante, Jim Sullivan, atestando que os padres realmente tinham cometido os crimes sexuais e foram acobertados. Ele colabora de várias formas com a investigação, seja ajudando os repórteres da *Spotlight* na pesquisa em documentos, como também entrevistando vítimas ou pessoas ligadas à Igreja.

- Mike Rezendes (Mark Ruffalo): exemplo de um repórter persistente e dedicado, envolvido com seu trabalho. Na investigação, seu papel foi sondar o advogado Mitchell Garabedian e conseguir provas de que o Cardeal Law sempre teve ciência do caso Geoghan. Também entrevistou algumas vítimas que eram clientes de Garabedian.

- Sacha Pfeiffer (Rachel McAdams): é o tipo de repórter que vai às ruas apurar os fatos e é a única mulher da equipe *Spotlight*. Foi ela quem realizou a maioria das entrevistas com as vítimas de abuso sexual por padres da Igreja Católica e, juntamente com Robby, foi atrás do advogado MacLeish, um dos responsáveis por fazer acordos de sigilo dos casos em troca de dinheiro.

- Matt Carroll (Brian d'Arcy James): repórter com perfil sério e compenetrado. Teve papel importante na investigação, principalmente na procura de fontes documentais que comprovassem que os padres eram transferidos de uma paróquia para outra. Também ajudou Sacha na busca por vítimas de abusos sexuais praticados por membros da Igreja, indo de porta em porta atrás de cada um. Além disso, descobriu que havia um centro de tratamento para padres próximo à sua casa e indicou aos filhos que ficassem longe daquele endereço.

- Ben Bradlee Jr. (John Slattery): é um dos editores do *The Boston Globe* e responsável pela *Spotlight*. Na primeira reunião de pauta com o novo editor-chefe ele questiona se Marty pretende processar a Igreja e alerta que a instituição religiosa e a sociedade em geral vão entender o pedido de revogação dos documentos sigilosos como um processo contra a Igreja.

- Mitchell Garabedian (Stanley Tucci): é o advogado de muitas vítimas de abuso sexual por padres e a maior fonte de Mike Rezendes. Ele alegou que o Cardeal Law tinha ciência do caso Geoghan e o transferia de uma paróquia para outra toda vez que este cometia um novo crime. Ele deu acesso a algumas vítimas para Mike, como também aos documentos sigilosos sobre o caso Geoghan através de uma moção.

- Phil Saviano (Neal Huff): foi abusado aos 11 anos pelo padre David Holly, em Worcester, na paróquia que frequentava. Fundou a organização de vítimas, chamada Sobreviventes de Abusos por Padres (SNAP), e é uma fonte importante da *Spotlight*, sendo a primeira vítima a dar entrevista para a equipe investigativa. Cinco anos antes ele já havia alertado o *Globe* sobre o seu caso e o de outras pessoas. É ele quem revela que MacLeish foi responsável por fechar vários acordos nos casos de padres que molestaram crianças.

- Jim Sullivan (Jamey Sheridan): advogado que acobertou muitos casos, como o do padre Liam Barrett, fazendo acordos com a Igreja para não torna-los públicos e cobrando 20 mil dólares pelo seu silêncio. É uma fonte fundamental, pois quando Robby leva até ele os nomes de 70 padres acusados de molestar crianças, este confirma cada um deles. Torna-se, assim, uma fonte que estava do lado da Igreja, mas que depois resolveu falar.

- Joe Crowley (Michael Cyril Creighton): é uma das vítimas que Sacha entrevistou. Ele foi molestado pelo Padre Paul Shanley quando este o chamou para ir à sua casa para jogar *Strip Pocker*⁴⁴.

- Patrick McSorley (Jimmy LeBlanc): é outra vítima e foi abusado aos 12 anos pelo padre Geoghan, depois que seu pai se suicidou. O religioso se aproximou de sua família logo após o ocorrido.

- Cardeal Bernard Law (Len Cariou): é o arcebispo da Arquidiocese de Boston e sabia dos casos de crimes sexuais cometidos por padres, como o do padre Geoghan, e apenas os transferia de uma igreja para outra, acobertando-os e deixando-os continuar o exercício religioso.

- Eric MacLeish (Billy Crudup): é advogado das vítimas do caso Porter. Também fechou diversos acordos com padres que molestaram garotinhos, nos

⁴⁴ *Strip Pocker* se origina do jogo de cartas pôquer, mas diferente deste, quando alguém perde uma jogada precisa remover peças de roupa como consequência. As peças de roupa também podem ser utilizadas como fichas nas apostas.

quais ganhava dinheiro pelo silêncio. Ele encaminhou ao *Globe*, anos antes, uma lista com 20 nomes de padres, só de Boston, mas a sua denúncia não foi investigada. Após conversa com Sacha e Robby ele envia novamente uma lista ao *Globe*, com 45 acordos que ele fez envolvendo religiosos.

- Richard Sipe: ex-padre e psiquiatra, trabalhou em um centro de tratamento da Igreja (para onde mandam os padres que são presos) e é casado com uma ex-freira missionária. O personagem não aparece nas cenas, mas se pode percebê-lo quando Mike o entrevista pelo telefone. Sipe revela, através de pesquisa que vinha realizando sobre os casos de padres que molestam crianças, que 6% dos religiosos cometem crimes sexuais, o que em Boston representaria 90 padres.

- Ronald Paquin: padre que molestou crianças na Igreja São João Batista, em Haverhill. Sacha vai até a sua casa e consegue entrevistá-lo; ele confessa os crimes com naturalidade.

- Caso Geoghan: o padre John J. Geoghan molestou crianças na Arquidiocese de Boston por três décadas. Quando descobriram os crimes sexuais que cometia ele foi acobertado e transferido para outra paróquia, continuando a praticar os abusos.

- Caso Porter: o enredo é parecido com o caso Geoghan – o Padre Porter molestou dúzias de crianças 10 anos antes.

- Caso Barrett: Liam Barrett se aproveitou de menores na Filadélfia, foi transferido para Boston, fez a mesma coisa e foi remanejado de novo, feito os casos Geoghan e Porter. A *Spotlight* encontrou seu nome nas notícias após o *clipping*⁴⁵, através de um recorte de uma matéria de Diego Ribadeneira, de 1997, em que havia apenas uma nota como suíte.

- Caso Talbot: o padre jesuíta James Talbot violentou Kevin, entre outros garotos, no Boston College High School, no bairro de Dorchester, em Boston, na década de 70. Ele treinava o time de hóquei em que Kevin e Robby jogavam na referida instituição de ensino.

Concluída a apresentação resumida do audiovisual que servirá de base para discutir as práticas do jornalismo investigativo, conduzindo todo o trabalho de campo e a análise desta monografia, passa-se, então, para a exposição das técnicas de pesquisa utilizadas para cumprir os objetivos propostos.

⁴⁵ No *clipping* selecionam-se notícias, matérias, entre outros, em jornais, revistas, sites e demais meios de comunicação para fornecer através do conteúdo coletado, recortes sobre assuntos de interesse de quem os procura.

4.2 Pesquisa bibliográfica

Quando se busca analisar e investigar um fenômeno ou objeto, faz-se necessário, de imediato, conhecê-lo e compreendê-lo, como também atentar para os trabalhos já desenvolvidos sobre o tema. Para isso, aplica-se a técnica de pesquisa bibliográfica, como método inicial do trabalho acadêmico. Trata-se de

[...] um conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à respectiva anotação ou fichamento das referências e dos dados dos documentos para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico. (STUMPF, 2011, p. 51).

A partir da escolha dos autores e das obras consultadas, encontram-se as teorias e conceitos que norteiam o estudo proposto. Conforme Lakatos e Marconi (2008) a pesquisa bibliográfica faz com que o explorador tenha conhecimento daquilo que foi dito, escrito e existe sobre o assunto estudado. Ao se compreender mais sobre o mesmo, evita-se que trabalhos muito semelhantes sejam produzidos e se contribui para instigar a busca por novos conhecimentos e até continuar pesquisas inacabadas.

Quando se adquire saberes sobre os diversos aspectos que perpassam um fenômeno, torna-se também mais fácil a sua análise prática na sequência da pesquisa. “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 1999, p. 65). Por isso, ao cruzar estudos de autores distintos, se consegue entender o contexto da temática escolhida e o estado da arte em que se encontra, conduzindo à decisão de quais caminhos se seguirá para a realização de um trabalho acadêmico pertinente, que acrescente conhecimento ao campo.

Nesta pesquisa, buscou-se a apropriação de conhecimentos sobre as práticas jornalísticas de investigação, a ética profissional, a função social do jornalista e sobre o novo cenário em que vêm se desenvolvendo as reportagens investigativas. Para tanto, foram utilizados autores como Leandro Fortes (2005), Dirceu Fernandes Lopes e José Luiz Proença (2003), Luiz Costa Pereira Junior (2006) e Nelson Traquina (2007), dentre outros. Após o levantamento do material teórico, iniciaram-se as etapas metodológicas de maior aproximação do objeto empírico deste estudo.

4.3 Análise exploratória do conteúdo

A sequência do trabalho se dá com a aplicação de duas técnicas simultaneamente: a análise de conteúdo e a pesquisa exploratória. Ao executar esta etapa da investigação acadêmica, busca-se, em essência, cumprir dois objetivos específicos deste estudo, que são: mapear as técnicas aplicadas nas rotinas produtivas relativas à investigação dos casos de abuso sexual de menores de idade retratada no filme *Spotlight: segredos revelados* e identificar os tipos de fontes consultadas pelos jornalistas e como eles conduzem esta relação. Este mapeamento exploratório é fundamental, pois embasará a condução do grupo focal.

Assim, faz-se necessário compreender a aplicabilidade da análise de conteúdo e da pesquisa exploratória. Como conceito amplo, a análise de conteúdo “[...] se refere a um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa” (FONSECA JÚNIOR, 2006, p. 280). Para utilizar este processo metodológico é preciso compreendê-lo em profundidade. Conceitualmente, Bardin (1977, p. 42) diz se tratar de

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Para qualificar a sua aplicação, Bardin (1977) propõe três estágios em que se organiza a análise de conteúdo: 1) pré-análise; 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A pré-análise é a fase de organização, pois “[...] tem por objectivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (BARDIN, 1977, p. 95). Esta etapa é de extrema importância, pois, conforme Fonseca Junior (2011), trata-se do planejamento do estudo a ser realizado.

Além disso, Bardin (1977) considera três tarefas componentes da pré-análise: a escolha do material de análise, a elaboração de hipóteses e objetivos e a elaboração de elementos que são fundamentais para a interpretação final. Em sequência, a pesquisadora propõe a exploração do material. “Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em

função de regras previamente formuladas [...]” (BARDIN, 1977, p. 101). O tratamento dos resultados obtidos e interpretação é a terceira etapa, compreendida pela autora da seguinte forma:

Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (<<falantes>>) e válidos. Operações estatísticas simples (percentagens), ou mais complexas (análise factorial), permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise. (BARDIN, 1977, p. 101, grifo da autora).

Para este estudo, faz-se a apropriação, em essência, da primeira etapa da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977) – isso porque não se quer executar uma análise de conteúdo do filme *Spotlight: segredos revelados* à exaustão, com finalidade conclusiva para a investigação. Busca-se uma análise em caráter exploratório, permitindo que a pesquisadora se aproxime da obra, realizando o mapeamento de alguns elementos do conteúdo e da narrativa que serão fundamentais para organizar o roteiro do grupo focal.

Sob esta perspectiva, optou-se por denominar esta etapa de análise exploratória do conteúdo. Compreende-se que a pesquisa exploratória desenvolve-se quando se busca “[...] entender uma situação, um fato, um problema, um caso, a partir de estudos feitos por diferentes autores ou vivenciados por várias pessoas” (VIANNA, 2001, p. 130). Assim, objetiva-se a aproximação e o aprofundamento de um assunto – o filme, no caso – e o entendimento de suas relações com o mercado jornalístico, especificamente refletindo sobre a prática das produções investigativas. Por isso, “Essa pesquisa requer um planejamento bastante flexível para possibilitar a consideração dos mais diversos aspectos de um problema ou de uma situação” (CERVO, 2002, p. 69).

A partir da extração de elementos importantes da prática jornalística coletados da produção investigativa realizada pela equipe *Spotlight*, elaborou-se um roteiro (APÊNDICE A) para, posteriormente, efetuar a discussão do grupo focal. Na próxima seção será abordado este processo metodológico, fundamental ao alcance dos objetivos propostos neste estudo.

4.4 Grupo focal

A técnica metodológica de grupo focal é imprescindível para chegar à resolução do problema de pesquisa e contemplar o objetivo geral, que vislumbra analisar as técnicas de apuração e checagem de informações do jornalismo investigativo, utilizadas na investigação de casos de pedofilia e abuso sexual de crianças cometidos por membros da Igreja Católica retratada no filme *Spotlight: segredos revelados* e compreender de que forma contribuem para a qualidade e a credibilidade do trabalho jornalístico – tanto na narrativa audiovisual quanto na realidade dos participantes do grupo focal.

É também através do grupo focal que se busca cumprir os objetivos específicos pendentes, que se constituem em: entender a importância das técnicas aplicadas nas rotinas produtivas para a qualidade e a credibilidade do trabalho jornalístico e discutir a importância da relação entre fontes e jornalistas.

O *Focus Group* é recomendado para orientar e dar referencial à investigação ou à ação em novos campos, gerar hipóteses baseadas na percepção dos informantes, avaliar diferentes situações de pesquisa ou populações de estudo, desenvolver planos de entrevistas e questionários, fornecer interpretações dos resultados dos participantes a partir de estudos iniciais, e gerar informações adicionais a um estudo em larga escala. (OLIVEIRA; DE FREITAS, 1998, p. 83, grifo do autor).

Por ser esta uma discussão formada por um grupo de pessoas, a sua eficácia se dá pela interação dos componentes que integram este encontro. “Os participantes influenciam uns aos outros pelas respostas às idéias e colocações durante a discussão, estimulados por comentários ou questões fornecidos pelo moderador (pesquisador ou outra pessoa)” (OLIVEIRA; DE FREITAS, 1998, p. 83). Por sua vez, este envolvimento dos participantes no debate sobre o assunto explorado, depende da dedicação do pesquisador ao organizar o grupo focal. Isso exige do investigador

[...] a preparação necessária ao desenvolvimento de um guia de tópicos (roteiro) e a seleção de materiais de estímulo que incentiva a interação, assim como as decisões feitas em relação à composição do grupo, para garantir que os participantes tenham o suficiente em comum entre si, de modo que a discussão pareça apropriada, mas que apresentem experiências ou perspectivas variadas o bastante para que ocorra algum debate ou diferença de opinião. (BARBOUR, 2009, p. 21).

Segundo Costa (2011), o grupo focal apresenta vantagens devido à integração e à participação conjunta que ocorre entre os integrantes, enriquecendo as respostas e a discussão. Sendo este trabalho acadêmico voltado para as técnicas

de apuração e checagem de informações do jornalismo investigativo, bem como aos processos praticados pelo repórter no dia a dia da profissão, escolheu-se jornalistas⁴⁶ atuantes no mercado de trabalho nas cidades de Vera Cruz, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, para compor o grupo focal, pela proximidade geográfica e também por se acreditar na contribuição positiva dos mesmos para os resultados deste estudo. A seguir será descrita em detalhes a execução desta fase da pesquisa.

4.4.1 Aplicação do grupo focal

Para a realização do grupo focal, os convites aos jornalistas dos veículos de comunicação de Vera Cruz, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires começaram a ser enviados no dia 10 de outubro de 2017. De início, um e-mail foi encaminhado para o Grupo Gazeta de Comunicações para ver quem se interessaria pelo assunto e em participar da atividade. No entanto, após uma semana de espera se descobriu que a pessoa responsável não havia repassado o e-mail aos jornalistas da redação. Desta forma, optou-se pela realização de telefonemas para os veículos, para falar diretamente com alguns profissionais, além de contatar outros através do Facebook.

Além destas abordagens, falou-se com os jornalistas através de WhatsApp⁴⁷ e alguns convites foram realizados pessoalmente. Cerca de 30 jornalistas foram convidados para participar e, destes, 12 manifestaram interesse. No entanto, os horários não se encaixaram e o grupo focal foi aplicado com oito participantes: um do jornal Folha do Mate (Venâncio Aires), um da Rádio Gazeta AM (Santa Cruz do Sul), um do Portal Gaz (Santa Cruz do Sul), dois do Riovale Jornal (Santa Cruz do Sul), um do Jornal Arauto (Vera Cruz), dois do Portal Arauto e da Rádio Arauto FM (Vera Cruz e Santa Cruz do Sul).

Apesar de alguns profissionais já terem assistido ao filme *Spotlight: segredos revelados*, disponibilizou-se a produção a eles afim de que pudessem assisti-lo para se preparar para a discussão. A atividade foi realizada em 31 de outubro de 2017,

⁴⁶ Esta expressão, bem como a de “repórter” ou “profissionais”, serão utilizadas para se referir aos integrantes do grupo focal, em alguns momentos, mesmo que tenha uma estudante entre estes, porque se entende que todos já atuam na área.

⁴⁷ WhatsApp é um aplicativo para smartphones (celular com tecnologias avançadas) conectados a internet, que permite a troca de mensagens de texto instantâneas, além de vídeos, áudios, fotos e chamadas de voz.

com início às 19h15min, na sala 1826, bloco 18 da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), tendo duração de 01h42min. Preparou-se, para tanto, o projetor, o equipamento de áudio, como também uma câmera de vídeo para gravar o encontro. Posicionou-se os jornalistas em um semicírculo, para que pudessem discutir entre si o material proposto pela pesquisadora. Todos receberam garrafa d'água, uma barra de cereal, um bombom, um cartão como forma de agradecimento e um questionário inicial abordando aspectos pessoais e profissionais (APÊNDICE B).

Para melhor andamento do grupo focal, o acadêmico de Administração Jean Carlo de Assis colaborou com a parte técnica, exibindo as cenas do filme *Spotlight: segredos revelados* previamente selecionadas através do programa de edição de vídeo Adobe Premiere para serem discutidas, bem como os slides com os questionamentos para a discussão, conforme roteiro já mencionado (APÊNDICE A). No final da realização das discussões um terceiro questionário (APÊNDICE C) foi entregue aos jornalistas a fim de que pudessem fazer a sua avaliação sobre o andamento e a organização deste momento de debate. Os registros em vídeo podem ser observados no Apêndice D.

4.4.2 Perfil dos participantes

Colou-se em frente a cada mesa a nomeação de P1 até P8, da esquerda para a direita, como forma de identificação dos jornalistas, sendo que a letra “P” significa “participante” e os algarismos de 1 a 8 diferenciam cada um dos membros. Desta forma, evitou-se o uso dos nomes dos integrantes do grupo, pois se entende que esta não é uma informação primordial para a pesquisa. Ao deixar isso claro desde o início do processo, acredita-se que todos se envolveram de forma mais espontânea na discussão. A seguir, apresenta-se um breve perfil de cada participante:

P1 – Mulher, 30 anos, formada em Jornalismo, atua entre 5 a 10 anos na profissão, tendo passado pelas editorias de polícia, geral e política. Atualmente trabalha como repórter no Jornal Arauto, em Vera Cruz. Já fez reportagem em profundidade e trabalhou com pauta investigativa.

P2 – Mulher, 23 anos, formada em Jornalismo, atua entre 0 a 5 anos na profissão, tendo passado pelas editorias de polícia e geral. Atualmente trabalha como repórter no Portal Arauto e na Rádio Arauto FM, em Santa Cruz do Sul.

P3 – Mulher, 21 anos, estudante de Jornalismo, atua entre 0 a 5 anos na profissão, tendo passado pelas editorias de polícia e geral. Atualmente trabalha como repórter no Portal Gaz, em Santa Cruz do Sul.

P4 – Mulher, 26 anos, formada em Jornalismo, atua entre 5 a 10 anos na profissão, tendo passado pela editoria de geral e brevemente pela de polícia. Atualmente trabalha como repórter no jornal Folha do Mate, em Venâncio Aires. Já fez reportagem em profundidade e trabalhou com uma pauta investigativa recebida através de denúncia.

P5 – Homem, 28 anos, formado em Jornalismo, atua entre 5 a 10 anos na profissão, tendo passado pelas editorias de polícia, geral, política, esporte e rural. Atualmente trabalha como locutor e repórter na Rádio Gazeta AM.

P6 – Homem, 24 anos, formado em Jornalismo, atua entre 5 a 10 anos na profissão, tendo passado pelas editorias de polícia, geral, política e esporte. Atualmente trabalha como repórter no Portal Arauto e na Rádio Arauto FM, em Santa Cruz do Sul.

P7 – Mulher, 24 anos, formada em Jornalismo, atua entre 0 a 5 anos na profissão, tendo passado pelas editorias de polícia, geral, política e esporte. Atualmente trabalha como editora no Riovale Jornal, em Santa Cruz do Sul.

P8 – Mulher, 24 anos, formada em Jornalismo, atua entre 0 a 5 anos na profissão, tendo passado pelas editorias de polícia, geral, política, esporte, variedades e cultura. Atualmente trabalha como repórter no Riovale Jornal, em Santa Cruz do Sul. Já fez reportagem em profundidade.

4.5 Entrevista semiaberta

Escolheu-se a técnica da entrevista semiaberta para suprir uma carência detectada na formação do grupo focal, que diz respeito a jornalistas com experiência efetiva na prática investigativa e na editoria de polícia – que também permite ao repórter o exercício da investigação – e que não puderam se fazer presentes no dia da discussão. A prática do grupo focal reuniu jornalistas de diferentes grupos de comunicação e cidades, no entanto, muitos dos profissionais que receberam o convite para integrar esta atividade o rejeitaram, devido as dificuldades no deslocamento ou por não disporem de horário vago em sua agenda. Desta forma, pessoas com um vasto e prático conhecimento sobre o jornalismo investigativo

deixariam de contribuir com esta pesquisa – lacuna que foi sanada com a utilização desta técnica como complementar.

Visto que a entrevista semiaberta deriva da entrevista em profundidade, faz-se aqui, primeiramente, a compreensão do conceito de origem. Entrevista em profundidade se configura em um “[...] recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer” (DUARTE, 2011, p. 62). É uma forma de o pesquisador explorar determinado assunto com alguém que tem profundo conhecimento acerca do mesmo. O entrevistado pode, assim, compartilhar suas experiências pessoais e profissionais, bem como discutir com propriedade sobre um tema.

A aplicação desta técnica tem algumas vantagens, tais como a flexibilidade das respostas do informante e a do entrevistador em modificar ou ajustar o roteiro de perguntas (DUARTE, 2011). Além disso, quando realizada mediante o encontro entre entrevistador e fonte, “[...] possibilita o auxílio ao entrevistado com dificuldade para responder, bem como a análise do seu comportamento não verbal” (GIL, 1991, p. 91). A entrevista em profundidade pode ser classificada como aberta, semiaberta ou fechada (DUARTE, 2011), sendo que para este estudo se adota a segunda opção.

A entrevista semiaberta, segundo Duarte (2011, p. 66), é um “Modelo de entrevista que tem origem em uma matriz, um roteiro de questões-guia que dão cobertura ao interesse de pesquisa”. Trata-se, pois, de o entrevistador produzir uma lista de perguntas que serão feitas a alguém, não se limitando na conversa apenas a esta relação inicial ou às respostas dadas. Pode haver, assim, uma colocação mais flexível tanto do entrevistador quanto da fonte. “Cada questão é aprofundada a partir da resposta do entrevistado, como um funil, no qual perguntas gerais vão dando origem a específicas” (DUARTE, 2011, p. 66). Daí, depreende-se que nem sempre a entrevista terminará com o mesmo roteiro pré-determinado pelo pesquisador, pois o desenrolar da entrevista o levará a adaptar ou a acrescentar novas perguntas.

Neste estudo se utilizou a entrevista por telefone com as fontes. Para Duarte (2011, p. 77), “A entrevista por telefone tem a vantagem da agilidade e de permitir o acesso a pessoas distantes”. As ligações foram gravadas com recursos técnicos do Laboratório de Rádio da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) e também um gravador, que permitiu o registro de algumas ligações em viva-voz do próprio celular

da entrevistadora. A opção pelos telefonemas foi a solução encontrada frente às dificuldades de deslocamento dos entrevistados e/ou da acadêmica até o encontro dos mesmos. Além disso, foi uma escolha favorável ao se considerar o pouco tempo disponível dos jornalistas para atender a pesquisadora pessoalmente.

O roteiro de entrevista (APÊNDICE E) foi produzido com base em algumas perguntas norteadoras do grupo focal, sobre aspectos levantados a partir do filme *Spotlight: segredos revelados*, com o diferencial de que neste momento os entrevistados não debateram especificamente a partir das questões presentes na produção cinematográfica, mas se voltaram diretamente para suas experiências profissionais (em especial porque não havia possibilidade de mostrar a eles trechos do audiovisual, como ocorreu no grupo focal). No dia 7 de novembro, às 17h20min, entrou-se em contato por telefone com Ricardo Luís Düren⁴⁸ (P9)⁴⁹, 36 anos, jornalista graduado pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) e mestre em Letras também pela Unisc. Tem 17 anos de experiência profissional na área jornalística, trabalhando com fotografia, diagramação, reportagem, rádio, edição e chefia de reportagem, tendo executado também reportagens policiais e investigativas. Hoje é professor universitário e editor executivo do jornal Gazeta do Sul, de Santa Cruz do Sul. A conversa durou 14m46s.

No dia 8 de novembro, às 18h41min, aplicou-se esta técnica com José Renato Ribeiro (P10), 39 anos, jornalista premiado diversas vezes e com 16 anos de profissão, sendo grande parte deste tempo dedicado às pautas investigativas. É graduado em Jornalismo pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) e mestre em Letras também pela Unisc, tendo trabalhado nas editorias de geral e regional. Atualmente é coordenador de jornalismo e diretor do Correio Digital na Rede Fan de Comunicação, em Cachoeira do Sul. A entrevista teve duração de 13m05s.

Neste mesmo dia, às 19h, conversou-se por 17m30s com Álvaro Pegoraro (P11), jornalista com experiência de 25 anos cobrindo a editoria de polícia – já fez política e esporte também – e formado em Fotografia pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Trabalha como repórter de polícia no jornal Folha do Mate, em Venâncio Aires.

⁴⁸ Neste caso os nomes serão explicitados porque os entrevistados concordaram e não há uma discussão que possa inibir o participante de expor sua opinião, diferente do grupo focal.

⁴⁹ Optou-se por utilizar a mesma sistemática de identificação realizada no grupo focal para manter um padrão e facilitar a forma de apresentação de todos os participantes da pesquisa na análise.

A aplicação dos processos metodológicos recém apresentados nesta pesquisa permitiu o levantamento de dados e informações que posteriormente foram submetidos à análise – etapa em que “[...] são realizados as transcrições, o tratamento dos dados e a elaboração do relatório” (OLIVEIRA; DE FREITAS, 1998, p. 86) –, conforme consta no Capítulo 5 desta monografia. Portanto, com a gravação do grupo focal e das entrevistas em mãos, realizou-se a transcrição do material, mantendo a fidelidade das falas dos membros e corrigindo apenas erros de concordância e gramática. O desenvolvimento analítico deste conteúdo será apresentado a seguir. O áudio das entrevistas está disponibilizado no formato de CD (APÊNDICE F).

5 UM DEBATE SOBRE QUALIDADE E CREDIBILIDADE NO JORNALISMO INVESTIGATIVO

Este estudo objetiva analisar as técnicas de apuração e checagem de informações do jornalismo investigativo utilizadas na investigação dos casos de pedofilia e abuso sexual de crianças cometidos por membros da Igreja Católica, retratada no filme *Spotlight: segredos revelados* e compreender de que forma contribuem para a qualidade e a credibilidade do trabalho jornalístico. Portanto, a proposta não é esgotar a análise no filme, em si, mas sim suscitar uma discussão sobre os processos do jornalismo investigativo a partir dos elementos identificados na obra cinematográfica.

Toma-se a história de *Spotlight* como ponto de partida para abordar o objeto empírico deste trabalho – a prática do jornalismo investigativo –, pois se trata de uma produção baseada em fatos reais, cuja pauta é de interesse público e de grande relevância social. Além disso, o longa retrata o dia a dia de uma equipe de reportagem na apuração de informações sobre um caso significativo e complexo. Pode-se destacar as inúmeras entrevistas com as fontes (entre vítimas, acusados e advogados) e a insistência em conseguir informações de cada uma delas, como fazia Mike Rezendes com o advogado Mitchell Garabedian, por exemplo.

Também se evidencia a pesquisa em arquivos do próprio jornal (através do *clipping* das matérias antigas) ou em locais públicos, como a biblioteca, na procura de registros que comprovassem concretamente os casos ou levassem aos nomes dos suspeitos. Dentre os documentos importantes que a *Spotlight* queria ter acesso estavam os arquivos sigilosos do caso Geoghan, os quais dependiam da aceitação do pedido de revogação do segredo de justiça para se tornarem públicos – e foi o que a equipe se propôs a buscar.

Ressalta-se também a técnica de cruzamento das informações coletadas, a procura incessante por dados e materiais que pudessem complementar e sustentar a acusação, até a publicação da reportagem. Além disso, o fato de a equipe de repórteres ter encontrado um padrão na designação das transferências de cada padre que cometia violência sexual contra menores, de uma paróquia para outra, foi de suma importância para desvendar todo o sistema. Um dos fatores decisivos para a publicação do material apurado sobre os casos de abuso sexual envolvendo padres era a confirmação do advogado Jim Sullivan, que estava do lado da Igreja

quando os crimes foram acobertados, tendo inclusive fechado acordos com alguns padres. Os editores do *The Boston Globe* sabiam que sem essa fonte não teriam forças contra a Igreja, nem credibilidade perante o público.

A investigação realizada pela *Spotlight* se torna complexa e socialmente relevante por provocar a desestabilização de uma instituição antiga e muito influente na sociedade, a Igreja Católica. Na obra se pode observar como se desencadeia o conflito entre o processo jornalístico de investigação – o cerco às denúncias de pedofilia, a busca por provas – e a barreira estabelecida pela igreja, que tem fiéis pelo mundo todo e é uma instituição da qual as pessoas não desconfiariam facilmente. Contudo, o fato de 53% dos assinantes do jornal serem católicos não impediu a decisão do novo editor-chefe, Marty Baron, de apurar a informação recebida na redação de que o Cardeal Law, da Arquidiocese de Boston, tinha ciência dos casos e os escondeu durante muitos anos.

O trabalho jornalístico reproduzido no filme mostra como casos aparentemente isolados podem tomar proporções inimagináveis, através do trabalho comprometido e incansável de uma equipe de reportagem. As primeiras publicações diziam respeito ao caso do padre John Geoghan, veiculado no *Globe* anteriormente, e outro caso público, ocorrido em 1996, sendo o padre acusado de abusar de quatro irmãos. Inicialmente o jornal divulgou pouco material jornalístico sobre as denúncias de violência sexual cometida por membros da Igreja Católica, mas já questionando a postura do Cardeal Bernard Law por não tomar providências e acobertar Geoghan, apenas transferindo-o para outra igreja.

Conquanto, lembra-se que o jornal havia recebido acusações de um advogado, Eric MacLeish, que enviou uma carta com 20 nomes de padres para o *Globe* em dezembro de 1993, como também de uma vítima de crime sexual por padres, Phil Saviano, sem atribuir-lhes devida importância e aprofundar estas acusações. Na época em que MacLeish enviou a lista de religiosos, Walter Robinson, o editor da *Spotlight*, tinha assumido como repórter da editoria de local recentemente e, na ocasião, publicou apenas uma nota⁵⁰ sobre os casos.

Na narrativa do filme também pode ser destacada a importância do editor no dia a dia da cobertura de reportagens investigativas. Ao assumir o posto de novo editor-chefe do *The Boston Globe*, Marty Baron considerou frágil a abordagem do

⁵⁰ Nota é uma pequena notícia sobre um fato relevante, que tem como característica o relato breve.

jornal sobre o caso Geoghan e pediu que a pauta fosse retomada e verificada com mais profundidade. Ele tomou esta decisão após ter lido a coluna publicada pela repórter Eileen McNamara, na qual dizia que o advogado Mitchell Garabedian tinha provas de que o Cardeal Law acobertava os casos de abuso sexual. Na cena (ANEXO B) em que se passa a reunião de pauta, onde se sucede a discussão, destaca-se a fala do editor: “Mas o fato persiste: um padre de Boston abusou de 80 crianças, um advogado diz poder provar que Law sabia e só publicamos duas matérias nos últimos seis meses”.⁵¹ Ele percebeu a proeminência e o valor social dessa história para um jornal local, ao oferecer conteúdo relevante aos seus leitores.

Pode-se ainda levantar a questão de que através da investigação realizada pelos repórteres da *Spotlight*, providências começaram a ser tomadas para a punição dos acusados. Além disso, quando reportagens como esta, fruto do trabalho intenso de uma equipe de um jornal, tem resultados tão completos e que culminam em mudanças positivas e importantes para a sociedade, a credibilidade do veículo aumenta. Nessa concepção, verifica-se que a informação que resulta da produção jornalística, portanto, é dotada de qualidade.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, discutiram-se estes aspectos, entre outros, a partir de algumas cenas que retratavam momentos da investigação representada em *Spotlight: segredos revelados*, com um grupo focal, formado por jornalistas de veículos de Vera Cruz, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires. Além disso, tratou-se sobre essas questões através de entrevistas com jornalistas de vasta experiência profissional, tanto em produções investigativas quanto policiais, mas sem fazer referência ao filme, esperando que compartilhassem saberes adquiridos através de suas vivências profissionais.

A análise apresentada nesta etapa do trabalho, portanto, é resultado do cruzamento dos dados levantados com estas duas técnicas, interpretados à luz da revisão bibliográfica. Desta forma, divide-se este capítulo em duas seções, ambas baseadas na exploração do grupo focal e das entrevistas, uma tendo como abordagem as rotinas produtivas de trabalho nas redações e a outra com uma discussão voltada para as fontes de informação.

⁵¹ A referida cena ocorre por volta dos 10' 50" a 10' 59" da narrativa.

5.1 As rotinas produtivas

Nesta seção se discorre sobre a percepção das rotinas produtivas do jornalismo pelos profissionais que a vivenciam diariamente, tendo como base as práticas investigativas identificadas no filme *Spotlight: segredos revelados*. Conforme se apresentou nos capítulos anteriores deste estudo, a produção de reportagens investigativas tem papel fundamental ao tratar e preservar os interesses e os direitos coletivos. A relevância desta área de especialização do jornalismo também foi explicitada por todos os participantes do grupo focal e pelos profissionais entrevistados pela acadêmica. P4 revela que por diversas vezes os profissionais deixam de fazer o primordial do jornalismo investigativo, que é questionar as informações que recebem. Para P8 a reportagem investigativa é o jornalismo em sua essência – ou, nas palavras de Lopes (2003, p. 10), uma prática que trata de

[...] reconstruir acontecimentos importantes, promover reformas, expor injustiças, desmarcar fraudes, divulgar o que os poderes públicos querem ocultar, mostrar como funcionam esses organismos, informar os eleitores sobre os políticos, especialmente sobre suas intenções e atuação.

Os participantes do grupo focal avaliam que em jornais de porte pequeno e médio, onde as equipes são enxutas e as áreas de cobertura menores, a produção de uma reportagem sobre determinado assunto costuma ficar centrada em um único repórter. P4 diz que isso acontece principalmente quando se tratam de casos mais polêmicos e P1 acha que essa escolha se dá pela área de interesse de cada um – por exemplo, aqueles que gostam de política, se dedicarão a casos relacionados a esta editoria. Entende-se, assim, que não há um trabalho coletivo, mas a dedicação de um único profissional na apuração da pauta, mesmo que esta necessite de mais trabalho.

Lopes (2003) lembra que há uma diferença entre o “jornalista tradicional” e o “jornalista investigador”, sendo o primeiro aquele que divulga a notícia e informa através do texto jornalístico, e o segundo uma espécie de criador da informação, ou seja, aquele que a investiga. No entanto, os jornalistas percebem que não faz parte de suas rotinas produtivas desvendar e apurar as pautas com profundidade, publicando-as só depois de chegar ao seu esgotamento, pois não há como ignorar as pressões do tempo e das horas de fecho. Costuma-se publicar a matéria acerca

do fato, até onde foi possível verificar a informação e, conforme novos levantamentos ou desdobramentos acontecem são divulgadas suítes.

P11 justifica esse comportamento devido à importância atribuída às notícias factuais e locais. Deste modo, as reportagens em profundidade são produzidas raramente, seja quando as pautas são especiais ou têm uma relevância incontestável. P9, refletindo sobre o mesmo aspecto, entende que é impossível não dar prioridade às notícias factuais, a não ser que outro colega cubra a editoria enquanto o repórter se dedica a uma pauta em profundidade. Para tanto, tem de haver interesse do veículo em fazer esse remanejamento de profissionais e em liberar um repórter para se dedicar com exclusividade a uma pauta. Assim, como salienta P5, o jornalista utiliza, muitas vezes, as horas vagas para se dedicar a este tipo de trabalho. Mas P3 diz ser realista ao refletir sobre o baixo salário recebido pelos profissionais, tornando justificável o fato de que nem sempre se aprofunde os casos fora do horário de expediente.

Para Heraclito (2003, p. 122), “[...] o meio tem que ter amparo de seus dirigentes em todos os níveis, principalmente para saber driblar possíveis sanções econômicas, como reflexo de matérias investigativas”. P10 também compreende que deve haver incentivo da empresa jornalística. “O ideal é a direção não te dar tempo para fazer a reportagem, se tiver de durar um mês, três ou meio ano, que seja assim, pois é indispensável para o resultado positivo”. Esse efeito favorável de que trata P10 só é possível através de um trabalho de apuração bem realizado, que consiga sustentar as informações publicadas e que possa contar os fatos por completo, cruzando os dados levantados de diferentes fontes.

As empresas jornalísticas se esquecem, conforme aponta P10, que nos tempos atuais, onde os veículos buscam se destacar em meio a tantas formas de acesso à informação disponíveis ao público – o jornal impresso, o rádio, a televisão, os sites, os portais de notícias, os blogs, entre outros –, a prática investigativa se configura neste diferencial. Isto ocorre “[...] quando a avaliação dos resultados, sendo positiva, garante à atividade jornalística um tipo de credibilidade que poucas instituições têm” (FORTES, 2005, p. 20).

Essa perspectiva está relacionada à função social concebida ao jornalismo, em especial ao investigativo, no seu papel de divulgar os interesses públicos e os fatos escondidos; e, ainda, colaborar para que necessidades sociais sejam atendidas. Assim, o repórter “[...] faz história e toma consciência desse papel quando investiga

honestamente e procura tornar menos superficial o testemunho que deixará para posteridade” (LOPES, 2003, p. 16). Por isso, P9 considera que trabalhar com o campo investigativo é uma forma de o jornalismo suprir uma carência do Estado e acredita que este não tem infraestrutura, equipe e dispositivos suficientes para investigar todas as práticas ilegais sozinho – necessitando, assim, do apoio do campo jornalístico para trazer os fatos ao conhecimento público.

Refletindo acerca da atuação do jornalismo investigativo frente às instituições legitimadas, a exemplo da Igreja Católica no filme *Spotlight: segredos revelados*, e também sobre a aceitação do público e da própria imprensa em relação a esse enfrentamento, P3 avalia que houve espanto por parte da equipe do *Globe* quando o novo editor decidiu quebrar o sigilo dos documentos do Caso Geoghan. Isto porque se tratava de uma instituição muito tradicional e, assim, há de se considerar que “[...] não se pode pretender que todos os que cubram assuntos religiosos sejam indiferentes às manifestações de fé” (BUCCI, 2000, p. 101). Quer dizer que um jornalista, mesmo sendo cristão, como era o caso de alguns repórteres do *The Boston Globe*, não deixará de cumprir o seu papel social e divulgar escândalos como o caso dos padres católicos que abusavam de menores, por exemplo.

Além disso, para Bucci (2000), quando o exercício de poder busca esconder a informação do cidadão, acaba-se com a base do jornalismo ético. Os profissionais avaliam que quando se entra em conflito com instituições ou organizações muito próximas da comunidade ou de representatividade na sociedade, é mais difícil divulgar informações que as comprometam. P4 entende a proximidade como um fator importante e considera difícil, em cidades menores, investigar alguém que se vá encontrar com frequência. P6 e P8 concordam que há consequências neste caso, pois os jornais podem ficar sem releases ou sem ter acesso a informações das prefeituras, por exemplo. Ao tratar deste sistema de punição de algumas instituições quando se sentem ameaçadas ou ofendidas pela imprensa, P5 argumenta: “Estamos vivendo em um momento ruim, em que as pessoas acham correto censurar”.

A produção de uma pauta investigativa e o alcance mais próximo da verdade dos fatos também necessita do empenho e do faro jornalístico do profissional ao realizar este trabalho. Assim,

Primeiro, o repórter descobre esses casos indo atrás, tendo faro, interesse em descobrir as coisas, tentando viver ou pelo menos conhecer o chamado

Brasil Real, indo para a periferia, para os grotões. Agora, a grande maioria prefere fazer o mais óbvio, o mais fácil, o mais cômodo, o que dá menos dor de cabeça. (NASCIMENTO, citado por ROVAI, 2003, p. 94).

Trata-se, pois, de se empenhar na produção da pauta e, como lembra P4, “ter a pulga atrás da orelha e desconfiar de tudo” – o que resulta na apuração de cada nuance e desdobramento sobre os acontecimentos. Também há de se dar valor e importância aos fatos, pois, conforme assinala P3, uma das falhas cometidas pelos jornalistas atualmente é não prestar atenção no potencial de algumas pautas, devido a rotina atarefada e a pressão exercida pelo imediatismo. Uma atitude diferente daquela de Marty, que recém-chegado à redação do *The Boston Globe*, percebeu uma deficiência na cobertura do Caso Geoghan e quis aprofundá-lo.

Na região dos Vales do Rio Pardo e Taquari, P5 relaciona a indiferença a certos tipos de pautas, como ocorreu no *Globe*, ao tratamento que os veículos de comunicação dão às pautas relacionadas ao fumo. Ele justifica esta comparação ao dizer que a cultura do plantio de fumo está arraigada e não se enxerga o tabaco pelo aspecto negativo – o de ser prejudicial à saúde. Pelo contrário, em cidades onde vivem muitos agricultores dependentes deste tipo de sustento, este aspecto não fica tão evidente, assim como em Boston, onde a religião tinha expressividade entre a comunidade, tornou-se difícil atentar o olhar para práticas incorretas cometidas por membros da Igreja Católica.

5.1.1 A complexidade na produção da pauta investigativa

Os movimentos iniciais de exploração da pauta investigativa e de organização dos processos que o jornalista irá aplicar, para dar conta de se aproximar da realidade, são muito importantes. Este é o momento onde o repórter começa a se apropriar do assunto e a traçar os próximos passos, levando em conta as suas possibilidades (técnicas, pessoais e profissionais). Os integrantes do grupo focal concordam que a pré-produção de uma pauta normalmente não acontece, isto porque se pula diretamente para a etapa de apuração e saída a campo, pois a informação precisa ser veiculada na edição do dia seguinte, ir ao ar em poucas horas ou ser postada no portal de notícias instantaneamente.

Deste modo, não há uma pesquisa prévia dos aspectos já tratados sobre o assunto ou uma preparação por parte do repórter. Por serem as pautas

investigativas, muitas vezes, desencadeadas através de denúncias, P9 elenca a importância da checagem como primeira iniciativa a se tomar, assim tendo a certeza de que a informação recebida é verídica e válida, para então ser investigada. Realizados os primeiros movimentos de aproximação com o assunto trabalhado, o jornalista parte para uma fase de aprofundamento da pauta e da apuração de informações, seja através de entrevistas com as fontes ou da procura de pistas e de documentos que resultem em material jornalístico.

O jornalista investigador é quem provoca a informação, é quem dá os passos necessários para a obtenção dos dados que necessita para completá-la, aquele que busca, compara e não é um mero receptor da informação. É aquele que se adianta aos acontecimentos. Não espera que os fatos se produzam; ele os desencadeia ou os pára com sua investigação, dependendo dos fatos e do que tratam. (LOPES, 2003, p. 15).

Nesse movimento de apuração das informações, é fundamental a presença do repórter no local onde os fatos se desencadeiam. Assim, o profissional precisa se aproximar dos acontecimentos a fim de ter uma conclusão própria a respeito e não uma versão advinda de terceiros. Nessa perspectiva, P5 diz que as pautas estão na rua e não dentro da redação, porém, devido à rotina pesada, o jornalista fica essencialmente dentro dos seus ambientes de trabalho – desta forma, utilizando o telefone ou a internet para a coleta de informações.

O repórter também tem de ser insistente em seu objetivo de apurar e confirmar o máximo de informações possíveis, o que compreende, muitas vezes, de acordo com P4, ser persistente com as fontes – ou com os órgãos que podem lhe fornecer algum tipo de documento ou dado relevante. Na sua concepção, “Não se busca agradar ninguém, mas cobrar algo de positivo para a sociedade”. Sobre essa perspectiva, P2 conta que certa vez, ao insistir com um policial para que falasse algo à imprensa, este lhe repreendeu dizendo: “estou trabalhando”; e ela prontamente replicou: “eu também estou trabalhando”.

Entre as diversas entrevistas realizadas pela equipe *Spotlight* durante a investigação dos casos de abuso sexual e pedofilia cometidos por padres, debateu-se no grupo focal sobre o uso do telefone pela repórter Sacha, como um recurso utilizado, além da entrevista realizada presencialmente com Joe. P3 avalia positivamente o fato de a repórter ter optado primeiramente pelo encontro com a fonte e só depois, em outro momento, entrar em contato através de ligação telefônica para tratar de mais detalhes. Considerando fundamental a entrevista

presencial, P7 diz que esta é uma forma de se perceber na expressão ou na maneira como o entrevistado se porta, alguma informação nova.

Em se tratando de práticas utilizadas em investigações jornalísticas, das quais nem todo profissional aceita e concorda em fazer uso, como a utilização de gravador e de câmera escondida, de grampo, de disfarce e de provas documentais adquiridas sem autorização, há divergência de opiniões. Por trabalhar em cidade pequena – Venâncio Aires⁵² –, P11 diz que nunca utilizou estes dispositivos, conquanto, os aplicaria, crendo que usando-os perderia sua credibilidade. P2 acha arriscado tentar adquirir documentos que estão sob proteção judicial. Já para P3 trata de avaliar se há valorização profissional, para valer a pena agir desta forma e fazer uso de certas artimanhas.

Grande parte dos jornalistas que contribuíram com esta pesquisa não fazem uso destes mecanismos para apurar e confirmar informações. No entanto, na concepção dos repórteres que trabalham – ou já trabalharam – diretamente com o jornalismo investigativo, em alguns casos vale arriscar. Embora ache o uso da falsa identidade discutível, P10 é favorável a essa prática quando usada para aproximar o jornalista do campo do real e da verdade, pois possibilita o aprofundamento da informação. Mas ele condena esta prática quando seu uso transforma o próprio jornalista no destaque da notícia, por exemplo. Na avaliação de P9 não se pode banalizar: “Usa-se quando o caso é realmente grave e não lhe dá alternativa”.

Após perpassados os processos de produção da pauta investigativa, torna-se imprescindível também saber o momento certo de publicar a reportagem investigativa, ou seja, quando a informação foi apurada à exaustão, a checagem está finalizada e os fatos, relacionados entre si, apresentando-se como uma narrativa completa e integrada. Caso contrário, todo o trabalho de um repórter ou de uma equipe investigativa pode não culminar nos resultados esperados. Contudo, nem sempre é tarefa fácil saber o momento certo de encerrar um trabalho e veiculá-lo. Toda vez que P10 termina uma reportagem diz pensar que poderia fazer mais. Mas o momento certo de publicar, para ele, se dá quando você acha que já não tem mais o que fazer para seguir com a pauta, pois daí para frente se acaba acrescentando mais ego do que novas informações ao material.

⁵² De acordo com o IBGE Venâncio Aires tem número de habitantes estimado em 70.481 pessoas, em 2017.

P4 considerou muito inteligente a visão do editor do *Globe* em aguardar para publicar a reportagem e em mostrar o problema de forma mais expressiva do que se imaginava inicialmente. Antes da sustentação de Marty, de que era necessário obter novas confirmações e provas dos casos investigados para, só assim, provocar alguma mudança na sociedade, P8 pensava que já deveriam ter publicado algo sobre o escândalo em edições anteriores. E P2 entendeu que, neste caso, o medo dos repórteres da *Spotlight* era de perder um ano de trabalho pesado, caso algum veículo tratasse do assunto antes deles e, talvez, de forma rasa e incompleta.

A concorrência entre os veículos para a obtenção do furo exerce pressão constante no trabalho jornalístico. No entanto, a informação de qualidade é prejudicada, em alguns casos, pela pressa com que se trabalha a pauta. Além disso, avaliando estes aspectos e relacionando-os com sua realidade, os jornalistas consideram que um dos fatores decisivos para a publicação de um material é quando a edição está fechando, divulgando-se nas próximas edições os desdobramentos e suítes. P11 entende que o fluxo diário e o tempo são pressões decisivas para o momento de publicação do material informativo. Sobre essa ideia, Pereira Junior (2006, p. 127) acredita que, “Para ser bem-feita, uma reportagem requer tempo para verificação e espaço para ser apresentada”. Mas, como se viu a partir da opinião dos jornalistas, não é bem esse cenário que se encontra nas redações de pequeno e médio porte.

Além do quesito tempo, como lembra P4, às vezes as empresas jornalísticas não têm interesse em trabalhar com o jornalismo investigativo, pois esse tipo de pauta pode envolver impasses. Dentre eles, o descontentamento de empresas anunciantes ou a contratação de funcionários que se dediquem unicamente a esta especialidade. Estas pressões são percebidas e mencionadas de forma enfática pelos profissionais. P8, por exemplo, se mostrou consciente ao dizer que o setor comercial tem uma influência maior do que a redação em determinadas decisões e que não há como competir, pois o dinheiro é que mantém os jornais em funcionamento. P10 relata, ainda, que já teve reportagens canceladas por causa de patrocinadores – o que confirma a visão de P4. Conquanto, não se pode esquecer que essa conduta leva a consequências negativas que impactam a informação, o profissional e a empresa jornalística. Por isso,

A opção deliberada pelo abandono do jornalismo investigativo corresponde à piora na qualidade dos profissionais presentes nas redações, ao

crescimento do conservadorismo na escolha de pautas, à falta de criatividade e de originalidade na edição e, mais grave, à perda de credibilidade da imprensa perante a sociedade. (ESCOSTEGUY, 2005, p. 91).

No entanto, há veículos que apoiam a prática investigativa, adotando uma postura diferente desta citada por Escosteguy (2005). Conforme conta P9, o jornal onde trabalha considera relevante o investimento na produção de pautas em profundidade, compreendendo a repercussão positiva, a legitimidade e a credibilidade atribuídas ao veículo, através da realização deste tipo de atividade jornalística – o que também torna a organização parceira da comunidade. No entendimento de P7, a qualidade de uma pauta está vinculada à disposição de pessoal para trabalhar nela, podendo um maior número de profissionais dar conta de mais tarefas e com desempenho melhor.

Sobre a credibilidade, P8 diz que há diferença no tratamento recebido pela fonte quando o jornalista se identifica como profissional de um veículo menor – não percebendo o repórter como credível, muitas vezes – em relação a outros de maior abrangência, que recebem mais atenção das pessoas e são relacionados com facilidade a fatores como a confiabilidade. Já para Bucci (2000, p. 79), “Mais do que antes, o sucesso de um profissional de imprensa depende de sua credibilidade pessoal” – ancorado também na legitimação do veículo onde trabalha e da credibilidade das informações que ambos divulgam para a sociedade.

A credibilidade adquirida pela equipe *Spotlight* ao longo de sua trajetória no *The Boston Globe* fez com que o advogado Garabedian confiasse a história de seus clientes a Mike Rezendes. Na concepção de P3, esse fato se deu porque a investigação realizada pelos repórteres também pode ser considerada um serviço que colabora para a descoberta e a punição dos culpados. E isso só acontece pelo comprometimento e pela representatividade atribuídos à equipe investigativa e ao jornal. P8 avalia também que se o material apurado e checado pela *Spotlight* resultasse em uma pequena matéria, desprovida de aprofundamento e de dedicação dos repórteres, o efeito causado não seria o mesmo. Além disso, se tratasse de casos isolados, estaria expondo vítimas, sem provocar mudanças.

Os profissionais atuantes no mercado de trabalho entendem a importância da produção investigativa, como também do seguimento das práticas de apuração e de checagem, mas não há como ignorar os efeitos do imediatismo, das redações enxutas (devido às demissões ocorridas para a redução de gastos) e as pressões

comerciais e temporais. Conquanto, P6 avalia o atual momento do país – com a descoberta de escândalos políticos – como latente para a produção de pautas investigativas, porém, na prática isso não procede. Nesta perspectiva, P9 diz que a Lava-jato é um caso curioso, pois “todos os dias se divulgam notícias sobre a operação e a imprensa vai engolindo. No entanto, não há uma investigação paralela, como no tempo do Collor. Havia denúncias naquela época, mas também tinha jornalistas investigando e descobrindo coisas novas”.

5.2 As fontes

Indispensáveis ao trabalho jornalístico, as fontes são parte importante do processo de investigação de um fato, pois auxiliam no levantamento de dados e na sua contextualização, através do relato de pessoas envolvidas (diretamente ou não), ou da confirmação de informações provenientes de material já apurado. Desta forma, elas ajudam na aproximação da verdade dos acontecimentos e na produção do material confiável e verídico, o que assegura (pelo menos em partes) a credibilidade do veículo e do profissional frente ao público. Quando inicia a produção de uma pauta, “O jornalista, no papel de selecionador, considera se o fato é notícia ou não, ou seja, se interessa ou não ao seu público e veem as fontes como colaboradores da produção jornalística” (SCHMITZ, 2011, p. 15-16).

P10 avalia que quanto mais respaldo se tem para sustentar a informação, seja de alguma autoridade – fonte oficial, podendo ser primária ou secundária – ou de documentos (fonte documental), mais seguro é para o jornalista publicar um material. Além disso, esse cuidado em amparar os dados apurados com fontes que os comprovem (fonte primária ou testemunha), não deixa brechas para a contestação do trabalho jornalístico.

Checar o conteúdo jornalístico com o máximo de pessoas possíveis, mantendo a pluralidade de fontes, é uma estratégia lembrada por P1. Trata-se de achar aspectos em comum e detectar aqueles inconsistentes a partir da fala dos entrevistados. Se depois destes procedimentos o material apurado pelo repórter for frágil e incoerente, Fortes (2005) diz que faz parte do bom jornalismo não levá-lo adiante. Neste momento, recai sobre o repórter a consciência de que a verdade dos fatos tem de prevalecer e a publicação de um material insustentável e inverídico

será uma falha que sempre carregará em sua carreira. Além disso, uma informação errada ou confusa pode ter consequências negativas para a sociedade.

Para que a relação entre repórter e fontes seja estabelecida de maneira produtiva e colaborativa, alguns aspectos têm de ser observados e trabalhados por ambos. Como apontou P6, “não se pode perder a fonte” – e, para tanto, os profissionais reconhecem o valor destas e suas particularidades. O repórter procura uma fonte porque acredita que ela pode lhe ajudar na reconstrução dos fatos ou confirmar determinadas informações, mas, sobretudo, entra em contato com aquelas que são confiáveis. “O jornalista tem de avaliar a credibilidade da fonte, visando a credibilidade da informação fornecida. As fontes, que, em outras ocasiões, forneceram materiais credíveis, têm boas probabilidades de continuarem a ser utilizadas [...]” (TRAQUINA, 2007, p. 117).

Se o jornalista tem por costume confiar mais em determinadas fontes do que em outras, citando-as repetidamente em muitas reportagens ou notícias, essa postura também é percebida pelo público. Conforme explica P3, as pessoas aceitam melhor as informações que o repórter fornece através de uma espécie de assessoria que se faz diariamente – referindo-se principalmente à relevância atribuída às declarações das fontes oficiais, como a Polícia Civil, por exemplo. Os profissionais privilegiam as versões de fontes oficiais, como também de fontes especialistas ou *experts* (enquadrando-se geralmente como secundárias), por acreditar serem estas as mais confiáveis, com falas incontestáveis, além de que, com o pouco tempo que se tem diariamente para ir pessoalmente até as fontes, estas são priorizadas em detrimento de outras.

Relacionando estes aspectos aos casos policiais, P1 justifica que não se costuma ouvir o bandido – considerada uma fonte primária –, por exemplo, por não saber como isso seria aceito pelo leitor, ouvinte ou telespectador. Ela acredita que se os jornais derem espaço a fontes como essa, o público pode interpretar como um apoio e não como um direito de resposta às acusações. P9 considera importante ouvir a fonte acusada, pois “[...] dá-se o direito ao contraponto e a pessoa decide se ela quer falar ou não”.

Essa questão vem ao encontro do que se costuma tratar no jornalismo como “ouvir todos os lados da história” – o que justifica, por exemplo, entrevistar o acusado de um crime ou o político envolvido em um escândalo. Tem de se levar em conta também que, nestes casos, essa fonte nem sempre quer falar com o jornalista,

por vergonha ou medo de se comprometer ainda mais. Assim, como explica P9, é importante frisar na reportagem que a fonte foi procurada pela equipe ou pelo jornalista do veículo, mas preferiu não atender o profissional, ou ainda que essa se pronunciou por meio de nota ou através do seu advogado (fonte oficiosa).

Sendo o repórter alguém incumbido de revelar a verdade dos fatos, é imprescindível, como lembra P4, desconfiar sempre de todas as fontes. Sua visão se justifica pelo que aponta Traquina (2007, p. 116): “Um jornalista competente sabe que as fontes são, geralmente, pessoas interessadas”. É fundamental refletir que uma fonte pode visar o atendimento de interesses próprios, não dizendo a verdade ou até contando apenas a sua versão dos fatos. Compromete-se, portanto, o resultado final da apuração do repórter, que não será credível e nenhum relato inteiramente verdadeiro.

A denúncia é um dos meios mais característicos, através do qual se inicia uma investigação jornalística. Às vezes provém da vítima; em outras, é relatada por alguma testemunha ou fonte independente, as quais sabem algo sobre o fato. P10 alerta que a pessoa que faz a denúncia tem algum interesse – neste caso, pode ser de que se apure informações, provocando mudanças ou soluções sobre o ocorrido e visando o interesse coletivo, ou objetivando um destaque na mídia e promovendo sua imagem através de uma pauta e do trabalho do jornalista. Em certos momentos, o que está em jogo são interesses particulares, a tentativa de prejudicar alguém por vingança, entre outros aspectos.

Acerca de tais questões, vale ainda considerar a reflexão de Schmitz (2011, p. 7): “As fontes deixaram de apenas contribuir na apuração da notícia. Passaram também a produzir e oferecer conteúdos genuinamente jornalísticos, levando a mídia a divulgar os seus fatos e eventos, mantendo os seus interesses”. Por isso, como sugere P10, tem de avaliar se o resultado da reportagem terá um benefício social maior do que as ambições particulares de quem faz a denúncia ou sugere uma pauta ao repórter.

Traquina (2007) entende que por trás da produção de informação noticiosa há de se compreender a importância da relação entre jornalista e fonte, os esforços que se fazem para a sua manutenção e os critérios utilizados pelos profissionais a fim de estabelecer a interação com os diversos entrevistados. Fazer com que alguém confie no jornalista é algo imprescindível para P11, pois ele afirma que se o profissional é descreditado não recebe mais informação precisa de fontes

importantes, como a polícia ou os profissionais da área de segurança – ambas relevantes para a editoria de polícia, segmento no qual atua há 25 anos.

A confiança estabelecida nesta relação reflete em diversos fatores que, por sua vez, impactam as rotinas produtivas – dentre eles, o de que o jornalista assegure a veracidade e a qualidade da informação prestada (ou ao menos se aproxime de ambas) e firme compromisso com a fonte que está estabelecendo contato. P10 conta que nunca falhou com uma fonte e que por isso mantém uma relação de confiança com as mesmas. Além disso, entende que o jornalista tem de mostrar para a fonte que também tem interesse em ver a reportagem concluída. O filme *Spotlight: segredos revelados* evidencia este aspecto na relação estabelecida entre a repórter Sacha e Phil Saviano, umas das vítimas de abuso sexual. Quando o atentado às torres gêmeas⁵³ acontece, em 2001, a *Spotlight* tem de deixar de lado a investigação dos casos de pedofilia cometidos por religiosos e se dedicar à cobertura da tragédia. Nesta situação, o cuidado de Sacha em tentar explicar à fonte que a equipe investigativa ainda atribuía importância aos casos e que estavam dando apenas um tempo na sua apuração, fortalece os laços entre ambos.

5.2.1 O contato com as fontes e a manutenção deste vínculo

A preparação para a pauta, como viu-se na seção 5.1.1, enriquece o trabalho do jornalista. Esta preparação também faz toda a diferença na realização da entrevista, pois ela se torna produtiva pelo fato de o repórter pesquisar e ter mais propriedade sobre o assunto quando tratá-lo com a fonte. Para P5, explorando-se previamente o conteúdo é possível elencar melhor as perguntas a realizar durante a entrevista. Além disso, como lembra P4, a pesquisa inicial viabiliza que se consiga questionar a fala da fonte e, assim, não aceitar tudo como verdadeiro só porque alguém está lhe dizendo.

Outro ponto relevante em relação à entrevista é a sua realização presencial, proporcionando uma aproximação entre o jornalista e a fonte, como também a melhor exploração da conversa e suas nuances. Entende-se que “A proximidade

⁵³ O atentado às torres gêmeas foi um ataque terrorista, cometido pela organização terrorista islâmica Al Qaeda, em 11 de setembro de 2001. No ocorrido, dois aviões sequestrados pelo grupo atingiram as torres gêmeas do complexo empresarial World Trade Center, em Nova York, Estados Unidos. Naquele dia, uma terceira aeronave atingiu o pentágono (sede do Departamento de Defesa do EUA) e outra caiu em uma área rural na Pensilvânia.

física permite uma aferição de resposta – um *feedback* – rápida, visual e auditiva, corriqueira, a que nos acostumamos desde pequenos e que nos dá maior segurança”. (LAGE, 2003, p. 79, grifo do autor). Exemplificando esta ideia, P8 menciona a cena em que o novo editor do jornal *The Boston Globe*, Marty, visita o Cardeal Law: “O Cardeal diz a Marty que era um peso ser editor daquele jornal – se referindo ao pequeno veículo diocesano *The Mississippi Register* – e sua reação faz com que o outro pergunte: ‘Por quê?’”.

Ainda na concepção de P8, quando realizada pelo telefone ou por e-mail a entrevista não proporciona a mesma oportunidade. “O resultado do encontro entre duas pessoas depende bastante da avaliação que uma faz da maneira como a outra está recebendo suas mensagens” (LAGE, 2003, p. 79). Sobre a conversação, há de se considerar ainda que, apesar da pesquisa prévia e do roteiro de perguntas preparado pelo profissional, tem de se tomar o cuidado para não induzir a fonte a falar somente aquilo que o jornalista quer ouvir. Deste modo,

[...] algumas entrevistas são armadilhas para as fontes, quando o repórter busca comprovar uma tese já estabelecida na redação, ou seja, a fonte precisa responder exatamente o que está na pauta e a sua fala é usada apenas como aval para um certo ponto de vista. (SCHMITZ, 2011, p. 71).

Consenso entre os jornalistas participantes do grupo focal e os profissionais entrevistados por telefone, a preservação da fonte e a preocupação com a manutenção do vínculo criado com elas é substancial. Assim, entende-se que “O desenvolvimento da relação com a fonte é um processo habilmente orientado, com paciência, compreensão e capacidade de conversação sobre interesses comuns, até formar um clima de confiança” (TRAQUINA, 2007, p. 116). Saber respeitar a sua fonte, como também preparar um ambiente agradável para que ela se sinta à vontade para falar, faz diferença durante a entrevista. Bem como é fundamental que ela se sinta encorajada a relatar o que sabe, por serem suas informações, importantes para a construção de um material jornalístico de relevância.

Na opinião de P10 a relação entre fonte e repórter passa pela confiança entre ambos, fator atingido através da credibilidade conquistada pelo jornalista ao longo de sua carreira. Ainda para ele, por mais competência que tenha o entrevistador, a fonte não falará se assim não o quiser. “Ela só vai se pronunciar com base na segurança percebida e na certeza de que a informação prestada vai ter um impacto positivo para ela e, isso o jornalista tem que garantir” – claro, se a informação

resultante também for de relevância para a sociedade e não atender apenas a interesses isolados, como foi tratado anteriormente nesta pesquisa.

O fortalecimento desse vínculo também tem a ver com o respeito do jornalista para com a fonte de informação. Por cobrir casos policiais, muitos dos quais envolvem assassinatos, acidentes de trânsito e tráfico de drogas, P11 conta que respeita a fonte, principalmente quando ela perde um parente em decorrência dessas situações. “Respeito a família, apesar de ser importante pegar o depoimento de alguém. Vou atrás do parente que está menos fragilizado”. Isto porque, na sua concepção e na de alguns participantes do grupo focal, o depoimento de um policial ou do delegado (fontes oficiais) é o mais explorado, mas falta o lado humanizado, por vezes. Por isso, entende-se que, “Noticiar com a frieza da objetividade torna um conteúdo superficial e sem apelo. Por isso, o jornalismo recorre ao conhecimento das fontes, para aprofundar a apuração e humanizar a notícia” (SCHMITZ, 2011, p. 17).

Casos muito delicados, como quando a fonte é a própria vítima de um crime – entendida como fonte primária e testemunha –, têm de ser conduzidos com cuidado pelo jornalista. P9 diz que sempre respeita a fonte vítima, mas avalia que geralmente é ela quem faz questão de prestar a informação. Vale lembrar que quando se trata da vítima, ela pode correr risco de morte, por isso, P9 completa: “Já tive fontes que queriam fazer denúncias graves se identificando e eu optei por não revelá-las por ter me dado conta de que estariam sob risco”.

Para não expor uma fonte ou protegê-la, os profissionais podem utilizar informações em *off the records*, preservando, assim, o sigilo das fontes. Para P10 essa atitude se justifica, pois entende que a fonte é um patrimônio que o jornalista terá para sempre e, por isso, ela tem de confiar e acreditar no repórter. No uso do *off the records*, a credibilidade diz respeito a quem presta esta informação, “Por isso, para falar em *off (off the record)* é preciso que o informante esteja investido do estatuto da fonte, configurado por uma relação contínua de confiança com o repórter ou fidedignidade. Caso contrário, a dúvida persiste” (SCHMITZ, 2011, p. 69, grifo do autor).

O amadurecimento profissional também revela alguns cuidados que os profissionais aprendem a tomar. A exemplo, P5 cita quando a polícia conta algo ao jornalista e pede para não publicar: “Não quero atrapalhar uma investigação policial. Não vale se queimar com alguém devido a uma informação”. Cobrindo diversos

casos, os quais também são investigados pela polícia, é comum os jornalistas saberem de informações que não podem ser divulgadas. Para preservar a investigação policial até que se solucione o caso, as autoridades têm de contar com o silêncio dos repórteres. Desta forma, P11 relata que tem amigos no meio policial e no Corpo de Bombeiros e que, assim, acaba sabendo de operações e de escutas telefônicas em andamento, mas não divulga nada até receber a sua autorização, pela confiança que estes profissionais lhe atribuem.

Um dos aspectos que chamou a atenção de P4, sobre a investigação realizada pela equipe *Spotlight* e a sua relação com as fontes de informação, foi o fato de muitos profissionais do *Globe* não creditarem Phil Saviano, membro da organização de Sobreviventes de Abusos por Padres (SNAP); ao contrário, a *Spotlight* deu atenção às suas revelações. Ela diz que essa postura também pode ser apontada nas redações nas quais trabalham. “Às vezes fazemos isso com as fontes, deixamos de descobrir um monte de coisas por colocar defeitos nas pessoas”.

Isso se dá, por exemplo, ao se ignorar uma fonte, porque ela não é oficial. Esse fato corrobora com a visão de Traquina (2007, p. 116), quando interpreta que, “O jornalista pode utilizar a fonte mais pelo que é do que pelo que sabe. A maioria das pessoas acredita na autoridade da posição”. Na investigação representada no filme, dar relevância às fontes oficiais (membros da Igreja) seria uma atitude incorreta, pois estas eram justamente, as pessoas menos confiáveis. Essa recorrência do uso de fontes oficiais está atrelada aos prazos curtos de produção de reportagens. Assim, tendo pouco tempo para apurar a informação, o jornalista não consegue procurar outras fontes e, escolhe as oficiais por entender que devido ao seu cargo ou *status* estas pessoas têm mais legitimidade. Além disso, tal situação se deve ao fato de não haver espaço e o custo ser alto para explorar mais pontos de vista (TRAQUINA, 2007).

Fontes muito utilizadas na investigação dos casos de pedofilia e abuso sexual de crianças, cometidos por membros da Igreja Católica e retratados no filme, eram as documentais. P9 relata que quando fazia reportagens investigativas, anos atrás, antes de entrar em vigor a Lei da Transparência ou Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011), o acesso a documentos era mais difícil. Estas fontes são imprescindíveis em muitas investigações, pois servem para descobertas de novas informações durante a apuração ou como provas, a fim de confirmar o conteúdo que se está publicando.

O processo de documentação em torno de um tema é indispensável no trabalho de um jornalista investigador. Denunciar fatos por meio de uma reportagem investigativa exige, necessariamente, um conhecimento profundo, que só estaria respaldado por um trabalho documental exaustivo e preciso. (LOPES, 2003, p. 22).

Em relação a tal prática, P8 aponta que, na produção de pautas diárias – relacionadas ao *hard news*⁵⁴ –, não se costuma utilizar a documentação na apuração. Apesar disso, P7 lembra que, às vezes, as pautas diárias são históricas e se pode usar os documentos para obtenção de informações e dados a respeito. As tecnologias disponíveis favorecem o acesso a documentos e a bancos de dados digitais, bem como o arquivamento destes materiais – característicos da Reportagem Assistida por Computador (RAC). Consequentemente, essas facilidades colaboram para que o jornalista utilize mais essas informações e fontes. P10 diz que o seu fácil acesso a alguns documentos foi conquistado ao longo de sua carreira e, assim, quem fornece esse material, confia no seu trabalho. P8 ainda comenta a importância que teve o empenho de Marty, o editor do *The Boston Globe*, de conseguir os documentos sigilosos sobre o Caso Geoghan – pois este sabia que provas documentais seriam fundamentais na apuração desta pauta investigativa.

Ao longo da carreira profissional, os jornalistas também podem contar com outras formas de acesso a documentos, como através de arquivos pessoais ou fornecidos pelas empresas de comunicação. “Os jornais devem ter centros de documentação com arquivos (recortes, documentação, livros, arquivos digitais, etc.) organizados tematicamente” (SOUSA, 2001, p. 75). Desta forma, é possível recorrer a materiais já explorados pelo veículo ou pelo próprio jornalista e se procurar por informações sobre a pauta trabalhada. Como também, os repórteres podem se utilizar do *clipping*, pois, na concepção de P10, “o importante é você saber até onde já se foi investigado sobre o assunto, e isso às vezes não se tem muito a mão e os recortes anteriores podem trazer”.

Jornalistas com longa experiência profissional costumam utilizar com frequência arquivos próprios, os quais são fruto do trabalho e da preocupação do repórter em manter dados e informações a mão para possíveis usos. A exemplo, P11 explica que tem um desses no seu computador, com dados sobre prisões: “Eu tenho registrado o nome, a data de nascimento, o endereço, quando o indivíduo foi

⁵⁴ Hard News é um termo que no jornalismo se refere às notícias instantâneas, é o chamado jornalismo em tempo real.

preso pela primeira vez, as passagens pela polícia, os presídios que passou e se foi condenado ou não”. Ele ainda possui um arquivo criado em 2008, com informações sobre vítimas de acidentes de trânsito, ocorridos na rodovia de Venâncio Aires e com todas as pessoas assassinadas no município.

P4 lembra que os Portais da Transparência são fontes através das quais se consegue informações e dados e, sobre este aspecto, P7 reflete que, muitas vezes, tendo dados em mãos, os profissionais não sabem o que fazer com este material. A RAC pode ser facilitadora neste sentido, pois permite analisar as informações e dados através de sistemas de busca e de filtragem, cruzar dados, organizá-los ou calculá-los em planilhas eletrônicas, ou transformá-los em gráficos e mapas. P4 sugere que também é importante o jornalista ter auxílio de outros profissionais especializados em processar dados e em outras técnicas. Essa concepção se refere a diversos tipos de materiais e assuntos que se queira consultar e os quais não se pode compreender sozinho. P1 revela que “às vezes se deixa de fazer pautas econômicas em virtude de não saber como usar os dados”.

Há ainda de se discutir que com o avanço de tecnologias, como a internet e os computadores, os repórteres têm utilizado com frequência do ciberespaço como fonte de informação. Mas o alerta quanto a este uso é importante: sempre é válido ter o cuidado de verificar se as informações são verídicas. Por isso, ao tratar da internet como fonte jornalística, Diezhandino Nieto (2009, p. 131, grifo do autor) diz “Citar una fuente *online* no es suficiente como método de trabajo del periodista. Hay que comprobar su fiabilidad”⁵⁵. P10 diz que se utiliza da internet para fazer contatos iniciais com as fontes, quando se trata de alguém que pratica um golpe ou um suspeito, sendo esta uma forma de proteção de sua identidade e integridade. Mas ele lembra que é fundamental conseguir um documento ou áudio da fonte sempre, caso ela confesse algo, para que se tenha um respaldo e o material jornalístico não seja somente fruto de conversas pela internet.

Desta forma, foram identificados e analisados os aspectos relativos às práticas investigativas, discutidos no grupo focal e nas entrevistas e contemplados na abordagem teórica. A partir desse material, torna-se possível construir as considerações finais desta pesquisa, apresentadas no próximo capítulo.

⁵⁵ “Citar una fuente *online* não é suficiente como método de trabalho para o jornalista. Se deve verificar a sua confiabilidade”. (DIEZHANDINO NIETO, 2009, p. 131, grifo do autor, tradução nossa).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a aplicação dos processos metodológicos e a realização da análise dos materiais coletados, chega-se às considerações finais deste estudo. Percebe-se, que os jornalistas de veículos médios e pequenos – que compreendem os participantes do grupo focal e um dos entrevistados – entendem o ideal da prática investigativa e gostariam de ter a oportunidade de realizar mais este tipo de trabalho. Isto porque reconhecem a legitimação social implicada nesta atividade, bem como a aproximação que ela possibilita da verdade dos fatos. No entanto, evidencia-se também, através de seus relatos, que não são oferecidas condições de produzir pautas investigativas em redações desse porte, devido ao cenário em que se configuram e se desenvolvem as rotinas produtivas atualmente, envolvendo questões como escassez de recursos financeiros, falta de pessoal e pressões de tempo (instantaneidade).

Para dois dos três jornalistas entrevistados pela pesquisadora, as práticas investigativas são parte de sua experiência profissional, pois nas empresas de comunicação nas quais trabalham ou já trabalharam lhes foram e são disponibilizados espaço, tempo e recursos para que o exerçam – o que denota que estas empresas dão relevância a esta prática. Assim, eles têm uma percepção, em alguns momentos, diferentes dos integrantes do grupo focal e do terceiro entrevistado. Entende-se que há uma distinção, neste sentido, entre os veículos e que não se trata, portanto, de uma decisão do repórter de se engajar ou não em práticas investigativas, mas sim de uma questão de ausência de condições facilitadoras para que estas sejam desenvolvidas.

Compreende-se, a partir desta pesquisa, que o jornalismo investigativo perpassa diversas técnicas de apuração e checagem de informações, muitas delas percebidas também nas rotinas produtivas de pautas diárias dos jornais, tais como a entrevista com as fontes, a apuração da pauta e o cruzamento de informações, para citar alguns exemplos. No entanto, a forma e a particularidade com que são aplicadas pelos repórteres investigativos indicam a sua diferença em relação à produção de *hard news*. Nas redações pressionadas pela instantaneidade, preocupadas em cobrir especialmente os acontecimentos factuais, estes processos

se desenvolvem de forma mais rasa, sem profundidade e pluralidade de fontes, resultando em um material mais frágil em termos de objetividade.

Além disso, dentre os achados se destacam importantes componentes para a construção da reportagem investigativa, como o vínculo entre jornalistas e fontes de informação. Evidencia-se, através dos relatos dos profissionais, que uma relação de confiança, baseada em um contato sólido, precisa ser criada com as fontes, para que o repórter não as perca. Isso se justifica, pois as fontes fornecem informações de interesse social – e, portanto, são primordiais na construção das pautas. Elas sabem dos fatos, são testemunhas ou participam deles, têm propriedade sobre algum tema ou, ainda, são autoridades que representam instituições e órgãos oficiais. Bem como, a sua presença na narrativa jornalística humaniza a reportagem e aproxima a informação da vivência do leitor.

O grupo focal foi um procedimento metodológico de demasiada importância para que se alcançassem os objetivos deste estudo, assim como a realização das entrevistas via telefone. Através destas ferramentas foi possível conhecer melhor como se dá a percepção do jornalismo investigativo na perspectiva de quem exerce a profissão todos os dias, em redações de porte pequeno e médio, e também de jornalistas que trabalham diretamente com a prática investigativa e/ou a cobertura policial. Desta forma, as interpretações dos integrantes do grupo focal e dos entrevistados foram feitas com base em suas experiências profissionais.

Destacaram-se mais na discussão do grupo focal as questões de pressão do tempo, de recursos e de pessoal, que impactam na qualidade da produção de reportagens. Este aspecto também foi tratado brevemente com os entrevistados, os quais se debruçaram mais em debater sobre questões como o uso de dispositivos controversos na apuração dos fatos – a exemplo da câmera escondida e a falsa identidade – e a importância da prática investigativa em divulgar e revelar informações de interesse público, por vezes ocultas, provocando mudanças positivas para a sociedade.

Sobre o uso de gravador escondido, câmera oculta, disfarce, falsa identidade, grampo telefônico, entre outros – destaca-se que alguns profissionais são a favor e outros não utilizariam estes aparatos sobre hipótese alguma. A diferença entre estas opiniões está no fato de que os jornalistas com experiência prática em reportagens investigativas se mostraram favoráveis quanto ao uso destes mecanismos quando fossem necessários para a aproximação com a realidade; já os jornalistas de

redações pequenas, em sua maioria, disseram que não topariam fazer uso destes dispositivos. De forma geral, conclui-se que estas práticas não podem se tornar banais e que sempre há de se pensar sobre os aspectos éticos ao utilizá-las – quando se mostrarem indispensáveis à revelação da verdade dos fatos – considerando-as como uma alternativa de último âmbito.

Muitos autores tratam da conjuntura favorável ao desenvolvimento do jornalismo investigativo e das oportunidades que precisam ser dadas a esta especialidade profissional, mas estas condições facilitadoras, principalmente em veículos de comunicação pequenos e médios, não são percebidas pelos jornalistas. Trata-se de ideais e não de práticas efetivas identificadas nas redações. Há de se destacar que a ausência de mais produções investigativas nas redações desse porte não se dá pela falta de importância atribuída a este tipo de conteúdo – pois os jornalistas evidenciaram a relevância desta prática profissional e o seu papel social –, mas pelas pressões instituídas com a instantaneidade das informações e a competitividade pelo furo entre os veículos.

Estes aspectos têm impacto na informação que se apresenta ao público. Quando não há muito tempo para a apuração em profundidade de uma pauta e para a checagem do material coletado pelo repórter, detecta-se mais tarde um conteúdo frágil publicado pelo veículo. Trata-se de não conseguir trabalhar todas as possibilidades e aspectos que uma pauta pode conter. Nestas circunstâncias, têm-se pouca exploração de fontes – utilizando-se as oficiais, como de praxe –, pois o tempo é curto, a matéria vai ser veiculada em poucas horas e não há mão-de-obra suficiente para se debruçar na sua produção.

Um dos aspectos que chamou a atenção desta pesquisadora, quando se abordou sobre a coragem da equipe *Spotlight* em investigar casos relacionados à Igreja Católica, é que os participantes do grupo focal fizeram uma comparação com outras instituições, como a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros. Há uma posição de insegurança em relação a fontes como estas, pois quando o repórter publica uma informação que as desagrade, mesmo essa sendo a verdade dos fatos, corre o risco de não ser mais atendido por elas. Trata-se de refletir sobre a prevalência do trabalho jornalístico sério, aquém de pressões externas contra o medo de romper laços com fontes de rotina.

Esta perspectiva também se relaciona às preocupações e ao direcionamento do profissional ao explorar assuntos de importância econômica ou cultural na região

onde o veículo circula ou tem audiência. Isso foi associado, no grupo focal, com a produção do tabaco nos Vales do Rio Pardo e Taquari e o tratamento dado pela imprensa a esse assunto. Na concepção dos jornalistas participantes desta discussão, às vezes as influências culturais do local onde se desenvolve a prática jornalística são muito grandes e, assim, a cobertura realizada pelos meios de comunicação, como em pautas relacionadas ao tabaco, não consegue abordá-las sob o aspecto negativo, por exemplo. O contexto se agrava se um dos anunciantes da empresa jornalística for uma indústria de produção do tabaco, prevalecendo, na maioria dos casos, a pressão comercial.

Apreendeu-se com este estudo que o jornalismo investigativo é uma especialidade muito importante para a sociedade, na manutenção dos seus direitos, na provocação de reformas e mudanças positivas e na fiscalização dos poderes. No entanto, mais que isso, entendeu-se que o cuidado empregado pelos jornalistas com a informação, as técnicas de apuração e checagem aplicadas, a seriedade que demonstram para com a pauta, o tempo que dedicam a esta prática e o interesse em tratar de casos de interesse coletivo, denotam o caráter de qualidade e de credibilidade desse tipo de conteúdo. À exemplo da série de reportagens publicadas pela *Spotlight* no The Boston Globe, que foram resultado do comprometimento da equipe de repórteres com a verdade dos fatos, com a sociedade e, principalmente, com o jornalismo investigativo em seu mais puro exercício.

As reportagens investigativas são um diferencial para os veículos de comunicação e uma forma de atrair mais leitores, conforme apontado pelos profissionais que debateram este segmento profissional com a pesquisadora. Afinal, trata-se de um conteúdo que, se comparado às notícias diárias, influenciadas pela instantaneidade da informação, oferece maior aprofundamento – evidentemente, se houver mais tempo de produção para apuração, checagem do material e para a exploração de variedade de fontes, por exemplo.

Podem-se destacar também a confiabilidade que o veículo tem para com o público, bem como o caráter que se atribui ao jornalista – o que justifica, o receio de um dos entrevistados em utilizar dispositivos como o disfarce e a câmera escondida na produção de pautas, com medo de que sua imagem estivesse atrelada a práticas discutíveis. Além disso, trata-se de uma questão de imposição do jornalismo enquanto uma atividade que tem objetivos a cumprir e que, quando necessário for,

tem propriedade para contestar a credibilidade de instituições tradicionais, como a Igreja Católica.

O crédito positivo de um veículo para com a sociedade diz respeito à importância que ele dá a uma informação bem apurada com profundidade, checada em todas as suas nuances e respaldada em documentos ou provas – fontes de profunda importância que auxiliam na confirmação ou descoberta de informações –, bem como a qualidade do material informativo que apresenta ao seu público. E é a isso que se propõe o jornalismo investigativo, em sua ideologia mais pura.

Através deste estudo foi possível também detectar novas perspectivas de pesquisas, como por exemplo, a realização do grupo focal com jornalistas de veículos de grande porte, ou com repórteres que trabalham diretamente com a prática investigativa, suscitando um novo entendimento das rotinas investigativas. Ainda, torna-se interessante abordar a relação entre a produção investigativa e o trabalho policial com mais profundidade, a qual foi percebida em alguns momentos deste trabalho. E, por fim, conjectura-se que é possível se debruçar sobre a apresentação do conteúdo investigativo a partir de um olhar mais focado no formato de publicação de reportagens.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Edileuson. Um peregrino paciente. In: LOPES, D. F.; PROENÇA, J. L. (Org.). **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003. p. 41-52.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Tradução de Jacob A. Pierre. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ALVES, M. C.; QUEIROZ, R. Entre o desafio e a coragem. In: LOPES, D. F.; PROENÇA, J. L. (Org.). **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003. p. 131-139.
- ASSIZ, Antonio Lucio Rodrigues de. Um país rico em boas histórias. In: LOPES, D. F.; PROENÇA, J. L. (Org.). **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003. p. 141-152.
- BALDESSAR, M. J. Apontamentos sobre o uso do computador e o cotidiano dos jornalistas. In: XXIV INTERCOM – CONGRESSO BRASILEIRO. **Anais...** Campo Grande: UNIDERP, UCDB e UFMS, 2001. p. 01-08. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP2BALDESSAR.PDF>>. Acesso em: 15 set. 2017.
- BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Tradução de Marcelo Figueiredo Duarte. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BATISTA, Marcela de Matos. Jornalismo apaixonado. In: LOPES, D. F.; PROENÇA, J. L. (Org.). **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003. p.53-60.
- BENEDETI, Carina Andrade. **A qualidade da informação jornalística: do conceito à prática**. Florianópolis: Insular, 2009.
- BIAZOTO, Silmara. Exercício de psicologia e dedicação. In: LOPES, D. F.; PROENÇA, J. L. (Org.). **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003. p.153-159.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 set. 2017.
- _____. Lei n. 12.527, de 18 novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 05 set. 2017.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

CAMPONEZ, Carlos. **Deontologia do jornalismo**: a autorregulação frustrada dos jornalistas portugueses. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2011.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Olhos de lince. In: LOPES, D. F.; PROENÇA, J. L. (Org.). **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003. p. 71-81.

COMUNIQUE-SE, 2016. Mais de 500 profissionais da imprensa foram demitidos em 2016. In: Portal comunique-se. Disponível em: <<https://portal.comunique-se.com.br/mais-de-500-profissionais-da-imprensa-foram-demitidos-em-2016/>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

COSTA, Maria Eugênia Belczak. Grupo focal. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 180-192.

DI FRANCO, Carlos Alberto. **Jornalismo, ética e qualidade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

DIEZHANDINO NIETO, María Pilar. **Criterio noticioso**. El quehacer periodístico ante el desafio digital. Madrid: Pearson Educación, S. A., 2009.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: _____; BARROS, A. (Org.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 62-83.

ESCOSTEGUY, Diego. Encruzilhada. In: FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 90-94.

FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**, de 04 de agosto de 2007. Disponível em: <http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 05 set. 2017.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 280-304.

FORTES, Leandro. Investigação jornalística de encomenda e a extinção dos intelectuais nas redações brasileiras. In: CHRISTOFOLETTI, R.; LIMA, S. (Org.) **Reportagem, pesquisa e investigação**. Florianópolis: Insular, 2012. p. 193-202.

_____. **Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HASWANI, Mariângela. Memória e descoberta. In: LOPES, D. F.; PROENÇA, J. L. (Org.). **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003. p. 111-116.

_____. Os olhos da nação. In: LOPES, D. F.; PROENÇA, J. L. (Org.). **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003. p. 203-207.

HERACLITO, Edmundo. A busca da informação confiável. In: LOPES, D. F.; PROENÇA, J. L. (Org.). **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003. p. 117-130.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Cidades. Brasil, Rio Grande do Sul, Venâncio Aires. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/venancio-aires>. Acesso em 30 nov. 2017.

KARAM, Francisco José Castilhos. O repórter, o pesquisador e a apuração. In: CHRISTOFOLETTI, R.; LIMA, S. (Org.) **Reportagem, pesquisa e investigação**. Florianópolis: Insular, 2012. p. 51-68.

KONOPCZYK, Samantha. Jornalismo Ativo. In: LOPES, D. F.; PROENÇA, J. L. (Org.). **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003. p.161-167.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo na era virtual**: ensaios sobre o colapso da razão ética. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ UNESP, 2005.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **Ideologia e técnica da notícia**. 3. ed. Florianópolis: Insular/UFSM, 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LOPES, Dirceu Fernandes. Caminhos do Jornalismo Investigativo em busca da verdade oculta. In: LOPES, D. F.; PROENÇA, J. L. (Org.). **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003. p. 09-26.

MACHADO, Elias. **O ciberespaço como fonte para os jornalistas**. Salvador: Calandra, 2003.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Jornalismo fin-de-siècle**. 1. ed. São Paulo: Scritta, 1993.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista: o diálogo possível**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Profissão jornalista: responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

MERKX, Angela da Costa Cruz. Investigação comprometida com o interesse público. In: LOPES, D. F.; PROENÇA, J. L. (Org.). **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003. p. 83-91.

MOREIRA, Simone. O olho da sociedade. In: LOPES, D. F.; PROENÇA, J. L. (Org.). **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003. p. 103-109.

OLIVEIRA, M; de FREITAS, H. M. R. Focus Group – pesquisa qualitativa: resgatando a teoria, instrumentalizando o seu planejamento. In: **Revista de Administração**. São Paulo, v.33, n.3, p. 83-91, julho/setembro, 1998. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/18173/focus-group-----pesquisa-qualitativa--resgatando-a-teoria--instrumentalizando-o-seu-planejamento/i/pt-br>> Acesso em: 02 out. 2017.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PERIAGO, Francisco Redondo. Investigação é fundamento do jornalismo. In: LOPES, D. F.; PROENÇA, J. L. (Org.). **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003. p. 169-177.

PROENÇA, José Luiz. O ovo ou a galinha. In: LOPES, D. F.; PROENÇA, J. L. (Org.). **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003. p. 193-201.

RÉGIS, L. V.; OROSCO, S. P. Rádio também tem repórter investigativo. In: LOPES, D. F.; PROENÇA, J. L. (Org.). **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003. p. 179-191.

ROCHA, P. M.; NORONHA, M. G. As especificidades da apuração no processo de produção da reportagem. In: **Estudos em Comunicação**. Lisboa, n. 23, 2016, p. 171-193. Disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/23/pdf/ec-23-08.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2017.

ROVAI, Renato. Além da mesa do bar. In: LOPES, D. F.; PROENÇA, J. L. (Org.). **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003. p. 93-101.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus, 2005.

SIQUEIRA, N. V. de; SANTOS, R. M. R. Investigar faz parte do jornalismo. In: LOPES, D. F.; PROENÇA, J. L. (Org.). **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003. p. 27-39.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos do jornalismo impresso**. (2001). BOCC – Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: além do espelho e das construções. v. 2. Florianópolis: Insular, 2009.

SPOTLIGHT: segredos revelados. Direção de Tom McCarthy; Produção de Steve Golin; Michael Sugar; Nicole Rocklin; Blye Pagon Faust. EUA: Anonymous Content; First Look Media; Participant Media, 2015. 1 DVD.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 51-61.

TRAQUINA, Nelson. **O que é jornalismo**. 2. ed. Lisboa: Quimera, 2007.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico**: um enfoque didático da produção científica. São Paulo: E.P.U., 2001.

VOLT Data-Driven News Agency. A conta dos passaralhos. Um panorama sobre a demissão de jornalistas nas redações desde 2012. 2016?. Disponível em: <https://www.voltdata.info/passaralhos/>. Acesso em: 22 nov. 2017.

ANEXOS

ANEXO A – REGIÕES E PAÍSES DO MUNDO ONDE GRANDES ESCÂNDALOS DE ABUSOS SEXUAIS TAMBÉM FORAM DESCOBERTOS

Albany, Ny	Yakima, WA
Altoona, PA	Yuma, AZ
Anchorage, AK	Adelaide, Australia
Anchorage, KY	Akute, Nigeria
Bake, OR	Antigonish, Canada
Baltimore, OR	Arapiraca, Brazil
Billings, MT	Auckland, New Zealand
Bridgeport, CT	Ayacucho, Peru
Briscoe Memorial, WA	Ballarat, Australia
Brookliyn, NY	Bass Hill, Australia
Burlington, VT	Bathurst, Australia
Camden, NJ	Berazategui, Argentina
Cape Girardeau, MO	Berlin, Germany
Charleston, SC	Bindoon, Australia
Chicago, IL	Bo, Sierra Leone
Cincinnati, OH	Bontoc, Philippines
Cleveland, OH	Brits, South Africa
Collegeville, MN	Bruges, Belgium
Conway Springs, KS	Buenos Aires, Argentina
Covington, KY	Caen, France
Dallas, TX	Canberra, Australia
Davenport, IA	Cape Town, South Africa
Denver, CO	Cebu City, Philippines
Detroit, MI	Chatham, Canada
Dubuque, IA	Chimbote, Peru
East Greenwich, RI	Christchurch, New Zealand
El Paso, TX	Ciudad de México, México
Fairbanks, AK	Comillas, Spain
Fall River, MA	Cottolengo, Chile
Fargo, ND	Cuacnopalan, México
Farmington, IA	Curraclloe, Ireland
For Worth, TX	Dandenong, Australia
Gallup, NM	Dublin, Ireland
Goshen, NY	Edinburgh, Scotland
Grand Mound, IA	Flawinne, Belgium
Grand Rapids, MI	Franca, Brazil
Greenbush, MN	Gortahork, Ireland
Hannibal, MO	Goulburn, Australia
Hartford, CT	Grenada, Spain
Helena, MT	Hamilton, New Zealand
Honolulu, HI	Hobart, Australia
Indianapolis, IN	Hollabrunn, Australia
Jackson, MS	Igloolik, Canada
Joliet, IL	Kilnacrott, Ireland
Kansas City, KS	Kircubbin, Northern Ireland
Kansas City, MO	Lancefield, Australia
Lincoln, NE	Letterfrack, Ireland
Los Angeles, CA	London, England
Los Gatos, CA	Lota, Ireland
Louisville, KY	Maipú, Chile

Manchester, NH
 Marietta, ga
 Marty Indian School, SD
 Memphis, TN
 Mendham, NJ
 Miami, FL
 Milwaukee, WI
 Mobile, AL
 Monterey, CA
 Nashville, TN
 New Orleans, LA
 New York, NY
 Oakland, CA
 Omaha, NE
 Onamia, MN
 Orange, CA
 Palm Beach, FL
 Peoria, IL
 Philadelphia, PA
 Phoenix, AZ
 Pittsburgh, PA
 Portland, ME
 Portland, OR
 Providence, RI
 Raleigh, NC
 Richmond, VA
 Rochester, NY
 Rockville Centre, NY
 Rosebud Reservation, SD
 Sacramento, CA
 San Antonio, TX
 San Bernardino, CA
 San Diego, CA
 Santa Barbara, CA
 Santa Fe, NM
 Santa Rosa, CA
 Savannah, GA
 Scranton, PA
 Seattle, WA
 Spokane, WA
 Springfield, MA
 St. Francis, WI
 St. Ignatius, MT
 St. Louis, MO
 St. Michael, AK
 St. Paul/Minneapolis, MN
 Stebbins, AK
 Stockton, CA
 Toledo, OH
 Tucson, AZ
 Wellesley, MA
 Wilmington, DE
 Worcester, MA
 Manchester, England
 Manila, Philippines
 Mariana, Brazil
 Masterton, New Zealand
 Medellin, Colombia
 Melbourne, Australia
 Melipilla, Chile
 Mérida, Venezuela
 Middlesbrough, England
 Mildura, Australia
 Mittagong, Australia
 Monageer, Ireland
 Morisset, Australia
 Morón, Argentina
 Mount Isa, Australia
 Munich, Germany
 Nairobi, Kenya
 Naval, Philippines
 Neerkol, Australia
 Newcastle, Australia
 Ngong, Kenya
 Ollur, India
 Ottré, Belgium
 Paraná, Argentina
 Perth, Australia
 Pilar, Argentina
 Poznań, Poland
 Preston, England
 Quilicura, Chile
 Quilmes, Argentina
 Rab, Croatia
 Reading, England
 Riekhofen, Germany
 Rio de Janeiro, Brazil
 Rufisque, Senegal
 Saint-Jean-de-Maurienne, France
 Salta, Argentina
 San Luis Potosí, México
 Santiago, Chile
 Santo Domingo, Dominican Republic
 Sherbrooke, Canada
 Silverstream, New Zealand
 Soni, Tanzania
 St. John's, Canada
 Sydney, Australia
 Toowoomba, Australia
 Trondheim, Norway
 Tubay, Philippines
 Wagga Wagga, Australia
 Wexford, Ireland
 Wilno, Canada
 Wollongong, Australia

ANEXO B – CENA DO FILME SPOTLIGHT EM 10'10''

Editor – Todos leram neste fim de semana a coluna da Eileen McNamara?

Eileen McNamara – Sobre o Caso Geoghan?

Editor – Qual é a suíte?

Ben Bradlee Jr. – É uma coluna. Que suíte você espera?

Editor – Bom, parece que esse padre molestou crianças em seis paróquias nos últimos 30 anos. E o advogado das vítimas, doutor...

Eileen McNamara – Garabedian.

Editor – Obrigado, Eileen. Ele alega que o cardeal Law soube há 15 anos e não fez nada.

Peter Canellos – Esse advogado é um lunático. A Igreja negou a acusação.

Eileen McNamara – Disse-me-disse.

Editor – Seja o dr. Garabedian lunático ou não, ele diz ter provas de que o cardeal sabia.

Ben Bradlee Jr. – Pelo que me consta são documentos sigilosos.

Editor – Ok. Mas o fato persiste: um padre de Boston abusou de 80 crianças, um advogado diz poder provar que Law sabia e só publicamos duas matérias nos últimos seis meses. Ao meu ver, esta história é essencial para um jornal local. Acho que, no mínimo, temos que ver os documentos.

Peter Canellos – E como pretende fazer isso?

Editor – Não conheço as leis daqui, mas, lá na Flórida, nós iríamos à Justiça.

Ben Bradlee Jr. – Quer processar a Igreja?

Editor – Não processaríamos a Igreja, pediríamos a revogação do segredo de justiça.

Ben Bradlee Jr. – A Igreja vai entender isso como um processo. Assim como todo mundo.

Editor – Bom saber.

Encerramento da cena em 11'28''.

APÊNDICES

APÊNDICE A– ROTEIRO DE PERGUNTAS DO GRUPO FOCAL

Exploração inicial:

1. Já fizeram alguma reportagem em profundidade?
2. Já trabalharam com uma pauta investigativa?
3. Vocês consideram importante a produção de reportagens investigativas? Por quê?

Exploração específica:

Cena 1⁵⁶ – 00’25’’ a 1’10’’ – Marty Baron e Robby conversam pela primeira vez. Robby apresenta ao novo editor a equipe *Spotlight* e diz que trabalham meses em alguns casos, fato que não o incomoda. Robby questiona a ele se isso é um problema.

Discussão 1: quando tratamos de jornalismo investigativo, o tempo dedicado para trabalhar na pauta, é um aspecto relevante. Comente a importância do fator tempo em reportagens investigativas e de que forma vocês percebem a diferença em relação ao tempo dedicado às notícias produzidas diariamente e ao tempo destinado a reportagem investigativa.

Cena 2 – 00’00’’ a 00’52’’ – Primeira reunião de pauta com o novo editor do *The Boston Globe*.

“[...] é essencial que o faro instintivo do jornalista seja sempre desconfiado, pois “O olho do repórter é que vai descobrir por entre qual brecha se pode chegar à notícia” (FORTES, 2005, p. 36).

Discussão 2: sabendo que o editor Marty Baron era novo na equipe jornalística do *The Boston Globe*, comente a importância desse fator para que ele desse maior atenção ao fato de um padre ter molestado crianças em seis paróquias nos últimos 30 anos e o a possibilidade de ciência do caso pelo Cardeal Law, de Boston.

Cena 3 – 00’53’’ a 1’18’’ – O editor do *The Boston Globe* quer quebrar o sigilo dos documentos que o advogado Garabedian diz serem provas da ciência do Cardeal Law sobre o Caso Geoghan.

Discussão 3: comentar o espanto dos jornalistas ao perceberem que o editor queria confrontar a Igreja Católica.

⁵⁶ As cenas foram identificadas com numeração de acordo com a ordem em que a pesquisadora as selecionou, não sendo necessariamente a ordem das cenas apresentada no filme.

Cena 4 – 00’00’’ a 00’53’’ – A primeira conversa do editor da *Spotlight* com os três repórteres e onde começam os primeiros movimentos para a investigação.

Discussão 4: qual a importância dos primeiros movimentos de exploração e organização da pauta? Como vocês se apropriam primeiramente de um assunto ou pauta em sua rotina de trabalho?

Cena 5 – 00’14’’ a 00’50’’ – O editor em conversa com o diretor do *The Boston Globe* discutem a importância da reportagem que seria realizada pela *Spotlight*, apesar de 53% dos assinantes serem católicos.

Discussão 5:

1. Vocês acreditam que a questão comercial pode ser um empecilho para a produção jornalística de qualidade?
2. Vocês observam alguma influência do fator econômico em suas rotinas produtivas?

Cena 6 – 00’00’’ a 00’40’’ – Robby conversa com Jim Sullivan enquanto jogam golfe. O repórter tenta sondar Jim sobre a ciência do Cardeal Law sobre o padre Barrett ter cometido um crime sexual. Robby propõe que a fonte fale em *off the records*.

Discussão 6: Vocês utilizam informações em *off the records* nas produções jornalísticas? Em que casos? Porque se justifica esse uso?

Cena 7 – 00’00’’ a 01’29’’ – Marty visita o Cardeal Law, que diz a ele que é importante a aproximação entre a Igreja e o jornalismo, por serem duas grandes instituições.

Discussão 7: No caso retratado no filme, pode-se confiar em uma fonte como essa? Por quê?

Cena 8 – 00’00’’ a 00’54’’ – Mike encontra Garabedian na rua e consegue convencê-lo de que precisa conversar com algumas vítimas e revela que se trata de uma investigação da *Spotlight*.

Discussão 8:

1. Quando Mike diz a Garabedian que se trata de uma investigação da *Spotlight* ele se interessa em lhe ajudar com algumas vítimas. Por que o advogado mudou de opinião?
2. Qual a importância dessa fonte?

Cena 9 – 00’00’’ a 01’03’’ – Sacha entrevista Joe pelo telefone.

Discussão 9: como vocês avaliam a entrevista por telefone, na investigação representada no filme? Essa técnica foi bem explorada?

Antonio Carlos Fon, que exerceu a profissão de repórter policial por muitos anos, em entrevista para Merx (2003), comenta que em alguns casos os jornalistas ligam para as delegacias e questionam se algo aconteceu, e dessa forma tomam as palavras do policial, publicando as informações em seguida, sem nenhum aprofundamento.

Discussão: neste caso o repórter se utiliza do telefone, mas é uma situação diferente, como vocês avaliam esta atitude do repórter?

Cena 10 – 00’00’’ a 01’02’’ – Matt, Mike e Robby avaliam os catálogos anuais da Igreja pra ver se encontram algo suspeito e acham um “padrão” na designação do motivo de transferência ou da ausência de padres nas paróquias.

Cena 11 – 00’00’’ a 00’39’’ – a equipe *Spotlight* analisa cada catálogo atrás dos padres que tiveram sua transferência atribuída à licença médica, ausência justificada e trabalho emergencial.

Discussão 10 e 11:

1. Como vocês avaliam as fontes documentais na produção jornalística? Como procedem em casos em que há documentação para consultar?

Souza, entrevistado por Almeida (2003, p. 49), alerta: “[...] o profissional deve tomar muito cuidado e não se tornar preguiçoso”.

Discussão 12:

2. E hoje? Com o uso da internet para a apuração e checagem de informações, como vocês avaliam essa busca por provas e fontes documentais com base na citação anterior?
3. Quando se lida com fontes documentais tem de saber usá-las e interpretá-las, comente.

Cena 12 – 00’00’’ a 01’37’’ – reunião entre Marty, Bradle Jr. e a equipe *Spotlight*. O editor diz a eles que ainda não é o momento de publicar a reportagem sobre os casos de abuso sexual, pois precisam ir atrás de todo o sistema e confirmar mais crimes e quais as pessoas da Igreja que sabiam disso. A *Spotlight* acha que já é o momento certo de publicar, mas o editor insiste que devem ir além.

Discussão 13:

1. Quando é o momento certo de publicar uma reportagem investigativa?

2. E quando a reportagem é publicada prematuramente, que impactos a informação pode sofrer?

Cena 13 – 00’00” a 00’20” – O editor do *The Boston Globe* fala para a equipe *Spotlight* e a Ben Bradle Jr. que a razão de exercerem a profissão é porque podem produzir reportagens de impacto como a que estavam trabalhando.

Discussão 14:

1. Enquanto jornalistas, qual é o papel de vocês em relação às pessoas e a sociedade como um todo?
2. E nesse caso retratado no filme, em especial, como avaliam?

Em uma entrevista realizada por Bernardo Esteves, da revista Piauí e Renata Lo Prete, da GloboNews com o verdadeiro Robby (editor da *Spotlight*), ele tratou da importância da decisão judicial que lhes possibilitou o acesso aos documentos da Igreja. “Um advogado fez uma moção para acessar esses arquivos. Uma juíza, católica, decidiu a nosso favor. Isso acabou abrindo um precedente. Em todos os outros casos, tivemos acesso aos documentos pessoais dos padres. Os documentos deixaram claro que o principal objetivo da Igreja era manter isso em segredo”⁵⁷.

Discussão 15: quando não se podem acessar os documentos que são necessários a uma investigação devido a proteções legais, como proceder? Vale a pena “agir por meios próprios” para consegui-los?

Exploração final:

Se fossem um dos repórteres da *Spotlight*:

1. Teriam feito algo diferente?
2. Teriam usado alguma outra técnica de apuração ou de checagem de informações?
3. Falariam com outras fontes, quais?

⁵⁷ Trecho disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/festival-piaui/walter-robinson-e-as-denuncias-de-pedofilia-que-inspiraram-o-filme-spotlight/>>.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO INICIAL DO GRUPO FOCAL

1. Sexo: F () M ()
2. Idade: _____ anos
3. Veículo no qual atua: _____
4. Tem formação em Jornalismo: SIM () NÃO ()
5. É estudante de Jornalismo: SIM () NÃO ()
6. Há quantos anos você atua no Jornalismo:
0 a 5 anos () 5 a 10 anos () 10 a 15 anos ()
Ou mais: quantos anos? _____
7. Já trabalhou em algum momento na editoria de polícia: SIM () NÃO ()
8. Quais as editorias em que atua ou atuou:
POLICIAL () GERAL () POLÍTICA ()
ESPORTE () OUTRA: QUAL? _____

*Pode marcar mais de uma opção.

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO FINAL DO GRUPO FOCAL

1. Qual é a sua avaliação deste grupo focal? Comente.

2. Considera que a discussão realizada neste grupo focal contribuiu de alguma forma para a sua carreira profissional? Por quê?

APÊNDICE D – DVD DO GRUPO FOCAL

APÊNDICE E – PERGUNTAS DA ENTREVISTA SEMIABERTA

1. Em qual veículo está trabalhando atualmente?
2. Em qual editoria trabalha atualmente?
3. Tem formação em Jornalismo? Por qual instituição de ensino?
4. Há quantos anos você atua na profissão?
5. Em quais outras editorias já atuou?
6. Já fizestes reportagens em profundidade?
7. Já trabalhastes com uma pauta investigativa? Poderias compartilhar alguma que tenha sido importante ou que lhe marcou?
8. Consideras importante a produção de reportagens investigativas? Por quê?
9. E como você vê a questão da função social do jornalismo atrelada à produção de reportagens investigativas?
10. Em sua opinião, qual a relevância do fator tempo em reportagens investigativas? Há diferença em relação ao tempo dedicado às notícias produzidas diariamente?
11. Em sua opinião, qual a importância dos primeiros movimentos de exploração e de organização de uma pauta? Como você se apropria primeiramente do assunto em sua rotina de trabalho?
12. Qual valor atribui à pesquisa em uma investigação e a retomada de publicações antigas sobre a pauta, que podem ser recolhidas através do *clipping* ou de arquivo documental do jornalista e do veículo no qual trabalha, por exemplo?
13. Você acredita que a questão comercial pode ser um empecilho para a produção jornalística de qualidade?
14. Já utilizou uma informação em *off the records* em uma produção jornalística? Em que caso? Por que se justifica esse uso?
15. Como avalia as fontes documentais? Você utiliza bastante?
16. E hoje, com o uso da internet para a apuração e checagem de informações, como você analisa essa busca por provas e fontes documentais?
17. Quando é o momento certo de publicar uma reportagem investigativa? E quando o material é publicado prematuramente, que impactos a informação pode sofrer?

18. Agora, pensando em algumas práticas que nem todo jornalista topa fazer... Quando não se podem acessar os documentos que são necessários a uma investigação devido a proteções legais, como proceder? Vale “agir por meios próprios” para consegui-los?
19. O que pensa sobre o uso da câmera escondida, do gravador oculto, do grampo telefônico e o do disfarce? Usarias? Já utilizou? Em que casos?
20. Sobre as fontes, como lidar com aquelas que querem atrapalhar o trabalho do jornalista, sobretudo em casos investigativos?
21. Quando a fonte se recusa a falar, como lidar com elas? O fato de alguém não querer falar deve constar na reportagem? Em que casos?

APÊNDICE F – CD COM O ÁUDIO DAS ENTREVISTAS